



Boletim de Transparência Fiscal

RIO DE JANEIRO | 6º BIMESTRE | 2012



SECRETÁRIO DE ESTADO DE FAZENDA

Renato Augusto Zagallo Villela dos Santos

SUBSECRETÁRIO-GERAL

Paulo Sérgio Braga Tafner

SUBSECRETÁRIO DE FINANÇAS

Rebeca Virginia Escobar Villagra

SUBSECRETÁRIO DE POLÍTICA FISCAL

George André Palermo Santoro

SUBSECRETÁRIO DE RECEITA

Luiz Henrique Casemiro

SUPERINTENDENTE DO TESOUREO ESTADUAL

Cláudia Torres Santoro

SUPERINTENDENTE DE PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA

Josélia Castro de Albuquerque

SUPERINTENDENTE DE RELAÇÕES FEDERATIVAS E TRANSPARÊNCIA FISCAL

Marco Aurélio Alves de Mendonça

SUPERINTENDENTE DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO DA DÍVIDA

Valéria Barbosa

SUPERINTENDENTE DE FINANÇAS

Elvecio Vital da Silva

EQUIPE BOLETIM DE TRANSPARÊNCIA FISCAL

Alexandre Emilio Zaluar

Ana Cecília de Souza

Ana Paula Quedinho

Brower Ramos Silva

Cláudia Santoro

Celina Melo

Creusa Mattoso de Almeida

Daniela de Melo Faria

Eduardo de Andrade

Fabio Souza Pontes

Fernando Rezende Filho

Flávia Augusta Melgaço Rocha Lima

Guilherme Vasconcelos Severino

Gustavo Franco Corrêa

Hamilton Correa Zambito Horacio

Henrique Diniz de Oliveira

Joana Pimentel Meneses de Farias

José Elias do Nascimento Neto

João Souza

Juliana de Araujo Castelo Branco Castro

Karine de Souza Vargas

Larissa Silva Carvalho

Leandro Diniz Moraes Pestana

Leila Klein

Leonardo Santos de Oliveira

Leonardo Silva Carvalho

Liliane Figueiredo da Silva

Luciana Vicky Mazloum

Luísa Regina Mazer

Maria Gisele Bastos Soares

Maria Helena Pitombeira

Marina Lavocat Barbosa Ernesto

Paulo Levy

Pedro Bastos Carneiro da Cunha

Rafael Erbisti

Raphael Philipe Moura

Raul José Piedade De Macedo

Robledo da Cunha Pereira

Sérgio da Costa Peixoto

Victor Hugo Martins Bello Honaiser



O BOLETIM DE TRANSPARÊNCIA FISCAL é uma publicação bimestral da Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro. Sua elaboração é de responsabilidade da Subsecretaria de Política Fiscal e da Subsecretaria de Finanças. Ele é chamado de TRANSPARÊNCIA fiscal porque vai além do registro de cifras macroeconômicas ou associadas a metas de equilíbrio fiscal, que são essenciais para a avaliação da solvência do Estado. O boletim procura também dar uma ampla visão do uso dos recursos públicos pelas diversas funções do gasto. Este é um elemento chave para posteriores análises da efetividade e eficiência no uso das receitas de impostos e de outros recursos públicos, com vistas a avaliar se este uso atende aos objetivos do governo e da sociedade, respondendo corretamente às demandas sociais e atuando como elemento indutor do desenvolvimento econômico. A frequência bimestral do boletim se espelha na avaliação dos riscos para o cumprimento das metas fiscais referidas nos artigos 8º e 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000).

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

Informações:

Tel: (21) 2334-4929

Home Page: <http://www.sefaz.rj.gov.br>

Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, n.º 670

Rio de Janeiro, RJ, CEP 20071-910

SUMÁRIO

I. Economic Outlook.....	15
I.I The Domestic and International Context.	15
I.II Economic Activity in Rio de Janeiro	18
I.III Investments	22
I.IV Labor Market	23
I.VI External Sector	25
I. Panorama Econômico	26
I.I O Contexto Internacional e Doméstico	26
I.II Atividade Econômica no Rio de Janeiro.....	29
I.III Investimentos.....	33
I.IV Mercado de Trabalho	34
I.V Inflação	35
I.VI Setor Externo	36
II. Metas Bimestrais de Arrecadação e Cronograma de Desembolso do Estado do Rio de Janeiro	37
Desembolso do Estado do RJ	40
III. Resultados Fiscais.....	43
III.I Resultado Orçamentário.....	43
III.II Resultado Orçamentário sem RIOPREVIDÊNCIA.....	44
III.III Resultado Primário	45
IV. Receita Estadual	47
IV.I Receitas Correntes.....	48

IV.I.1 Receita Tributária	49
Box 01 - A Substituição Tributária	52
IV.I.1.1 Arrecadação de ICMS comparativo do Estado por Setor Econômico.....	55
IV.I.2 Receita Patrimonial e Royalties	58
IV.I.3 Demais Receitas Correntes.....	61
IV.I.3.1 Receita de Transferências.....	63
IV.I.3.2 Transferências da União	65
IV.II Receitas de Capital	68
V. Despesas do Estado do Rio de Janeiro.....	70
V.I - Evolução do Orçamento – Visão geral.....	70
V.II - Créditos adicionais	70
V.III - Execução da Despesa	71
V.III.1 Por Fonte de Recursos.....	71
V.III.2 Por Grupo de Despesa	73
V.III.3 Cumprimento das despesas vinculadas aos índices constitucionais: Educação, Saúde, FAPERJ, FECAM e FEHIS.	81
VI – ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	90
VI.1 Cota Financeira	90
VI.2 Pagamento de PD's	91
VI.3 Administração do Saldo de Caixa do Tesouro	92
VI.4 Adimplemento de concessionárias e prestadores de Serviços Públicos	92
VI.5 Tratamento Dispensado a Restos a Pagar Processados	95
VI.6 Requisições Judiciais de Pagamento	96
VI.7 Evolução da Dívida Financeira do Estado do Rio de Janeiro e de seu Dispêndio com a dívida pública	98



VI.8 Acompanhamento Financeiro de Convênios.....	110
VI.9 Análise de Viabilidade Econômica de PPPs	112
VI.10 Captação de Recursos	114

Apresentação

Este é o trigésimo número do boletim bimestral de transparência fiscal elaborado pela Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, e o sexto referente ao exercício de 2012. Seu objetivo é aperfeiçoar os mecanismos de controle e transparência na execução do orçamento estadual.

Esses mecanismos de controle possuem pelo menos duas vertentes. A primeira liga-se à solvência e à previsibilidade no gasto, em decorrência do reconhecimento de que uma das principais premissas de um governo responsável é executar o orçamento dentro da previsão da receita, ou seja, despesas não podem ser criadas, compromissos assumidos, ou contratos assinados sem um lastro seguro na arrecadação ou em outros recursos orçamentários.

De acordo com os dispositivos legais, em vigor há mais de quarenta anos, não pode haver despesa sem empenho. Apenas assim as obrigações poderão ser honradas tempestivamente e sem sobressaltos, trazendo previsibilidade, tranquilidade e transparência à ação pública.

Além disso, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) impõe metas fiscais que devem ser cumpridas sob risco de sanções aos administradores e ao próprio ente federativo, como a suspensão de transferências voluntárias. O Estado deve, por exemplo, alcançar uma meta de superávit primário suficiente para, no mínimo, cumprir as obrigações com pagamento da dívida, e dispor de suficiente folga de caixa de maneira que toda a Administração possa planejar seus gastos com segurança. É claro que haverá períodos em que será necessário implementar investimentos estruturantes que resultarão em queda deste resultado primário, devido ao endividamento. Porém, o retorno se dará no futuro, com o maior dinamismo da economia e, por conseguinte, da arrecadação.

A segunda vertente diz respeito à aplicação dos recursos. Aqui, importa cumprir a Lei (e.g., vinculações) e procurar

É parte do Estado Democrático de Direito a obrigação do administrador público de prestar contas à sociedade, demonstrando a adequabilidade da aplicação dos recursos às demandas econômicas e sociais.

O Boletim procura fornecer, com presteza, detalhes da despesa em cada área, para que haja clareza sobre os gastos públicos e efetivo acompanhamento pela sociedade.

alcançar, entre outros, os objetivos constitucionais de eficiência, economicidade e efetividade. Para essa avaliação, é importante que se conheçam detalhes da aplicação de recursos por função (e.g., saúde, educação) e o perfil temporal desses gastos.

Os dados aqui disponibilizados foram extraídos do Sistema de Informações Gerenciais (SIG) do Governo do Estado do Rio de Janeiro, no dia 23/01/2012.

A despesa refere-se, salvo ressalva, ao conceito de empenho liquidado; já a receita, por sua vez, corresponde ao conceito de realizada (regime de caixa), ambas depuradas das rubricas intraorçamentárias.

O Boletim é dividido em seis seções, além desta apresentação. As quatro seções iniciais fazem uma breve análise dos agregados fiscais, da evolução das diversas rubricas de receita e das metas correspondentes. A quinta seção apresenta a despesa no seu agregado de execução orçamentária e detalhes dos gastos por área, principalmente aquelas que se beneficiam de vinculação de receitas e pisos de gastos, como Saúde, Educação e Meio Ambiente, assim como demonstrativos da execução do PAC e do DER. Por fim, a sexta seção remete aos elementos da política financeira do Estado, notadamente o estabelecimento e uso das cotas financeiras programadas para os órgãos, a tempestividade dos pagamentos requeridos por esses órgãos, a aplicação dos saldos do Tesouro, a quitação de restos a pagar de administrações anteriores, assim como dos precatórios judiciais. A seção também informa a situação da dívida pública do Estado e traz dados sobre a execução de convênios.

“O Orçamento Nacional deve ser equilibrado. As Dívidas Públicas devem ser reduzidas, a arrogância das autoridades deve ser moderada e controlada. Os pagamentos a governos estrangeiros devem ser reduzidos, se a Nação não quiser ir à falência. As pessoas devem novamente aprender a trabalhar, em vez de viver por conta pública.”
Marcus Tullius Cícero – Roma, 55 A.C.

RESUMO EXECUTIVO

O desempenho obtido no sexto bimestre do exercício de 2012 possibilitou ao Estado do Rio de Janeiro o pleno cumprimento das metas de arrecadação tanto no bimestre, como no acumulado do ano. As receitas totais fecharam o ano 4,8% acima do estimado, impulsionadas tanto pelas receitas correntes e quanto de capital que superaram suas metas em 5,2% e 0,8%, respectivamente. Com isso, a Secretaria de Estado de Fazenda obteve os recursos indispensáveis ao inteiro funcionamento das funções do governo.

A análise do Cronograma de Desembolso estabelecido pela Resolução SEFAZ nº 478/2012 mostra que ao final do exercício de 2012 o ERJ atingiu R\$63,25 bilhões com as despesas pagas, aí considerado o pagamento do RP, ultrapassando ao que fora previsto no início do ano (R\$ 57,95 bilhões). A justificativa deste aumento se deu por conta do crescimento das Despesas Correntes do Estado em 13,8%. O aumento destas despesas é, em boa parte, justificado pela variação da receita arrecadada.

Os resultados orçamentário (-R\$228,78 milhões) e primário (-R\$908,72 milhões) acumulados sofreram influência expressiva do superávit financeiro observado em 2011, cujos recursos foram utilizados para cobrir despesas orçamentárias do RIOPREVIDÊNCIA, em 2012.

Ainda que tenha sofrido queda no último bimestre do ano, em decorrência, principalmente à redução no valor das Transferências Correntes, as receitas correntes apresentaram crescimento de 4,9% no acumulado, impulsionadas pelo crescimento nominal de 7,2% na arrecadação do ICMS no acumulado do ano. O crescimento do ICMS é fruto da recuperação econômica e das ações de fiscalização da Secretaria de Estado de Fazenda.

As Receitas de Transferência apresentaram pífio desempenho tanto no bimestre (-6,4%) quanto no ano (-0,2%), em função da política do governo federal de desoneração tributária em diversos setores produtivos.

As receitas de capital apresentaram expressivo crescimento no bimestre (+271,1%), implicando o bom desempenho no acumulado (+87,7%), por conta da efetivação de operações de crédito, apenas possíveis em decorrência da gestão fiscal responsável da Secretaria de Estado de Fazenda.

Nesse ano as despesas do ERJ foram orçadas em R\$ 64,03 bilhões pela Lei orçamentária Anual. No decorrer do ano ocorreram acréscimos num total de R\$ 7,96 bilhões por meio de créditos adicionais. Ao final de 2012 este orçamento totalizou R\$ 72 bilhões.

Na análise da execução do orçamento pode-se observar que a despesa liquidada alcançou R\$ 63,82 bilhões dos quais as Outras Despesas Correntes requereram R\$ 36,72 bilhões, o grupo de Pessoal e Encargos Sociais somou R\$ 14,64 bilhões, as despesas de Capital representaram R\$ 8,03 bilhões e os Juros e Encargos da Dívida foi de R\$ 2,63 bilhões.

A maior parte de Outras Despesas Correntes destinou-se às áreas da Educação e da Saúde para programas como Nutrição Escolar, manutenção da rede escolar e operacionalização geral da gestão de saúde.

O grupo de investimento e inversões financeiras representou 72,31% das despesas de capital, os gastos destes grupos concentram-se nas áreas de Infraestrutura e Transporte. Na primeira destacam-se os projetos do Arco Metropolitano e Recuperação da Região Serrana. Já na área de Transporte destacam-se as obras do Metrô, melhorias do sistema ferroviário, incluída a aquisição de trens urbanos e melhorias da malha rodoviária.

Para honrar os seus compromissos o ERJ financiou com a fonte do Tesouro 71,06% (R\$ 43,35 bilhões) das despesas executadas, os outros 28,94% (R\$ 18,46 bilhões) foram representados pelas demais fontes. Para uma análise mais profunda dos recursos das Outras Fontes destacam-se os convênios com DETRAN, DNIT, Caixa Econômica Federal e Ministério de Integração Nacional, que totalizaram R\$ 1,20 bilhão. Estes recursos de convênios financiaram grandes projetos de investimentos das funções de Segurança, Urbanismo e Gestão Ambiental.

Em relação às despesas vinculadas pode-se dizer que houve cumprimento dos índices fixados legalmente. Na Educação, o índice alcançou 25,16%, sendo aplicados em manutenção e desenvolvimento de ensino R\$7,09 bilhões. A aplicação via FUNDEB foi equivalente a 66,85% (4,74 bilhões) em 2012. O total aplicado em ações e serviços de Saúde no ano foi de R\$ 3,41 bilhões, contribuindo assim para o índice alcançar 12,11%. O responsável por grande parte dos gastos é o grupo das Outras Despesas Correntes, tendo como principais despesas a Gestão de Serviços de Saúde, Gestão Compartilhada das Unidades de Saúde, Operacionalização das UPAS 24h além dos Serviços de Apoio Administrativo, Técnico e Operacional.

Em relação à FAPERJ o seu percentual foi o mesmo ocorrido no ano anterior, seus recursos foram aplicados em auxílio financeiro aos pesquisadores e bolsa aos estudantes. No FECAM suas principais despesas de investimentos concentraram-se no projeto de Gestão Ambiental e no projeto de Saneamento nas Bacias da Baía de Guanabara. No caso do FEHIS foram aplicados R\$287,48 milhões, dos quais R\$74 milhões à conta do Aluguel Social, realizado pela Secretaria de Estados de Assistência Social e Direitos Humanos.

Nos boxes deste último bimestre foi destacado um estudo da evolução dos investimentos e comparativo entre Estados e uma análise do TAC FECAM. O estudo comparativo dos investimentos considerou o Resultado Primário de cada ente e o total de investimentos em razão da Receita Corrente Líquida. O ERJ investiu 13,4% em 2012 embora tenha apresentado o Resultado Primário do ERJ negativo, este correspondeu apenas a 1,4% da RCL. Os recursos alocados em investimentos alcançaram as áreas prioritárias de governo e a sua principal fonte financiadora é a de Operação de Crédito.



Em relação ao TAC FECAM, detalhamos os valores já realizados no âmbito do Termo de Ajustamento de Conduta - TAC FECAM. Nestes três últimos anos o Estado vem aplicando recursos em ações de saneamento para o cumprimento do acordo celebrado com o Ministério Público.

EXECUTIVE SUMMARY

The performance achieved in the sixth quarter of fiscal year 2012 enabled the State of Rio de Janeiro full compliance with both fundraising goals in two months, as in the year. Total revenues ended the year 4,8% higher than estimated, driven by both current income and capital as they exceeded their targets by 5,2% and 0,8%, respectively. With this, the State Department of Finance got the resources required to run the entire government functions.

The analysis of the Disbursement Schedule established by Resolution SEFAZ No. 478/2012 shows that at the end of fiscal year of 2012 the ERJ reached R\$ 63,25 billion with expenses paid, then considered the payment of RP, exceeding what was anticipated at the beginning of year (R\$ 57,95 billion). The justification of this increase was due to the growth of current expenditure of the state at 13,8%. The increase in these expenses is largely explained by the variation of revenue collected.

The budget results (-R\$ 228,78 million) and primary (-R\$ 908,72 million) accumulated suffered significant influence of the financial surplus observed in 2011, whose funds were used to cover budget expenses of RIOPREVIDÊNCIA in 2012.

Although it has been dropped in the last two months of the year, due mainly to the reduction in value of Current Transfers, current revenues grew by 4,9% in the accumulated, driven by nominal growth of 7,2% in VAT collection in 2012. The growth of VAT is the result of the economic recovery and the enforcement actions of the State Department of Finance.

Revenues Transfer showed insignificant performance both in two months (-6,4%) and year (-0,2%), according to the federal government policy of tax relief in various productive sectors.

Capital revenues showed strong growth in the quarter (+271,1%), implying good performance in the accumulated (+87,7%), due to the realization of loans, only possible as a result of responsible fiscal management of the State Department of Finance.

At end of year 2012 the ERJ reached R\$ 63,25 billion with expenses paid plus payment of RP exceeding what was anticipated earlier in the year (R\$ 57,95 billion) by Disbursement Schedule established by Resolution SEFAZ n.º 478/2012. The justification of this increase was due to the growth of current expenditure of the state at 13.8%.

This year ERJ expenditures were budgeted at R\$ 64,03 billion Annual Budget Law. During the year there was an increase of \$ 7.96 billion through additional credits at the end of 2012 this budget was R\$ 72,00 billion.

In the analysis of budget execution can be observed that the expenditure paid totaled R\$ 63,82 billion of

which the Other Current Expenses requested R\$ 36,72 billion, the group Personal and Social Charge totaled R\$ 14.64 billion, capital expenditures were R\$ 8,03 billion and Interest Charges and Debt was R\$2,63 billion.

Most of that was executed by the group Other current expenditure is in the areas of education and health that earmarked the funds for major projects such as the School Nutrition, education support services, and operationalization of healthcare management.

The group of investment and financial investment accounted for 72.31% of capital expenditures, the expenditures of these groups are concentrated in the areas of Infrastructure and Transport. In that one stand out infrastructure projects, Metropolitan Arch, and Recovery of the Mountain Region. In the area of transport projects are the representative works in the subway line, improvements to the rail system, including commuter rail acquisition and improvements of the road network beyond the works of the complex Maracanã.

To honor your contracts the ERJ funded with source of treasure 71.06% (R\$ 43.35 billion) of the expenditure, the other 28.94% (R\$ 18.46 billion) were represented by other sources. For a deeper analysis of the resources of other sources stand out agreements with DETRAN, DNIT, Caixa Econômica Federal and National Integration Ministry, which totaled R\$ 1.20 billion. These agreements financed large investment projects of the functions of Safety, Planning and Environmental Management.

About the linked legally expenditure can be said that it had fulfillment. In Education, the index reached 25.16%, in which case the amount allocated for maintenance and development of education reached R\$ 7,09 billion. Applying through FUNDEB was equivalent to 66.85% (R\$ 4,74 billion) in 2012. The total invested in health services in the year was R\$ 3,41 billion, make the index to reach 12.11%. The accounts for much of the spending are the group of Other Current Expenses, the main expenses Management of Health Services, Shared Management of Health Units, Operationalization of UPAS 24h, beyond Administrative Support Services, Technical and Operational.

The FAPERJ percentage was the same occurred in the previous year, their funds were invested in financial assistance to researchers and scholarship students. In FECAM the main investment spending focused on project management and the project Environmental Sanitation Basins of Guanabara Bay. About FEHIS were applied R\$ 287.48 million, of which R\$ 74 million to the account of the Social Rent, performed by the Secretary of State for Social Assistance and Human Rights.

In these last two months was highlighted a study of the evolution of investment and comparative analysis of states and a TAC FECAM. The comparative study of investments considered the results of each entity Primary and total investment due to the net current revenue. The ERJ invested 13.4% in 2012 although it had the Primary Result ERJ negative; this corresponded to only 1.4% of the RCL. The resources allocated to investment reached the priority areas of government and its main funding source is the Operating Loan.

Regarding the TAC FECAM, we detail the values already made under the Terms of Adjustment of Conduct



- TAC FECAM. Over the past three years the state has been applying resources sanitation actions for the fulfillment of the agreement with prosecutors.

I. Economic Outlook

I.1 The Domestic and International Context¹.

The last two months of 2012 was characterized by relative stability in the international and domestic economic scenario. Internationally, reduced the perception of risk, especially with respect to the future of the euro and despite the negative economic performance of member countries that monetary union, whose GDP declined 0.6% in the fourth quarter. A more proactive stance of the European Central Bank in the second half of last year had a decisive role in this reversal of negative expectations by signaling with monetary and financial support to countries in the Eurozone and the region's financial system. The result was a sharp drop in spreads of sovereign debt of countries with higher fiscal imbalances and rising share prices in global stock markets, a trend that has remained in the first months of 2013.

Likewise, overcoming uncertainty about economic growth in the U.S. and China also contributed to an improvement in the international environment. In the American case, the positive indicators of economic activity - notably the performance of the labor market, the construction and retail sales - in contrast with the result of GDP in the last quarter of 2012: growth of only 0.1% strongly influenced by the contraction of public spending on defense and by a reduction in the pace of inventory accumulation. In both cases, it is quite volatile components whose influence on GDP not overshadow the strong growth in personal consumption (2.1%) and investment in capital formation, both residential (17.4%) and by firms (9.7%)². But the recovery of the U.S. economy is still fragile and vulnerable to shocks, as now at the prospect of public spending cuts in the wake of the impasse that remains on the routing of long-term fiscal adjustment.

In China, growth of 7.9% of GDP in the last quarter of 2012 - accelerating from the 7.4% in the previous quarter - greatly reduced the fear of an "abrupt landing." More importantly was the fact that the positive performance resulted primarily from an acceleration in consumption, with relative loss of dynamism both investment as net exports. That is, the restructuring of the Chinese economy towards a more balanced pattern between the components of aggregate demand, with greater emphasis on the domestic market, seems to be a steady ongoing process, indicating favorable prospects regarding its continuation, even that growth will occur at lower rates than those observed until 2008.

Domestically, the last two months of 2012 combined moderate growth in economic activity with accelerating inflation and widening of current account deficit in the balance of payments. GDP grew 0.6% last quarter, a slight acceleration in the given revised 0.4% in the third quarter. Thus, the annual growth was 0.9%. As discussed in the Bulletin of Transparency of the 5th quarter, the relatively modest growth in economic activity since mid-2011 due to investment behavior, on the demand side, and the industry sector's point of view.

The investment had been declining, seasonally adjusted, for four quarters, but reacted in the last quarter of 2012 with growth of 0.5% from the previous quarter. In 2012, however, the average reduction in gross fixed

¹ This analysis uses data available as of 03/07/2013.

² Quarterly rates of change, annualized.

capital formation was 4%. The investment rate declined from 19.3% of GDP in 2011 to 18.1% of GDP in 2012. The stimuli for investment during the year were significant, including strong reduction in the real interest rate, extension of credit at subsidized rates through official banks, tax exemption on the purchase of capital goods and incentives for ongoing demand, particularly of durable and building material. However, uncertainty about the sustainability of these policies, as the regulatory and business environment in general and objective factors such as pressure of unit labor costs and inefficiencies in infrastructure, also impacts on production costs and marketing seem to come neutralizing favorable effect of these policies.

The consumption of goods and services, in turn, accelerated in the fourth quarter of 2012, an increase of 1.2%. During the year, household consumption increased by 3.1% compared to 2011, ie at a rate three times higher than GDP. Specifically with regard to consumer goods, there was a slowdown in the pace of growth in the fourth quarter, as can be inferred from the behavior of retail sales according to PMC: the restricted concept, the seasonally adjusted quarterly change increased from 2.2 to 0.9%, and extended from 2.2 to 0.6%.

From the standpoint of industry, the industry recorded a poor performance in the last quarter of the year, with growth of just 0.4% in the previous quarter, after growing 0.8% in the third quarter. If only the segment of the manufacturing industry is considered, the deceleration is even more pronounced: from 1.5% to -0.5%. In 2012 as a whole, industrial production fell by 0.8% in GDP, and manufacturing fell 2.5%. In the latter subset, the reduction in the capital goods sector highlight, nearly 12% this year. Contrary to the industry, services grew 1.1% in the fourth quarter after detain recorded in the third stability. During the year, the variation was 1.7%.

Against this backdrop of low growth, once again highlights the behavior of the labor market in the period from November to December 2012. The average unemployment rate in the quarter, seasonally adjusted, was 5.5%, stable compared to the two months from September to October. The occupation continued to grow in seasonally adjusted terms compared with the previous month, but did so at a slower rate than in the two months from September to October, having slowed from 0.7% per month on average to 0.1% monthly growth in last two months of the year. In comparison with the same months of 2011, however, the growth rate remained high, close to 3%, compared to 2.6% in the previous quarter. In this same comparison with the same period last year, the average real income continued to grow, with an average rate of 4.3% from November to December, up from 4.5% in September-October. Thus, the mass of labor income, in real terms, grew in the last quarter of last year at a rate of 7.3%, four percentage points more than in the same period of 2011.

Inflation accelerated in the final quarter of the year, with average monthly IPCA variation of 0.70% in November-December, compared to 0.58% in the month from September to October. Unlike the view that the big shock was associated with the price of food items were transport (especially airfare) and personal expenses (recreation and tobacco) primarily responsible for the acceleration. Annual inflation IPCA was 5.8%, with the main contributions coming from the market at prices determined (range, 6.6%), and among them, the non-tradable goods, especially services (8.7 %). Food also had a significant impact, ranging from nearly 10% a year, while the prices, especially fuel, which had slight deflation in the year, acted to reduce inflation, accumulating 3.6% in 2012.

Beside inflation, recent data also show a deterioration in the country's position in its balance of payments. The result in the current account in 2012 was - U.S.\$ 54.2 billion, compared to a deficit of U.S.\$ 52.5 billion in 2011. The main factor responsible for this decline was the worsening of U.S.\$ 10.4 billion in trade balance and, to a lesser extent, an increase of \$ 3.1 billion in deficit services. Conversely, reduction in remittances of profits and dividends, U.S.\$ 14 billion, an increase prevented larger current account deficit, which stood at 2.4% of GDP in 2012. Is also worth mentioning that the current account deficit was more than financed by flows of foreign direct investment, which reached U.S.\$ 65.2 billion, or 2.9% of GDP.

Fiscal policy in 2012 remained expansionary bias, helping to sustain aggregate demand. There was an increase in consumption and public investment and transfers to households through social programs or welfare benefits in general influenced by the minimum wage had real strong increase in 2012. Furthermore, there was strong tax exonerations, as the IPI, replacing an employer contribution to Social contribution levied on the turnover in selected sectors and schemes of accelerated depreciation on purchase of capital goods, among others. The result was that the primary surplus of the consolidated public sector declined significantly, although the nominal deficit has remained stable as a proportion of GDP due to the implicit cost reduction in net debt.

In summary, the conditions of late 2012 was still characterized by low growth and accelerating inflation in an international context with less uncertainty, but also marked by stagnation of economic activity and volatility. From the point of view of state finances, this framework adds to the indirect impact that the tax cuts have on constitutional transfers, beyond the effects of certain derivative control prices (fuel, energy) on the state collections.

The collection of federal revenues, both administered by the RFB and by other agencies, amounted to R\$ 1,029,260 million in 2012. Compared to 2011, the increase was 6.1% nominal and real (CPI) of 0.7%. Revenues administered exclusively by the Federal Revenue of Brazil, in the period from January to December 2012 totaled R\$ 992,089 million (current prices dez/2012). This result represented a nominal increase of 5.7% and real 0.3% over the same period of 2011.

The federal collection presented consecutive monthly decreases real from the month of June 2012 compared to the same months of 2011. This trend was reversed in the sixth quarter of the year, with real growth of 0.4% (6.0% nominal) in November and 0.9% (6.7% nominal) in December compared to the same periods of year.

Among the factors that contributed to this result include the reduction of corporate profitability in 2012 compared to the previous year, tax cuts and the performance of key macroeconomic indicators. The taxes that showed actual losses (IPCA) more significant, in the year 2012 were: (-70.6%) CIDE-fuels (-43.7%) IPI-cars (-43.4%) Other Revenues administered by RFB, (-8.5%) IRRF-Income Capital, (-8.1%) IOF, and (-6.1%) CSLL. On the positive side, the taxes with real increases (IPCA) were more relevant: (+5.1%) PIT, (+10.5%) Import Duty, (+10.5%) IPI-Linked, (+4 7%) COFINS (+4.8) and (+6.5%) Social Security Revenue.

I.II Economic Activity in Rio de Janeiro

Industry. The industry of the state in December declined -1.3% compared to November 2012, for the seasonally adjusted series. Comparing to the same period last year, a drop of 3.1%. For Brazil, there was a marginal stability, and a decrease of 3.5% compared to December 2011. This scenario also reflects the uncertainties and adjustments that have characterized the international and Brazilian economies. From January to December, the industry of the state registers negative result of -5.6%, higher than the decrease observed for the Brazilian industry as a whole, whose fall was 2.7%.

In terms of the main aggregates, extractive industries and the transformation of Rio de Janeiro in December fell (-1.2% and -3.5%, respectively) compared to the same period last year. Already nationally, the extraction and processing industries grew by 1.3% and falling (-3.9%), respectively, over the same period of 2011.

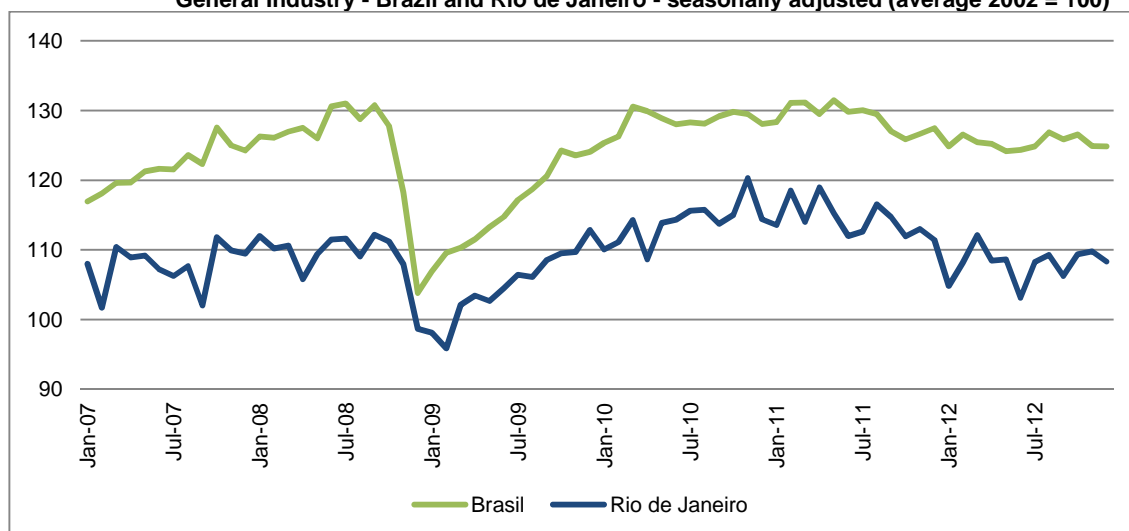
The analysis of the thirteen industrial activities in the sector is disaggregated in the table reveals that ERJ cooling is extensive: seven of these sectors are in production level lower than in December 2011. The most significant drop was recorded by segment vehicles (- 42.0%), influenced not only by the reduced production of trucks and bus chassis and trucks, but also by the high basis of comparison, since in December 2011 growth was 32.7% of this activity. It is worth noting declines in petroleum refining and alcohol production (-13.1%), basic metals (-12.0%) and beverages (-9.8%), affected by lower production of diesel, oils fuel and automotive gasoline;-sheets of tin-carbon steel and rebar, and beer and draft beer, respectively. Moreover, the pharmaceutical industry has pursued the most significant positive contribution (74.9%) of the total industrial production of the state, reflecting the increased production of medicines and also the low base of comparison, since in October 2011 the sector decreased (-17.7%).

From January to December 2012, compared to the same period of 2011, the largest decreases occurred in automotive vehicles (-35.5%), food products (-10.8%), non-metallic minerals (-11.1%), beverages (-7.1%) and basic metals (-6.4%). Only the production activity "other chemicals" showed significant positive change (9.5%), influenced in large part by increased production of herbicides for use in agriculture and polypropylene. Despite the negative results, the quarterly moving average index for industry ERJ showed expansion of 0.6% in the quarters ended in November and December, and continued the upward trend started last July 2012. Comparing quarter against the previous quarter, the industry of the state increased 1.1% in the fourth quarter of 2012 and repeated the result marked the period from July to September.

Using the raw data and comparing quarterly periods, the industry of the state, registering a decrease of 2.5% in the fourth quarter of 2012 compared to the same period of 2011, marked the sixth negative rate in this type of comparison, but reduced the rate of decrease compared to the results for the period from July to September (-5.7%). The gain momentum between the third and fourth quarters of 2012 was observed in eight of the thirteen sectors surveyed, especially for the pharmaceutical industry, which went from 18.4% to 48.5%, followed by other chemicals (0, 1% to 16.4%) and beverages (from -13.9% to -1.5%). Moreover, among the groups that had lower production rate between the two periods excelled activity of petroleum refining and alcohol production (from 4.2% to -13.9%).

Graph 1

General Industry - Brazil and Rio de Janeiro - seasonally adjusted (average 2002 = 100)



Source: PIM/IBGE.

Oil. After one year of follow-month low, oil production in RJ reached a reasonable level of production in December. The production in the last month of the year was 7.6 million cubic meters, the highest level since January 2012. Yet in comparison bimonthly there was a significant decrease in comparison with 2011 (-5.3%). In the year 2012 there was a decrease of -1.2% compared to the previous year, this being the third consecutive year of decline in production of the commodity. For 2013 the expectations are pessimistic in the face of recent statements of President of Petrobras, leading us to believe that the year should maintain levels of production close to those achieved last year. With respect to international values of the product was observed that, after the record high price volatility in the first half of 2012, occurred in the second half of the year to stabilize between \$ 109 and \$ 113. In early 2013, however, there is a significant price increase in mid-February and the barrel was already trading above \$ 118.

Table 1

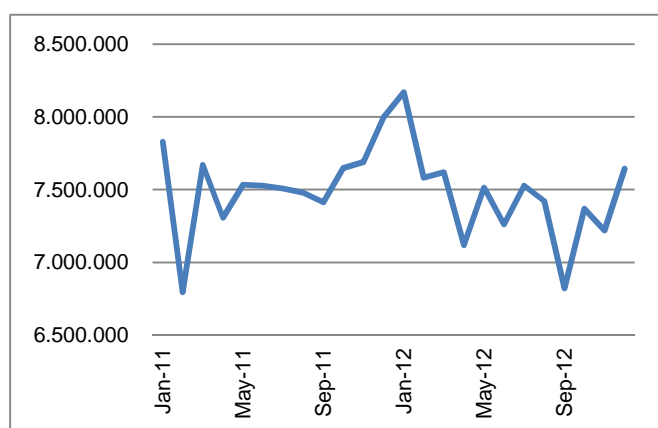
General data on Oil Production and average Oil Price

Production and Price	2011	2012	Variation
Oil Production (m³) - November/December	15,687,225	14,863,105	-5.3%
Oil Production (m³) - YTD Through December	90,393,140	89,268,374	-1.2%
Avagare Brent (US\$) - November/December	109	109	0.0%

Source: ANP and EIA.

Graph 2

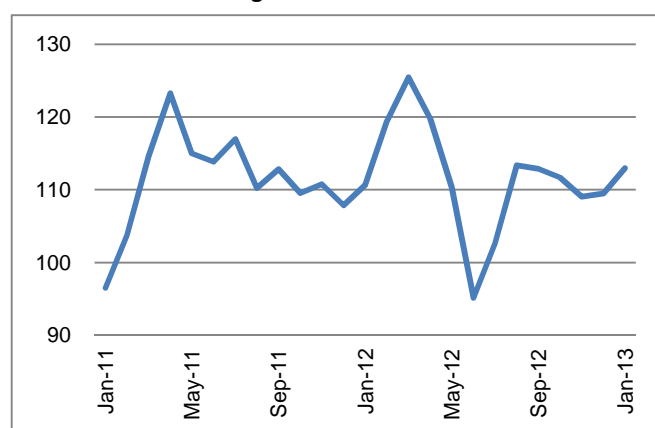
Oil Production - m³



Source: ANP.

Graph 3

Average Oil Price - Brent



Source: EIA.

Telecomm. The state of Rio de Janeiro, according to ANATEL, is in third place (nationally ranked) in number of handsets, with approximately 23.1 million units in December 2012. This represents an increase of 6.4% compared to December 2011. Considering the wireline, the state ranked second in terms of telephones installed (until December 2012): 5,845,290, 68% of these are 'in service'. As for the fixed rate for the state is R \$ 0.08028 (per minute) today, an increase of 10% against the last rate. The current statewide residential subscription is \$ 29,32.

Energy. The table below shows the evolution of tariffs (in R\$/kWh) residential, approved by ANEEL, in three distribution companies in the State of Rio de Janeiro. The only concession that the rate decreased between the two periods (2011/2012 and 2012/2013) was the ENF, with annual percentage changes of -7.4% (2011/2012) and -18.1% (2012/2013). The other utilities (Wide and Light) had initially increase and subsequent fall. The Broad showed positive annual percentage change of 6.3% between 2011 and 2012, and Light, 11.8% (same period). Between 2012 and 2013, both showed a reduction in the rate, with an equal percentage change (-18%). This change allowed the tariff of 2013, even with the increase in 2012, the rate fell below 2011 for the two concessionaires.

Table 2
Rates of energy distribution companies of the ERJ

Company	Period	2011	2012	2013
Ampla	Date	03/15/2011 to 03/14/2012	03/15/2012 to 01/24/2013	01/24/2013 to 03/14/2013
	Rate (R\$/kWh)	0.40188	0.42701	0.35015
Light	Date	11/07/2011 to 11/06/2012	11/07/2012 to 01/24/2013	01/24/2013 to 11/06/2013
	Rate (R\$/kWh)	0.34304	0.38359	0.31416
ENF	Date	03/18/2011 to 06/17/2012	06/18/2012 to 01/24/2013	01/24/2013 to 06/17/2013
	Rate (R\$/kWh)	0.37582	0.34818	0.28524

Source: ANEEL.

According to the Energy Research Company - EPE, residential captive consumption in 2012, measured per megawatt / hour (MWh), accounted for 42.5% of total consumption in that category, followed by trade (28.7%); Other - Government, Public Service, etc. (20.0%); beyond the industrial sector (8.9%). In percentage change between 2010 and 2012, highlighting the industry, whose consumption decreases during the period (-12.0%). Considering the non-captive consumption in 2012, the highlight is the industrial

sector, with 85.7% share - most industries that require a lot of energy consumers are free - followed by the commercial sector (11.5%) and Public Service (2 , 9%). Compared with 2010, consumption was most altered the commercial sector, with an increase of 31.3%.

Table 3
Rates of energy distribution companies of the ERJ

Consumption (MWh)	2010	2012	Var. %
Captive Consumption	28,542,438	29,807,384	4.4%
Residential	11,866,517	12,660,324	6.7%
Commercial	8,032,623	8,548,950	6.4%
Other (Public Power, etc.).	5,633,390	5,948,673	5.6%
Industrial	3,009,908	2,649,437	-12.0%
Not Captive Consumption	7,258,759	6,585,799	-9.3%
Industrial	6,507,127	5,640,806	-13.3%
Commercial	576,178	756,653	31.3%
Public Service	175,454	188,340	7.3%

Source: EPE.

Commerce. The state of Rio de Janeiro, in comparison with Brazil, continued to show higher sales volume in 'fuels and lubricants', both in two months in November / December as the cumulative annual (January / December), as it occurred in the fifth and two months in the January / October, compared with the same period last year, according to Table 4.

With growth (well above the national) in the last two marking periods, in 'Equipment and materials for office, computer and communication', the state of Rio de Janeiro managed to reverse the situation of greater dynamism of national sales volume in the January/October: considering the YTD 2012, the state of Rio de Janeiro grew by 18.7% (compared to the accumulated 2011), while Brazil ranged only 6.9%.

Considering only the last two months of the year, the state of Rio de Janeiro was also higher growth of sales volume (in relation to Brazil) in 'Other articles of personal and domestic use', when compared with the same period last year: Growth 19.6% (RJ) versus 13.3% (BR).

The highlight negative for the state of Rio de Janeiro was on account of 'Furniture and household', considering the two months November / December: 0.8% drop in sales compared with the same quarter last year.

Despite the growth over the same quarter of the previous year, the segment 'Hypermarkets, supermarkets, food products, beverages and tobacco', once again (as in two months September/October) showed low growth compared with the national

As a whole, the volume of retail sales both as expanded retail grew more in Brazil, according to trend over the year.

Table 4
Volume of retail sales – variation period over period (%)

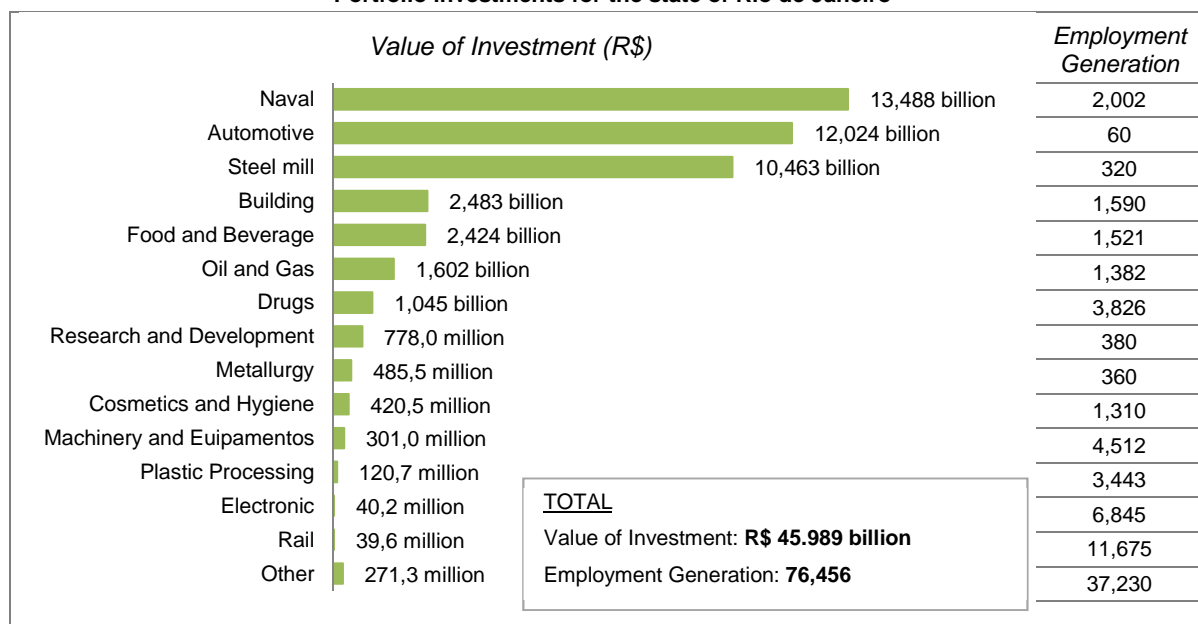
Activity	BR		RJ	
	Nov-Dec	2012	Nov-Dec	2012
Fuels and lubricants	6.4	6.8	19.7	15.8
Hypermarkets, supermarkets, foods, beverages and tobacco.	7.4	8.4	1.6	0.9
Textiles, clothing and footwear	4.4	3.4	2.0	3.3
Furniture and appliances	8.7	12.2	-0.8	6.5
Pharmaceuticals, medicals, orthopedics, perfumery and cosmetics	6.4	10.2	1.9	7.1
Books, newspapers, magazines and stationery	7.3	5.4	0.8	3.2
Equipment and office supplies, computer and communication	-15.1	6.9	39.3	18.7
Other articles of personal and domestic use	13.3	9.4	19.6	6.5
Retail Trade	6.5	8.4	3.8	4.0
Vehicles, motorcycles, parts and pieces	5.8	7.3	3.3	2.1
Building material	6.2	7.9	5.7	9.9
Expanded Retail Trade	6.0	8.0	2.4	4.1

Source: PMC/IBGE.

I.III Investments³

The Industrial Development Company (CODIN) closed 2012 with a positive balance for the State of Rio de Janeiro. Backlogs exist today, at least 145 projects being implemented in the State, with completion scheduled by 2016. In total, these projects total investments of \$ 46 billion. The survey considers productive projects or ongoing prospecting in the territory of Rio de Janeiro. If confirmed, these projects are expected to generate 76,456 jobs in the state. In CODIN survey prepared by the shipping industry leader in investment volume (R \$ 13.488 billion) and creating jobs (37 230), as shown in the table below.

Graph 4
Portfolio investments for the state of Rio de Janeiro



Source: CODIN.

³ Office of Communications SEDEIS.

Also according to the CODIN, the North “Fluminense”, Middle “Paraíba”, Metropolitan and “Baixada” concentrate 97% of investments. Two-thirds go to the first two poles of the oil and gas and automotive, respectively. In the accounts of CODIN, £ 430 million still do not have definite geographical destination.

I.IV Labor Market

The economically active population in the metropolitan area of Rio de Janeiro (RMRJ) as the PME / IBGE, closed higher in December (+2.0%) over the same month of 2011. This growth is lower than occurred nationally (+3.0%) for the same period. However, observing the creation of jobs (persons employed during the reference week) in the same period, it can be said that the growth in the occupation at RMRJ was higher than that for the country as a whole (+2.4% and +2.2%, respectively). The sectors of economic activity in RMRJ that were retracted 'Other activities' (-4.2%), 'Domestic Services' (-2.9%) and 'financial intermediation and real estate, rental and service to the company' (-0.1%) - in the other sectors, the increased occupancy, especially for 'Construction' (+4.1%), 'Trade, repair of motor vehicles and personal and household goods' (+3.8%) and 'Other services' (+3.8%). The expansion of the occupation, by consequent, did the unemployment rate (seasonally adjusted) decline. In two months from November to December, the unemployment rate in the Metro Region, with adjustment for seasonality, decreased from 5.2% in 2011 to 4.1% in 2012, while level in Brazil, as seen, it remained stable.

The position indicator in the main job occupation reveals that stayed the process of formalization of the labor market RMRJ. The formal jobs increased (+3.1%) in December 2012 compared to December of the previous year, whereas the unregistered employment and own account had minimal increase (+0.4%, both) in the same period. Even with this small increase of informal workers - unregistered and self - the participation of employees with a formal contract in December 2012 rose compared to the same month of 2011 (48.6% and 47.6%, respectively).

Considering only formal jobs, data from the General Register of Employed and Unemployed (CAGED) show that in the year 2012 were created 148,797 net jobs in the State of Rio de Janeiro. Economic sectors that create jobs net, stands out from the 'Services', with 73,041 admissions net and 'Construction', with 32,956 admissions net. It must be noted that these sectors still generated less net jobs in 2012 than in 2011, down 25%. Observe, however, that the only sector with net disconnections in the same period was the 'Public Administration' (-3446), which reversed this scenario in October this year.

As for the average real income of workers in the Metro Region, there was a real increase (3.7%) in December 2012 compared with the same month of 2011. This growth is higher than in the country (+3.2%) for the same period. On average, the average real income of Rio de Janeiro in 2012 was 7.4% higher than the national.

I.V Inflation

The IPCA-RJ in November and December was 0.50% and 1.29% which compare, respectively, the variations of 0.60% and 0.79% for Brazil. The items and food and beverage expenses were personal items that had greater variation from November to December.

In December, the items that most influenced the IPCA-RJ were food and beverages, with a variation of 1.6%, transportation (0.9%) and personal expenses (4.7%). In the group Food and Drink, the subgroup that was most influenced food at home, driven by the increase in vegetables and vegetables (5.0%), meat (4.2%) and fish (4.0%). In group Transport, the item that was most influenced public transport, with a high of 2.0%. In personal expenses, the item with the highest variation was smoking, with a variation of 12.7%, and recreation with a high of 7.6%. Communication was the only item that dropped, 0.02% in December.

In the food and beverage item that most influenced the article was driven by food at home increased 5.0% vegetables and vegetables, meats and fish 4.2% 4.0%. In the article that item transport over public transport was pressed with a high of 2.0%. In personal expenses, the article that showed the greatest variation was smoking with a variation of 12.7% and recreation with a high of 7.6%. Communication was the only item that dropped, 0.02% in December.

The year 2012 ended with the IPCA / RJ accumulated 7.3% in Rio de Janeiro, up from 6.6% relative to the closing of the year 2011, and also much higher than the 5.8% relative to Brazil. The more items that the IPCA/RJ accumulated personal expenses in 2012 (13.0%), food and beverages (9.4%) and (9.1%) housing, communication being the only item that was down 0.6% on year.

Table 6
Variation of IPCA

Period	RJ		Acumulado 2011		Acumulado 2012	
	Nov	Dez	RJ	BR	RJ	BR
General Index	0.50	1.29	6.57	6.50	7.34	5.84
Foods and Beverages	-0.40	1.64	8.19	7.18	9.42	9.86
Housing	1.91	0.86	7.42	6.75	9.12	6.79
Household Articles	-0.48	0.21	0.77	0.00	0.77	0.84
Clothing	1.03	0.73	8.51	8.27	6.54	5.79
Transport	0.28	0.87	6.42	6.05	4.46	0.48
Health and Personal Care	0.49	0.36	6.28	6.32	7.05	5.95
Personal Expenses	1.05	4.68	6.03	8.61	12.95	10.17
Education	0.08	0.28	7.20	8.06	7.38	7.78
Communication	0.19	-0.02	1.55	1.52	-0.55	0.77

Source: IPCA/IBGE.

I.VI External Sector

Rio's trade balance in December showed positive results. The volume of exports was \$ 2.56623 billion while imports accounted for U.S. \$ 1,572.51 million. There was a fall in both the volume of imports (-12.1%) and in exports (-13.4%) compared to the same month of 2011. The total exports in 2012, meanwhile, suffered a negative growth of -2.3% compared to the previous year. This can be explained by the decrease of -59.2% in the accumulated volume of commodity exports, the main industry in the export basket. Even with this negative result, was this sector that allowed the surplus in the last month of the year, since a total of U.S. \$ 1,943.58 million, leveraged foreign sales ERJ, allowing a surplus of U.S. \$ 996.61 million in the balance of the month. With regard to imports, intermediate goods sector was the biggest contributor in December with \$ 535.94 million, and the year, imports of fuels are suffering the biggest accumulation (14.7%) in the year.

I. Panorama Econômico

I.1 O Contexto Internacional e Doméstico⁴.

O último bimestre de 2012 caracterizou-se por relativa estabilidade no cenário econômico internacional e doméstico. No plano internacional, reduziu-se a percepção de risco, notadamente em relação ao futuro do euro e não obstante o desempenho econômico negativo dos países membros daquela união monetária, cujo PIB declinou 0,6% no quarto trimestre. A postura mais proativa do Banco Central Europeu no segundo semestre do ano passado teve papel decisivo nessa reversão de expectativas negativas ao sinalizar com apoio monetário e financeiro aos países da Zona do Euro e ao sistema financeiro da região. O resultado foi uma queda acentuada nos spreads de dívida soberana dos países com maiores desequilíbrios fiscais e um aumento do preço das ações nos mercados acionários globais, tendência que tem se mantido nos primeiros meses de 2013.

Da mesma forma, a superação de incertezas quanto ao crescimento econômico nos EUA e na China também contribuiu para uma melhoria do ambiente internacional. No caso norte-americano, os indicadores positivos de atividade econômica – notadamente o desempenho do mercado de trabalho, da construção civil e vendas do varejo – contrastam com o resultado do PIB do último trimestre de 2012: crescimento de apenas 0,1%, fortemente influenciada pela contração dos gastos públicos em defesa e pela redução do ritmo de acumulação de estoques. Nos dois casos, trata-se de componentes bastante voláteis cuja influência sobre o PIB não ofusca o forte crescimento do consumo pessoal (2,1%) e do investimento em formação de capital, tanto residencial (17,4%) quanto pelas empresas (9,7%)⁵. Mas a recuperação da economia norte-americana ainda é frágil e sujeita a choques, como agora diante da perspectiva de cortes de gastos públicos na esteira do impasse que ainda permanece sobre o encaminhamento do ajuste fiscal de longo prazo.

Na China, o crescimento de 7,9% do PIB no último trimestre de 2012 – acelerando em relação aos 7,4% no trimestre anterior – reduziu bastante o receio de uma “aterrissagem brusca”. Mais importante ainda foi o fato de que o desempenho positivo resultou principalmente de uma aceleração do consumo, com perda relativa de dinamismo tanto do investimento quanto das exportações líquidas. Ou seja, a reestruturação da economia chinesa, no sentido de um padrão mais equilibrado entre os componentes da demanda agregada, com maior ênfase no mercado doméstico, parece ser um firme processo em curso, indicando perspectivas favoráveis no que se refere a sua continuidade, mesmo que o crescimento venha a ocorrer a taxas mais baixas do que aquelas observadas até 2008.

No plano doméstico, o último bimestre de 2012 combinou crescimento moderado da atividade econômica com aceleração da inflação e ampliação do desequilíbrio em conta corrente no balanço de pagamentos. O PIB cresceu 0,6% no último trimestre, uma ligeira aceleração em relação ao dado revisto, de 0,4%, do terceiro trimestre. Dessa forma, o crescimento anual foi de 0,9%. Como discutido no Boletim de Transparência do 5º bimestre, o crescimento relativamente modesto da atividade econômica desde

⁴ Esta análise utiliza dados disponíveis até 07/03/2013.

⁵ Taxas trimestrais de variação, anualizadas.

meados de 2011 decorre do comportamento do investimento, pelo lado da demanda, e da indústria do ponto de vista setorial.

O investimento vinha declinando, na série dessazonalizada, há quatro trimestres, mas reagiu no último trimestre de 2012 com crescimento de 0,5% ante o trimestre anterior. Em 2012, contudo, a redução média da formação bruta de capital fixo foi de 4%. A taxa de investimento declinou de 19,3% do PIB em 2011 para 18,1% do PIB em 2012. Os estímulos ao investimento ao longo do ano foram significativos, incluindo forte redução da taxa real de juros, ampliação do crédito a taxas subsidiadas por meio de bancos oficiais, desoneração tributária na aquisição de bens de capital e incentivos contínuos à demanda, principalmente de duráveis e material de construção. No entanto, incertezas quanto à sustentabilidade dessas políticas, quanto ao ambiente regulatório e de negócios em geral, e fatores objetivos como a pressão dos custos unitários do trabalho e ineficiências na infraestrutura, também com impactos sobre custos de produção e comercialização, parecem vir neutralizando o efeito favorável dessas políticas.

O consumo de bens e serviços, por seu turno, acelerou no quarto trimestre de 2012, com crescimento de 1,2%. No ano, o consumo das famílias aumentou 3,1% ante 2011, ou seja, a uma taxa três vezes maior que o PIB. Especificamente no que se refere ao consumo de bens, houve uma desaceleração do ritmo de crescimento no quarto trimestre, como se pode inferir do comportamento das vendas do comércio varejista segundo a PMC: no conceito restrito, a variação trimestral dessazonalizada passou de 2,2 para 0,9%, e no ampliado, de 2,2 para 0,6%.

Do ponto de vista setorial, a indústria registrou fraco desempenho no último trimestre do ano, com crescimento de apenas 0,4% em relação ao trimestre anterior, após ter crescido 0,8% no terceiro trimestre. Se apenas o segmento da indústria de transformação for considerado, a desaceleração é ainda mais pronunciada: de 1,5% para -0,5%. Em 2012 como um todo, a produção industrial no PIB recuou 0,8%, e a indústria de transformação caiu 2,5%. Nesse último subconjunto, destaca-se a redução no setor de bens de capital, de quase 12% no ano. Na contramão da indústria, os serviços cresceram 1,1% no quarto trimestre, depois de terem registrado estabilidade no terceiro. No ano, a variação foi de 1,7%.

Contra esse pano de fundo de baixo crescimento, uma vez mais se destaca o comportamento do mercado de trabalho no período novembro-dezembro de 2012. A taxa média de desocupação no bimestre, após ajuste sazonal, foi de 5,5%, estável em relação ao bimestre setembro-outubro. A ocupação continuou crescendo na comparação dessazonalizada com o mês anterior, mas o fez a um ritmo menos intenso que no bimestre setembro-outubro, tendo desacelerado de 0,7% ao mês, em média, para 0,1% ao mês de crescimento no último bimestre do ano. Na comparação com iguais meses de 2011, contudo, a taxa de crescimento manteve-se elevada, próxima a 3%, ante 2,6% no bimestre anterior. Nessa mesma comparação com igual período do ano anterior, os rendimentos médios reais continuaram crescendo, com taxa média de 4,3% em novembro-dezembro, ante 4,5% em setembro-outubro. Dessa forma, a massa de rendimentos do trabalho, em termos reais, crescia no último bimestre do ano passado a uma taxa de 7,3%, quatro pontos percentuais a mais que o registrado em igual período de 2011.

A inflação acelerou no bimestre final do ano, com variação média mensal do IPCA de 0,70% em novembro-dezembro, ante 0,58% ao mês em setembro-outubro. Ao contrário da visão de que o grande

choque esteve associado ao preço de alimentos, foram os itens transportes (especialmente passagens aéreas) e despesas pessoais (recreação e fumo) os principais responsáveis pela aceleração. A inflação anual pelo IPCA foi de 5,8%, com as principais contribuições vindas dos preços determinados em mercado (variação de 6,6%), e, dentre eles, dos produtos não comercializáveis, com destaque para os serviços (8,7%). Os alimentos também tiveram impacto significativo, com variação de quase 10% no ano, enquanto os preços monitorados, especialmente combustíveis, que tiveram ligeira deflação no ano, atuaram no sentido de reduzir a inflação, acumulando variação de 3,6% em 2012.

Ao lado da inflação, os dados recentes mostram também uma piora na posição do país em seu balanço de pagamentos. O resultado em conta corrente em 2012 foi de -US\$ 54,2 bilhões, ante déficit de US\$ 52,5 bilhões em 2011. O principal fator responsável por essa piora foi o declínio de US\$ 10,4 bilhões no saldo da balança comercial e, em menor medida, o aumento de US\$ 3,1 bilhões no déficit de serviços. Em sentido contrário, a redução nas remessas de lucros e dividendos, de US\$ 14 bilhões, impediu um aumento maior do déficit em conta corrente, que ficou em 2,4% do PIB em 2012. Vale destacar também que o déficit em transações correntes foi mais que financiado pelos fluxos de investimentos estrangeiros diretos, que alcançaram US\$ 65,2 bilhões, ou 2,9% do PIB.

A política fiscal em 2012 manteve o viés expansionista, contribuindo para sustentar a demanda agregada. Houve aumento do consumo e investimento públicos e das transferências às famílias via programas sociais ou benefícios previdenciários, em geral influenciados pelo valor do salário mínimo que teve forte aumento real em 2012. Além disso, houve fortes desonerações de impostos, como no IPI, na substituição da contribuição patronal à Previdência Social por contribuição incidente sobre o faturamento em setores escolhidos e nos esquemas de depreciação acelerada nas aquisições de bens de capital, entre outros. O resultado foi que o superávit primário do setor público consolidado reduziu-se significativamente, ainda que o déficit nominal tenha se mantido estável como proporção do PIB devido à redução do custo implícito da dívida líquida.

Em resumo, as condições do final de 2012 ainda se caracterizavam por baixo crescimento e aceleração da inflação num contexto internacional com menos incertezas, mas ainda marcado por estagnação da atividade econômica e volatilidade. Do ponto de vista das finanças estaduais, a esse quadro adiciona-se o impacto indireto que as desonerações tributárias têm sobre as transferências constitucionais, além dos efeitos derivados do controle de determinados preços (combustíveis, energia) sobre as arrecadações estaduais.

A arrecadação das receitas federais, administradas tanto pela RFB quanto por outros órgãos, atingiu o valor de R\$ 1.029.260 milhões no ano de 2012. Em relação a 2011, o acréscimo nominal foi de 6,1%, e real (IPCA) de 0,7%. As receitas administradas exclusivamente pela Receita Federal do Brasil, no período acumulado de janeiro a dezembro de 2012, somaram R\$ 992.089 milhões (preços correntes dez/2012). Este resultado representou um aumento nominal de 5,7% e real de 0,3%, em relação ao mesmo período de 2011.

A arrecadação federal mensal apresentou consecutivos decréscimos reais, a partir do mês de junho de 2012 em relação aos mesmos meses de 2011. Esta tendência se reverteu no sexto bimestre do ano, com

o crescimento real de 0,4% (6,0% nominal) em novembro e de 0,9% (6,7% nominal) em dezembro, em relação aos mesmos períodos do ano anterior.

Entre os fatores que contribuíram para esse resultado destacam-se a redução da lucratividade das empresas no ano 2012 em relação ao ano anterior, desonerações tributárias e o desempenho dos principais indicadores macroeconômicos. Os tributos que apresentaram as perdas reais (IPCA) mais significativas, no ano de 2012, foram: (-70,6%) CIDE-Combustíveis, (-43,7%) IPI-automóveis, (-43,4%) Outras receitas administradas pela RFB, (-8,5%) IRRF- Rendimentos de Capital, (-8,1%) IOF, e (-6,1%) CSLL. Pelo lado positivo, os tributos com aumentos reais (IPCA) mais relevantes foram: (+5,1%) IRPF, (+10,5%) Imposto de Importação, (+10,5%) IPI-Vinculado, (+4,7%) COFINS, (+4,8%), e (+6,5%) Receita Previdenciária.

I.II Atividade Econômica no Rio de Janeiro

Indústria. A indústria fluminense em dezembro recuou 1,3% em relação a novembro de 2012, na série com ajustes sazonais. Já quando comparado ao mesmo período do ano anterior, houve queda de 3,1%. Para o Brasil, houve estabilidade na margem, e queda de 3,5% em relação a dezembro de 2011. Tal quadro ainda reflete as incertezas e ajustes que têm caracterizado as economias internacional e brasileira. No acumulado de janeiro a dezembro, a produção da indústria fluminense registra resultado negativo de -5,6%, recuo superior ao observado para a indústria brasileira como um todo, cuja queda foi de 2,7%.

Em termos dos principais agregados, as indústrias extrativa e de transformação fluminense em dezembro apresentaram queda (-1,2% e -3,5%, respectivamente) em relação ao mesmo período do ano anterior. Já no âmbito nacional, as indústrias de extração e transformação apresentaram crescimento de 1,3% e queda de (-3,9%), respectivamente, em relação ao mesmo período de 2011.

A análise das treze atividades industriais em que o setor é desagregado no ERJ revela que o quadro de arrefecimento é amplo: sete desses setores estão em patamar produtivo menor que em dezembro de 2011. A queda mais expressiva foi registrada pelo segmento de veículos automotores (-42,0%), pressionado não apenas pela queda na produção de caminhões e chassis para ônibus e caminhões, mas também pela elevada base de comparação, uma vez que em dezembro de 2011 houve crescimento de 32,7% dessa atividade. Cabe ressaltar ainda as quedas de refino de petróleo e produção de álcool (-13,1%), metalurgia básica (-12,0%) e bebidas (-9,8%), influenciados, pela menor fabricação de óleo diesel, óleos combustíveis e gasolina automotiva; folhas-de-flandres e vergalhões de aço carbono; e cervejas e chope, respectivamente. Por outro lado, a indústria farmacêutica exerceu a contribuição positiva mais significativa (74,9%) sobre o total da produção industrial fluminense, refletindo a maior fabricação de medicamentos e também a baixa base de comparação, uma vez que em outubro de 2011 o setor recuou (-17,7%).

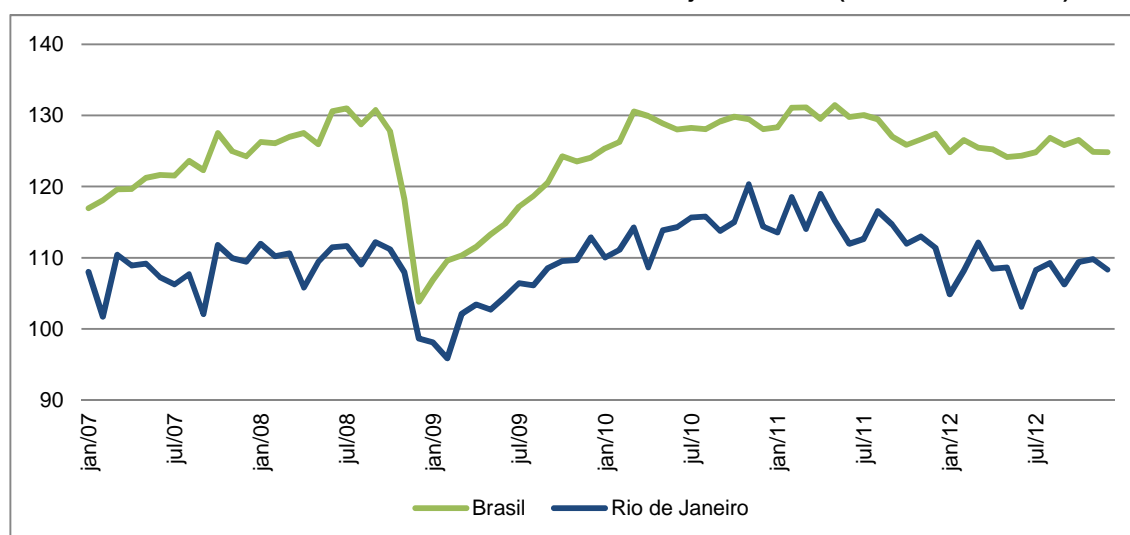
De janeiro a dezembro de 2012, comparado ao mesmo período de 2011, as maiores quedas ocorreram em veículos automotores (-35,5%), alimentos (-10,8%), minerais não metálicos (-11,1%), bebidas (-7,1%) e metalurgia básica (-6,4%). Apenas a atividade de produção "outros produtos químicos" apresentou variação positiva significativa (9,5%), influenciada, em grande parte, pela maior produção de herbicidas para uso na agricultura e polipropileno. Apesar dos resultados negativos, o índice de média móvel

trimestral para indústria do ERJ mostrou expansão de 0,6% na passagem dos trimestres encerrados em novembro e dezembro, e manteve a trajetória ascendente iniciada em julho último de 2012. Na comparação trimestre contra trimestre imediatamente anterior, a indústria fluminense avançou 1,1% no quarto trimestre de 2012 e repetiu o resultado assinalado no período julho – setembro.

Utilizando os dados brutos e comparando períodos trimestrais, a indústria fluminense, ao registrar recuo de 2,5% no quarto trimestre de 2012, quando comparado ao mesmo período de 2011, assinalou a sexta taxa negativa nesse tipo de comparação, mas reduziu o ritmo de queda frente ao resultado do período julho-setembro (-5,7%). O ganho de dinamismo entre o terceiro e quarto trimestres de 2012 foi verificado em oito dos treze setores pesquisados, com destaque para a indústria farmacêutica, que passou de 18,4% para 48,5%, seguida por outros produtos químicos (de 0,1% para 16,4%) e bebidas (de -13,9% para -1,5%). Por outro lado, entre os ramos que apresentaram menor ritmo de produção entre os dois períodos sobressaiu a atividade de refino de petróleo e produção de álcool (de 4,2% para -13,9%).

Gráfico 1

Indústria Geral - Brasil e Rio de Janeiro - com ajuste sazonal (média de 2002 = 100)



Fonte: PIM/IBGE.

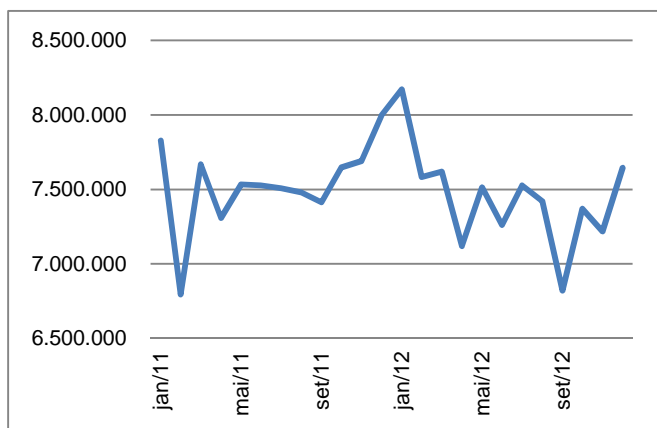
Petróleo. Após um ano de seguidos meses de baixa, a produção de petróleo no RJ atingiu um nível de produção razoável em dezembro. A produção no último mês do ano foi de 7,6 milhões de m³, maior valor desde janeiro de 2012. Ainda assim na comparação bimestral houve expressiva queda na comparação com 2011 (-5,3%). No ano de 2012 houve uma queda de -1,2% frente ao ano anterior, sendo este o terceiro ano consecutivo de diminuição na produção da commodity. Para 2013 as expectativas são pessimistas diante das recentes declarações da presidência da Petrobrás, levando a crer que o ano deve manter níveis de produção próximos dos atingidos no ano passado. No que tange aos valores internacionais do produto observa-se que, após o registro de alta volatilidade de preços no primeiro semestre de 2012, ocorreu no segundo semestre do ano uma estabilização entre US\$ 109 e US\$ 113. Nesse início de 2013, entretanto, verifica-se uma sensível alta de preços e em meados de fevereiro o barril já vinha sendo negociado acima de US\$ 118.

Tabela 1
Dados gerais sobre a produção de petróleo

Discriminação	2011	2012	Variação
Produção Óleo (m³) – novembro/dezembro	15.687.225	14.863.105	-5,3%
Produção Óleo (m³) – acumulada no ano (2012)	90.393.140	89.268.374	-1,2%
Brent médio (US\$) – novembro/dezembro	109	109	0,0%

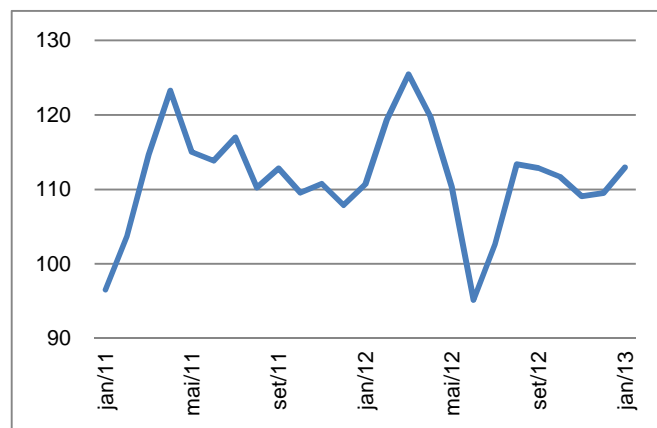
Fonte: ANP e EIA.

Gráfico 2
Produção de petróleo - m3



Fonte: ANP.

Gráfico 3
Preço médio do petróleo - Brent



Fonte: EIA.

Telecomunicação. O estado do Rio de Janeiro, de acordo com a ANATEL, está na terceira colocação (no ranking nacional) em número de aparelhos celulares, com aproximadamente 23,1 milhões de aparelhos em dezembro de 2012. Isto representa um crescimento de 6,4% frente a dezembro de 2011. Considerando a telefonia fixa, o estado aparece na segunda posição em termos de telefones instalados (até dezembro de 2012): 5.845.290, sendo 68% destes encontram-se 'em serviço'. Já a tarifa da telefonia fixa para o estado é de R\$ 0,08028 (por minuto) atualmente, um avanço de 10% frente à última tarifa. A assinatura residencial estadual atual é de R\$29,32.

Energia. A tabela abaixo mostra a evolução das tarifas (em R\$/kWh) residenciais, homologadas pela ANEEL, em três concessionárias de distribuição do Estado do Rio de Janeiro. A única concessionária que apresentou redução de tarifa entre os dois períodos (2011/2012 e 2012/2013) foi a ENF, com variações percentuais anuais de -7,4% (2011/2012) e -18,1% (2012/2013). As outras concessionárias (Ampla e Light) apresentaram inicialmente aumento, e posterior queda. A Ampla apresentou variação percentual anual positiva de 6,3% entre 2011 e 2012, e a Light, 11,8% (no mesmo período). Entre 2012 e 2013, ambas apresentaram redução na tarifa, com igual variação percentual (-18%). Essa variação permitiu que a tarifa de 2013, mesmo com o aumento de 2012, ficasse abaixo da tarifa de 2011 para as duas concessionárias.

Tabela 2
Tarifas das concessionárias de distribuição de energia do ERJ

Empresa	Período	2011	2012	2013
Ampla	Data	15/03/2011 a 14/03/2012	15/03/2012 a 24/01/2013	24/01/2013 a 14/03/2013
	Tarifa (R\$/kWh)	0,40188	0,42701	0,35015
Light	Data	07/11/2011 a 06/11/2012	07/11/2012 a 24/01/2013	24/01/2013 a 06/11/2013
	Tarifa (R\$/kWh)	0,34304	0,38359	0,31416
ENF	Data	18/06/2011 a 17/06/2012	18/06/2012 a 24/01/2013	24/01/2013 a 17/06/2013
	Tarifa (R\$/kWh)	0,37582	0,34818	0,28524

Fonte: ANEEL.

Segundo a Empresa de Pesquisa Energética – EPE, o consumo cativo residencial em 2012, medido por megawatt/hora (MWh), respondeu por 42,5% no total de consumo dessa categoria; seguido pelo comércio (28,7%); Outros – Poder Público, Serviço Público etc. (20,0%); além do setor industrial (8,9%). Na variação percentual entre 2010 e 2012, destaque para a indústria, cujo consumo diminui no período (-12,0%). Considerando o consumo não cativo em 2012, o destaque é o setor industrial, com 85,7% de participação – a maioria das indústrias que demandam muita energia são consumidores livres – seguido pelo setor comercial (11,5%) e Serviço Público (2,9%). Comparando com 2010, o consumo que mais se alterou foi o setor comercial, com aumento de 31,3%.

Tabela 3
Tarifas das concessionárias de distribuição de energia do ERJ

Consumo (MWh)	2010	2012	Var. %
Consumo Cativo	28.542.438	29.807.384	4,4%
Residencial	11.866.517	12.660.324	6,7%
Comercial	8.032.623	8.548.950	6,4%
Outros (Poder Público etc.)	5.633.390	5.948.673	5,6%
Industrial	3.009.908	2.649.437	-12,0%
Consumo Não Cativo	7.258.759,00	6.585.799,00	-9,3%
Industrial	6.507.127,00	5.640.806,00	-13,3%
Comercial	576.178,00	756.653,00	31,3%
Serviço Público	175.454,00	188.340,00	7,3%

Fonte: EPE.

Comércio. O estado do Rio de Janeiro, em comparação com o Brasil, continuou apresentando maior crescimento do volume de vendas de ‘Combustíveis e Lubrificantes’, tanto no bimestre novembro/dezembro como no acumulado anual (janeiro/dezembro), tal qual se verificou no quinto bimestre e no acumulado janeiro/outubro, comparando-se com o mesmo período do ano anterior, conforme a Tabela 4.

Com o crescimento (bem superior ao nacional) nos últimos dois bimestres, em ‘Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação’, o estado do Rio de Janeiro conseguiu reverter a situação de maior dinamismo do volume de vendas nacional no acumulado janeiro/outubro: considerando o acumulado no ano de 2012, o estado do Rio de Janeiro obteve um crescimento de 18,7 % (em comparação ao acumulado de 2011), enquanto o Brasil variou apenas 6,9%.

Considerando apenas o último bimestre do ano, o estado do Rio de Janeiro também foi superior em crescimento do volume de vendas (em relação ao Brasil) em 'Outros artigos de uso pessoal e doméstico', quando comparado com o mesmo período do ano anterior, variação de 19,6% (RJ), contra 13,3% (BR).

O destaque negativo para o estado do Rio de Janeiro ficou por conta de 'Móveis e eletrodomésticos', considerando o bimestre novembro/dezembro: Queda de 0,8% no volume de vendas quando comparado com o mesmo bimestre do ano anterior.

Apesar do crescimento com relação ao mesmo bimestre do ano anterior, o segmento 'Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo' mais uma vez (como no bimestre setembro/outubro) voltou a apresentar baixo crescimento se comparado com o nacional: 1,6% (RJ) e 7,4% (BR).

Como um todo, o volume de vendas tanto do comércio varejista quanto do comércio varejista ampliado cresceu mais no Brasil, conforme tendência verificada ao longo do ano.

Tabela 4
Volume de vendas do comércio varejista - variações em relação a igual período do ano anterior (%)

Atividade	BR		RJ	
	Nov-Dez	2012	Nov-Dez	2012
Combustíveis e lubrificantes	6,4	6,8	19,7	15,8
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	7,4	8,4	1,6	0,9
Tecidos, vestuário e calçados	4,4	3,4	2,0	3,3
Móveis e eletrodomésticos	8,7	12,2	-0,8	6,5
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	6,4	10,2	1,9	7,1
Livros, jornais, revistas e papelaria	7,3	5,4	0,8	3,2
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	-15,1	6,9	39,3	18,7
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	13,3	9,4	19,6	6,5
Comércio varejista	6,5	8,4	3,8	4,0
Veículos, motocicletas, partes e peças	5,8	7,3	3,3	2,1
Material de construção	6,2	7,9	5,7	9,9
Comércio varejista ampliado	6,0	8,0	2,4	4,1

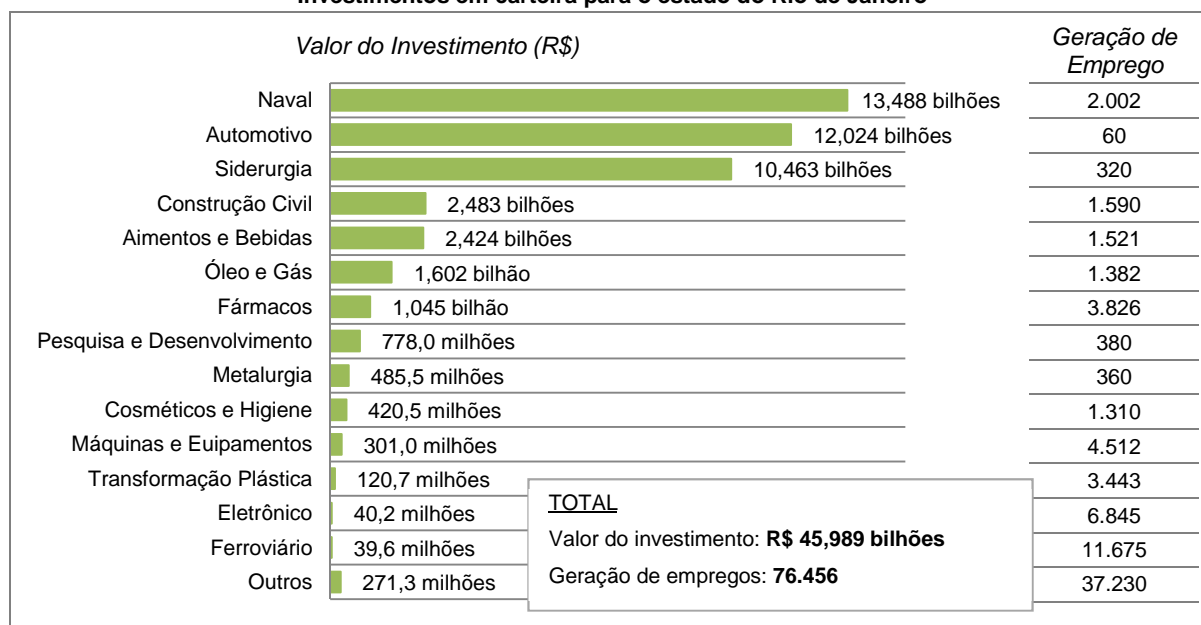
Fonte: PMC/IBGE.

I.III Investimentos⁶

A Companhia de Desenvolvimento Industrial (CODIN) fechou 2012 com um balanço positivo para o Estado do Rio de Janeiro. Em carteira existem hoje, pelo menos 145 empreendimentos sendo implementados no Estado, com previsão de conclusão até 2016. No total, esses empreendimentos somam investimentos de R\$ 46 bilhões. O levantamento considera os projetos produtivos em andamento ou prospecção no território fluminense. Se confirmados, esses empreendimentos deverão gerar 76.456 empregos no estado. Em levantamento elaborado pela CODIN, a indústria naval lidera em volume de investimentos (R\$ 13,488 bilhões) e geração de empregos (37.230), como mostra a tabela abaixo.

⁶ Assessoria de Comunicação SEDEIS.

Gráfico 4
Investimentos em carteira para o estado do Rio de Janeiro



Fonte: CODIN.

Ainda de acordo com a CODIN, as regiões Norte fluminense, Médio Paraíba, Metropolitana e Baixada concentram 97% dos investimentos. Dois terços vão para as duas primeiras, polos das indústrias de petróleo e gás e automotiva, respectivamente. Nas contas da CODIN, R\$ 430 milhões ainda não têm destino geográfico definido.

I.IV Mercado de Trabalho

A população economicamente ativa na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), conforme a PME/IBGE, fechou dezembro superior (+2,0%) em relação ao mesmo mês de 2011. Este crescimento é inferior ao ocorrido em nível nacional (+3,0%) para o mesmo período. Contudo, observando a criação de empregos (pessoas ocupadas na semana de referência) no mesmo período, pode-se dizer que o crescimento da ocupação na RMRJ foi superior ao observado para o país como um todo (+2,4% e +2,2%, respectivamente). Os setores de atividade econômica na RMRJ que retraíram foram 'Outras atividades' (-4,2%), 'Serviços domésticos' (-2,9%) e 'Intermediação financeira e atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados à empresa' (-0,1%) – nos demais setores, a ocupação aumentou, com destaque para 'Construção' (+4,1%), 'Comércio, reparação de veículos automotores e de objetos pessoais e domésticos' (+3,8%) e 'Outros serviços' (+3,8%). A expansão da ocupação, por conseguintes, fez a taxa de desocupação (com ajuste sazonal) declinar. No bimestre novembro-dezembro, a taxa de desocupação na RMRJ, com ajuste para sazonalidade, diminuiu de 5,2% em 2011 para 4,1% em 2012, enquanto em nível Brasil, como visto, ela permaneceu estável.

O indicador de posição na ocupação no trabalho principal revela que se manteve o processo de formalização no mercado de trabalho da RMRJ. Os empregos com carteira assinada cresceram (+3,1%) em dezembro de 2012, frente a dezembro do ano anterior; já os empregos sem carteira assinada e por conta própria tiveram aumento mínimo (+0,4%, ambos) no mesmo período. Mesmo com este pequeno aumento dos trabalhadores informais – sem carteira assinada e conta própria – a participação de

trabalhadores empregados com carteira assinada em dezembro de 2012 subiu em relação ao mesmo mês de 2011 (48,6% e 47,6%, respectivamente).

Considerando apenas os empregos com carteira assinada, os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) mostram que no ano de 2012 foram criados 148.797 postos de trabalho líquidos no Estado do Rio de Janeiro. Dos setores econômicos que criaram postos líquidos, destaca-se o de 'Serviços', com 73.041 admissões líquidas, e 'Construção Civil', com 32.956 admissões líquidas. Há de se destacar, contudo, que estes setores geraram menos postos líquidos em 2012 do que em 2011, com queda de 25%. Observa-se que o único setor com desligamentos líquidos no mesmo período foi a 'Administração Pública' (-3.446), que inverteu este cenário em outubro do ano.

Quanto ao rendimento médio real dos trabalhadores na RMRJ, houve aumento real (3,7%) em dezembro de 2012, em comparação com o mesmo mês de 2011. Este crescimento é superior ao observado no país (+3,2%) para o mesmo período. Em termos médios, o rendimento médio real fluminense em 2012 foi 7,4% superior ao nacional.

I.V Inflação

As variações do IPCA-RJ em novembro e em dezembro foram de 0,50% e 1,29%, que se comparam, respectivamente, a variações de 0,60% e 0,79% para Brasil. Os itens alimentação e bebidas e despesas pessoais foram os itens que tiveram maior variação de novembro para dezembro.

No mês de dezembro, os itens que mais pressionaram o IPCA-RJ foram alimentação e bebidas, com variação de 1,6%, transportes, 0,9% e despesas pessoais, 4,7%. No grupo Alimentação e Bebidas, o subgrupo que mais pressionou foi alimentação no domicílio, impulsionado pelo aumento das hortaliças e verduras (5,0%), carnes (4,2%) e pescados (4,0%). No grupo Transportes, o item que mais pressionou foi transporte público, com uma alta de 2,0%. Em despesas pessoais, o item que apresentou a maior variação foi o fumo, com uma variação de 12,7%, e recreação com uma alta de 7,6%. Comunicação foi o único item que apresentou queda, 0,02% no mês de dezembro.

O ano de 2012 encerrou com o IPCA/RJ acumulado de 7,3% no Rio de Janeiro, acima dos 6,6% relativos ao fechamento do ano de 2011, e também muito superior aos 5,8% relativos ao Brasil. Os itens que mais pressionaram o IPCA/RJ acumulado de 2012 foram despesas pessoais (13,0%), alimentação e bebidas (9,4%) e habitação (9,1%), sendo comunicação o único item que teve queda, de 0,6%, no ano.

Tabela 5
Variação do IPCA sem ajuste sazonal

Período	RJ		Acumulado 2011		Acumulado 2012	
	Nov	Dez	RJ	BR	RJ	BR
Índice Geral	0,50	1,29	6,57	6,50	7,34	5,84
Alimentação e bebidas	-0,40	1,64	8,19	7,18	9,42	9,86
Habitação	1,91	0,86	7,42	6,75	9,12	6,79
Artigos de Residência	-0,48	0,21	0,77	0,00	0,77	0,84
Vestuário	1,03	0,73	8,51	8,27	6,54	5,79
Transportes	0,28	0,87	6,42	6,05	4,46	0,48
Saúde e Cuidados Pessoais	0,49	0,36	6,28	6,32	7,05	5,95
Despesas Pessoais	1,05	4,68	6,03	8,61	12,95	10,17
Educação	0,08	0,28	7,20	8,06	7,38	7,78
Comunicação	0,19	-0,02	1,55	1,52	-0,55	0,77

Fonte: IPCA/IBGE.

I.VI Setor Externo

A balança comercial fluminense de dezembro apresentou resultado positivo. O volume de exportações foi de US\$ 2.566,23 milhões ao passo que as importações contabilizaram US\$ 1.572,51 milhões. Houve uma queda tanto no volume importado (-12,1%) quanto no exportado (-13,4%) em relação ao mesmo mês de 2011. O total exportado no ano de 2012, por sua vez, sofreu uma variação negativa de -2,3% em comparação ao ano anterior. Isto pode ser explicado pela retração acumulada de -59,2% no volume de exportação de produtos básicos, o principal setor na pauta exportadora fluminense. Mesmo com esse resultado negativo, foi este setor que permitiu o saldo positivo no ultimo mês do ano, já que com um total de US\$ 1.943,58 milhões, alavancou as vendas externas do ERJ, permitindo um saldo positivo de US\$ 996,61 milhões na balança do mês. No que tange às importações, o setor de bens intermediários foi o maior responsável em dezembro com US\$ 535,94 milhões e, no ano, as importações de combustíveis são as que sofreram maior acúmulo (14,7%) no ano.

II. Metas Bimestrais de Arrecadação e Cronograma de Desembolso do Estado do Rio de Janeiro

As receitas e metas bimestrais⁷ de arrecadação para 2012 foram divulgadas pela Resolução SEFAZ nº 477/2012, publicada no mês de Janeiro.

- Receita Total Realizada

Bimestre: R\$ 14.387,54 milhões / 125,9%
Acumulado: R\$ 63.590,47 milhões / 104,8%

Tabela 6 - Metas de Receita (em R\$ milhões)

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	META DE RECITA (NOV - DEZ) 2012	RECITA REALIZADA (NOV - DEZ) 2012	% REALIZADO SOBRE A META DO BIMESTRE	META DE RECITA (JAN - DEZ) 2012	RECITA REALIZADA (JAN - DEZ) 2012	% REALIZADO SOBRE A META ACUMULADA
REC. CORRENTES*	10.235,06	10.803,62	105,6%	54.928,51	57.796,68	105,2%
REC. CAPITAL*	1.192,61	3.583,92	300,5%	5.749,79	5.793,78	100,8%
Total	11.427,66	14.387,54	125,9%	60.678,30	63.590,47	104,8%

* Valores incluem Receitas Intraorçamentárias.

Na tabela acima, pode-se verificar que a receita total realizada nos meses de novembro e dezembro ficou acima da meta traçada para o bimestre (+ R\$ 2.959,87 milhões), contribuindo para um desempenho melhor no acumulado do ano: R\$ 63.590,47 milhões (4,8% maior do que a meta)

O resultado positivo no 6º bimestre foi influenciado principalmente por um aumento nas Operações de Crédito, que ficou R\$ 2.847,94 milhões acima da meta estipulada. As Receitas Correntes também ficaram acima do esperado (+ 5,6%), principalmente pela evolução da Receita Patrimonial.

No acumulado tanto as Receitas Correntes quanto as Receitas de Capital conseguiram superar a meta estipulada para o ano. A primeira ficou 5,2% acima da meta prevista para o ano (+ R\$ 2.868,17 milhões), enquanto a segunda teve variação de 0,8% (+ R\$ 43,99 milhões).

A meta estipulada para o ano foi superada tanto nas Receitas Correntes (+ 5,2%) quanto nas Receitas de Capital (+ 0,8%).

⁷ As metas bimestrais aqui divulgadas excluem as receitas intraorçamentárias.

- Receita Corrente Realizada
Bimestre: R\$ 10.803,62 milhões / 105,6%
Acumulado: R\$ 57.796,68 milhões / 105,2%
Tabela 7 - Metas de Receitas Correntes (em R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões					
	META DE RECETA (NOV - DEZ) 2012	RECETA REALIZADA (NOV - DEZ) 2012	% REALIZADO SOBRE A META DO BIMESTRE	META DE RECETA (JAN - DEZ) 2012	RECETA REALIZADA (JAN - DEZ) 2012	% REALIZADO SOBRE A META ACUMULADA
REC. CORRENTES*	10.235,06	10.803,62	105,6%	54.928,51	57.796,68	105,2%
TRIBUTÁRIA	6.046,56	6.023,04	99,6%	35.210,98	35.141,72	99,8%
CONTRIBUIÇÕES	267,81	400,20	149,4%	1.277,68	1.312,76	102,7%
PATRIMONIAL	1.374,82	1.923,41	139,9%	7.742,69	9.660,78	124,8%
AGROPECUÁRIA	0,02	0,02	86,2%	0,13	0,14	106,9%
INDUSTRIAL	13,39	13,97	104,3%	40,18	30,39	75,6%
SERVIÇOS	71,81	51,68	72,0%	350,10	362,79	103,6%
TRANSF. CORRENTES	1.136,44	1.065,42	93,8%	5.967,77	5.731,96	96,0%
OUTRAS	426,48	438,16	102,7%	1.663,47	2.819,13	169,5%
INTRAORÇAMETÁRIA	897,73	887,72	98,9%	2.675,51	2.737,01	102,3%

O bom desempenho das Receitas Correntes no bimestre se deve principalmente ao bom desempenho das Receitas Patrimoniais e Receitas de Contribuições que superaram a meta bimestral em 39,9% (+ R\$ 548,59 milhões) e 49,4% (+ R\$ 132,39 milhões), respectivamente.

As demais receitas ficaram próximas da meta estipulada para o bimestre das quais se destacam em importância a Receita Tributária (0,4% abaixo da meta; - R\$ 23,52 milhões) e Receitas de Transferências Correntes (6,2% abaixo da meta; - R\$ 71,02 milhões). As primeiras ficaram um pouco abaixo da meta projetada devido ao pequeno crescimento da economia Brasileira no ano de 2012 (PIB: 0,9%), já as Receitas de Transferências correntes obtiveram esse desempenho por causa das desonerações do Governo Federal. Para mais informações, vide seção IV.1.3.1.

No acumulado, as receitas correntes apresentaram um ótimo resultado, superando a meta em + R\$ 2.868,17 milhões. Este resultado foi obtido, principalmente, pelo desempenho das receitas patrimoniais que excederam a meta em + R\$ 1.918,10 com destaque para as Receitas de Petróleo, com aumento das Receitas de Royalties e também das Participações Especiais; a Rubrica Outras Receitas Correntes também contribuiu com o bom desempenho do

acumulado, e registrou + R\$ 1.155,66 acima da meta prevista (mais detalhes dessa receita na Seção IV.1.3).

- Receita de Capital Realizada

Bimestre: R\$ 3.583,92 milhões / 300,5%

Acumulado: R\$ 5.793,78 milhões / 100,8%

Tabela 8 – Metas de Receitas de Capital (em R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões					
	META DE RECEITA (NOV - DEZ) 2012	RECETA REALIZADA (NOV - DEZ) 2012	% REALIZADO SOBRE A META DO BIMESTRE	META DE RECEITA (JAN - DEZ) 2012	RECETA REALIZADA (JAN - DEZ) 2012	% REALIZADO SOBRE A META ACUMULADA
REC. CAPITAL*	1.192,61	3.583,92	300,5%	5.749,79	5.793,78	100,8%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	436,18	3.284,11	752,9%	1.969,05	4.755,17	241,5%
ALIENAÇÃO DE BENS	561,22	3,66	0,7%	2.407,34	23,11	1,0%
AMORT. EMPRÉSTIMOS	43,87	32,68	74,5%	260,29	213,45	82,0%
TRANSF. CAPITAL	134,93	162,96	120,8%	1.043,83	523,13	50,1%
OUTRAS	2,00	0,00	-	2,00	0,19	9,5%
INTRAORÇAMENTÁRIA	14,41	100,51	697,4%	67,28	278,74	414,3%

As Receitas de Capital se realizaram em montante muito próximo da projeção para o ano ficando apenas 0,8% acima da meta (+ R\$ 43,99 milhões). Em termos absolutos os maiores desvios em relação à meta foram às Operações de Crédito (+ R\$ 2.786,12 milhões), compensando as frustrações de receita em Alienações de bens (- R\$ 2.384,23 milhões) e Transferências de Capital (- R\$ 520,70 milhões).

No bimestre, a receita de Operações de Crédito também foi a grande destaque das Receitas de Capital ficando bem acima da meta estimada (+652,9%), representando um aumento de + R\$ 2.847,94 milhões.

As Alienações de Bens, a exemplo do que aconteceu ao longo do ano, apresentaram uma realização de apenas 0,7% do previsto no bimestre. Isto ocorreu devido a não concretização de operações previstas no começo do ano, como a venda da Cedae, que tinha uma receita estimada em R\$ 1 bilhão.

Em relação à meta estipulada para o ano de 2012, foi expressiva a frustração dos recebimentos de Transferências de Capital (-R\$ 520,70 milhões).

Desembolso do Estado do RJ

- Despesa Total Realizada:

Bimestre: R\$ 13.752,53 milhões / 111,1%⁸

Acumulado: R\$ 63.254,37 milhões / 72,0%

No início do exercício, nos termos do artigo 8º da LRF, são divulgadas as metas de arrecadação e o cronograma mensal de desembolso. Em 2012 o Cronograma de Desembolso Financeiro, foi divulgado pela Resolução SEFAZ nº 478/2012, publicada no mês de Janeiro.

Os valores contábeis aqui apurados das despesas executadas ao longo do exercício, quando comparados ao Cronograma de Desembolso são superiores tendo em vista as mudanças nas variáveis econômicas (nacional e estadual) que afetam diretamente a estimativa da Receita.

Assim, em cenários de expansão econômica, há uma tendência para que as metas sejam superadas, uma vez que a lei orçamentária é elaborada levando em consideração um crescimento mais conservador. Ao longo do exercício financeiro, o acompanhamento da realização da receita, fundamentado na tendência do exercício, orienta a incorporação do excesso de arrecadação às dotações orçamentárias autorizadas, direcionando esses recursos para as prioridades do Governo, afetando sobremaneira as metas previstas.

Analisando por Categoria Econômica, no bimestre as despesas pagas foram superiores em 11,1% ao previsto inicialmente no cronograma de desembolso (+R\$ 1.374,76 milhões) enquanto as Despesas de Capital apresentaram uma execução praticamente igual ao estabelecido no início do exercício financeiro.

⁸ As informações representam: a arrecadação no período; e a variação percentual comparada à meta.

Tabela 9

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	META DE EXECUÇÃO (Bimestre)	DESPESA REALIZADA (Bimestre)	RP 2011 PAGO (Bimestre)	DESPESA TOTAL REALIZADA (Bimestre)	% REALIZADO SOBRE A META (Bimestre)
DESP. CORRENTES*	9.523,17	10.896,05	1,88	10.897,93	114,4%
DESP. CAPITAL**	2.860,58	2.851,81	2,79	2.854,60	99,8%
Total	12.383,75	13.747,86	4,67	13.752,53	111,1%

Fonte: SIG/SIAFEM

OBS: Valores consideram a despesa paga. Exclui CEDAE, Imprensa Oficial, despesas intra-orçamentárias.

* Despesas com Pessoal e Encargos; Juros e Encargos da Dívida; Outras Despesas Correntes

** Despesas com Investimentos; Inversões Financeiras; Amortização da Dívida

*** Despesa Total Realizada = Despesa Realizada + RP 2011 Pago

No acumulado janeiro a dezembro, conforme Tabela 10, os valores contabilizados apontam para uma realização ligeiramente superior às metas de execução (+ 9,2%), o que representa uma execução a maior em R\$ 5.319,16 milhões. Novamente, essa superação foi fortemente induzida pela execução das Despesas Correntes do Estado, responsáveis por um crescimento de 13,8%, ou seja, +R\$ 6.695,08 milhões.

Cabe novamente destaque, o aumento dos ingressos de recursos aos cofres públicos ao longo do ano, vide análise da receita (Item I deste Boletim), o que possibilitou o aumento da realização das despesas públicas.

A realização das Despesas superou a meta para 2012, tendo sido fortemente desviada pela execução das Despesas Correntes do Estado.

Tabela 10

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	META DE EXECUÇÃO (Acumulado)	DESPESA REALIZADA (Acumulado)	RP 2011 PAGO (Acumulado)	DESPESA TOTAL REALIZADA (Acumulado)	% REALIZADO SOBRE A META (Acumulado)
DESP. CORRENTES*	48.384,00	53.695,63	1.383,44	55.079,08	113,8%
DESP. CAPITAL**	9.551,21	7.502,03	673,27	8.175,30	85,6%
Total	57.935,21	61.197,66	2.056,71	63.254,37	109,2%

Fonte: SIG/SIAFEM

OBS: Valores consideram a despesa paga. Exclui CEDAE, Imprensa Oficial, despesas intra-orçamentárias.

* Despesas com Pessoal e Encargos; Juros e Encargos da Dívida; Outras Despesas Correntes

** Despesas com Investimentos; Inversões Financeiras; Amortização da Dívida

*** Despesa Total Realizada = Despesa Realizada + RP 2011 Pago

Discriminando as Categorias Econômica por Grupo de Despesa nos moldes do Cronograma de Desembolso – Tabela 11, na realização das Despesas Correntes, o grupo Pessoal e Encargos Sociais, no acumulado, apresentou uma superação de 15,2% (+R\$ 2.117,09 milhões), e na análise bimestral, crescimento de 12,3% (+R\$ 313, 11 milhões).

As Outras Despesas Correntes, responderam por 69,5% do total acumulado no ano e por 72,4% no bimestre. Por outro lado, observa-se pequena variação em relação à meta traçada inicialmente:

acréscimos de 5,6% no acumulado (+R\$ 1.944,52 milhões) e 8,2% no bimestre (+R\$ 572,57 milhões), aqui inclusas as despesas não discricionárias do gestor (vinculações constitucionais) que variam de acordo com as receitas arrecadadas pelo Estado.

As despesas de Investimentos e Inversões apontaram para um incremento em sua execução, tanto no acumulado do exercício (+ 18,9% = R\$ 945,64 milhões), como no bimestre (+ 27,0% = R\$ 526,63 milhões), por conta do elevado ingresso de receitas de Operações de Crédito nos últimos meses do exercício financeiro.

O aumento dessas despesas sinaliza o comprometimento do Estado em buscar expandir cada vez mais o nível de investimentos, principalmente por meio dos programas que envolvem importantes obras para a economia estadual.

Por fim, as despesas apuradas com o pagamento de Juros e Encargos da dívida e a Amortização responderam com um pequeno aumento no acumulado (+ 6,9% = R\$ 311,91 milhões). Já no bimestre, sua realização ficou abaixo da meta traçada (- 4,8% = R\$ 43,53 milhões), sua execução considera as condições contratuais pactuadas e a receita arrecadada.

Tabela 11

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	META DE EXECUÇÃO (Acumulado)	DESPESA REALIZADA (Acumulado)	RP 2011 PAGO (Acumulado)	DESPESA TOTAL REALIZADA (Acumulado)	% REALIZADO SOBRE A META (Acumulado)	META DE EXECUÇÃO (Bimestre)	DESPESA REALIZADA (Bimestre)	RP 2011 PAGO (Bimestre)	DESPESA TOTAL REALIZADA (Bimestre)	% REALIZADO SOBRE A META (Bimestre)
PESSOAL E ENC. SOCIAIS	13.888,17	15.577,77	427,49	16.005,27	115,2%	2.555,25	2.867,37	0,99	2.868,36	112,3%
OUTRAS DESP. CORRENTES	34.495,83	35.484,40	955,95	36.440,35	105,6%	6.967,92	7.539,60	0,89	7.540,49	108,2%
INVESTIMENTOS / INVERSÕES	5.003,84	5.276,21	673,27	5.949,48	118,9%	1.953,67	2.477,51	2,79	2.480,30	127,0%
JUROS E ENC. DA DÍVIDA / AMORTIZAÇÃO	4.547,37	4.859,28	0,00	4.859,28	106,9%	906,91	863,38	0,00	863,38	95,2%

Fonte: SIG/SIAFEM

OBS: Valores consideram a despesa paga. Exclui CEDAE, Imprensa Oficial, despesas intra-orçamentárias.

* Despesa Total Realizada = Despesa Realizada + RP 2011 Pago

As despesas realizadas no período são analisadas com maior detalhamento no item V deste boletim.

III. Resultados Fiscais⁹

III.I Resultado Orçamentário

Bimestre: R\$ 193,86 milhões / Diferença: + R\$ 630,27 milhões
Acumulado: - R\$ 228,78 milhões / Diferença: - R\$ 1.129,82 milhões

Tabela 12

RESULTADO ORÇAMENTARIO

ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2011/2012

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (NOV - DEZ)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - DEZ)		var %
	2011	2012		2011	2012	
I. RECEITA TOTAL (A)	11.852,06	14.387,54	21,4%	57.454,09	63.590,47	10,7%
I.1 RECEITA CORRENTE	10.370,16	9.915,90	-4,4%	52.464,14	55.059,67	4,9%
I.1.1 Tributária	5.616,18	6.023,04	7,2%	32.555,74	35.141,72	7,9%
I.1.2 Patrimonial	1.839,66	1.923,41	4,6%	10.004,28	9.660,78	-3,4%
I.1.3 Transferências	1.137,93	1.065,42	-6,4%	5.743,36	5.731,96	-0,2%
I.1.4 Demais Correntes	1.776,39	904,02	-49,1%	4.160,75	4.525,21	8,8%
I.2 RECEITA DE CAPITAL	938,69	3.483,41	271,1%	2.938,66	5.515,05	87,7%
I.3 RECEITA INTRAORÇAMENTÁRIA	543,22	988,23	81,9%	2.051,29	3.015,75	47,0%
II. DESPESA TOTAL (B)	12.288,47	14.193,68	15,5%	56.553,05	63.819,25	12,8%
II.1 DESPESA CORRENTE	9.542,35	10.459,72	9,6%	47.777,53	53.085,01	11,1%
II.1.1 Pessoal e Enc. Sociais	4.106,88	4.315,87	5,1%	22.270,19	25.405,38	14,1%
II.1.2 Demais Correntes	5.038,31	5.654,81	12,2%	23.038,11	25.046,16	8,7%
II.1.2.1 Juros e Enc. Dívida	397,16	489,04	23,1%	2.469,24	2.633,46	6,7%
II.2 DESPESA DE CAPITAL	2.273,15	2.764,05	21,6%	6.585,62	7.746,77	17,6%
II.2.1 Invest.	1.920,79	2.319,01	20,7%	4.715,02	5.313,87	12,7%
II.2.1.1 Obras e Instalações	1.213,54	1.786,19	47,2%	3.019,13	3.783,75	25,3%
II.2.1.2 Indenizações e Restituição	44,45	103,14	132,0%	69,24	158,00	128,2%
II.2.1.3 Demais Investimentos	662,80	429,68	-35,2%	1.626,65	1.372,12	-15,6%
II.2.2 Inv. Financ.	73,41	70,74	-3,6%	240,05	207,09	-13,7%
II.2.3 Amort. Dívida	278,95	374,30	34,2%	1.630,55	2.225,82	36,5%
II.3 DESPESA INTRAORÇAMENTÁRIA	472,97	969,92	105,1%	2.189,90	2.987,47	36,4%
RES. ORÇAM. (A-B)	-436,41	193,86	144,4%	901,04	-228,78	-125,4%

O resultado orçamentário do bimestre novembro/dezembro foi de + R\$ 193,86 milhões, todavia não foi suficiente para assegurar um resultado orçamentário anual positivo. As despesas totais anuais superaram as receitas totais anuais em R\$ 228,78 milhões; isto porque em 2011 houve grande superávit financeiro e este saldo foi utilizado para cobrir despesas do orçamento de 2012.

Bimestralmente, o fator que mais influenciou o resultado orçamentário positivo foi o aumento das Receitas de Capital. Em comparação com 2011, houve um aumento de + 271,1%, resultando num montante de R\$ 3.483,41 milhões. As Receitas Intraorçamentárias também tiveram

Mesmo com o tímido crescimento da economia o Estado do Rio de Janeiro conseguiu aumentar seus investimentos em 12,7%, sem comprometer os resultados fiscais do estado.

⁹ O Resultado Fiscal leva em conta as despesas apuradas até o final do prazo limite para a liquidação do orçamento de alguns itens, que ocorrem em janeiro do exercício subsequente, conforme definido no Decreto nº42/2010.

um aumento considerável em relação a 2011 (+R\$ 441,01 milhões).

Mais detalhes sobre a Receita na Seção IV deste Boletim.

III.II Resultado Orçamentário sem RIOPREVIDÊNCIA

Bimestre: R\$ 260,61 milhões / Diferença: + R\$ 1.141,89 milhões

Acumulado: R\$ 736,89 milhões / Diferença: + R\$ 379,88 milhões

Tabela 13 - Resultado Orçamentário sem o RIOPREVIDENCIA (em R\$ milhões)

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO - SEM RIOPREVIDÊNCIA

ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2011/2012

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (NOV - DEZ)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - DEZ)		var %
	2011	2012		2011	2012	
I. RECEITA TOTAL S/ RIOPREV. (A)	9.682,95	12.706,16	31,2%	47.352,61	54.122,44	14,3%
II. DESPESA TOTAL S/ RIOPREV. (B)	10.564,23	12.445,55	17,8%	46.995,60	53.385,55	13,6%
RES. ORÇAMENTÁRIO S/ RIOPREV. (A-B)	-881,28	260,61	129,6%	357,01	736,89	106,4%
RECEITA DO RIOPREVIDÊNCIA (C)	2.169,10	1.681,38	-22,5%	10.101,48	9.468,02	-6,3%
DESPESA DO RIOPREVIDÊNCIA (D)	1.724,24	1.748,13	1,4%	9.557,45	10.433,70	9,2%
RES. ORÇAM. RIO PREVIDÊNCIA (C-D)	444,87	-66,76	-115,0%	544,03	-965,68	-277,5%
RES. ORÇAM. C/ RIOPREV. (A-B) + (C-D)	-436,41	193,86	144,4%	901,04	-228,78	-125,4%

O resultado orçamentário, excluindo o RIOPREVIDÊNCIA, mostra que as receitas totais anuais (R\$ 54.122,44) cresceram em ritmo superior ao das despesas totais anuais (R\$ 53.385,55), acarretando um resultado Orçamentário positivo de R\$ 736,89 (6,4% maior do que o resultado do ano de 2011). Este valor suavizou o resultado negativo do RIOPREVIDÊNCIA, uma vez que as despesas do fundo superaram as receitas em R\$ 965,68 milhões no ano, valor este financiado com o saldo financeiro remanescente do exercício anterior.

Em relação ao aumento da despesa do RIOPREVIDÊNCIA em 2012, 9,2% acima do valor apresentado em 2011, pode-se afirmar que foi influenciado por reajustes salariais de algumas categorias. Estas, por sua vez, possuem grande contingente de servidores aposentados com paridade salarial com os servidores ativos, ocasionando grande impacto sobre a folha.

No bimestre, O RIOPREVIDÊNCIA exibiu um desempenho orçamentário negativo: - R\$ 66,76 milhões, valor este 115% menor do que o apurado no mesmo período de 2011, colaborando para o aumento do déficit acumulado do ano (- R\$ 965,68 milhões).

Os reajustes salariais de algumas categorias impulsionaram o aumento das despesas do RIOPREVIDÊNCIA em 2012.

III.III Resultado Primário¹⁰

Bimestre: - R\$ 2.350,49 milhões / Diferença: - R\$ 1.655,46 milhões
Acumulado: - R\$ 908,72 milhões / Diferença: - R\$ 3.508,69 milhões

Tabela 14 - Resultado Primário

RESULTADO PRIMÁRIO

ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2011 / 2012

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (NOV - DEZ)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - DEZ)		var %
	2011	2012		2011	2012	
RECEITAS TOTAL	11.852,06	14.387,54	21,4%	57.454,09	63.590,47	10,7%
RECEITAS FINANCEIRAS	869,71	3.404,70	291,5%	2.631,77	5.547,51	110,8%
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	543,22	988,23	81,9%	2.051,29	3.015,75	47,0%
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (A)	10.439,13	9.994,61	-4,3%	52.771,04	55.027,21	4,3%
DESPESAS TOTAL	12.288,47	14.193,68	15,5%	56.553,05	63.819,25	12,8%
DESPESAS FINANCEIRAS	681,34	878,67	29,0%	4.192,09	4.895,86	16,8%
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	472,97	969,92	105,1%	2.189,90	2.987,47	36,4%
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (B)	11.134,16	12.345,10	10,9%	50.171,07	55.935,92	11,5%
RESULTADO PRIMÁRIO (A-B)	-695,03	-2.350,49	-238,2%	2.599,97	-908,72	-135,0%

O Resultado Primário do Estado do Rio de Janeiro manifestou, no 6º bimestre, uma queda das receitas primárias (-4,3%, - R\$444,52 milhões) em menor dimensão que o aumento das despesas primárias (+10,9%, + R\$1.210,94 milhões), acarretando um resultado negativo de - R\$ 2.350,49 milhões, valor este, pior do que o resultado apurado no último bimestre de 2011 (- R\$695,03).

No ano, diferente do bimestre, ocorreu melhora nas receitas primárias (+4,3%, +R\$ 2.256,17 milhões), porém tal melhora não foi suficiente para suprir o acréscimo das despesas (+11,5%, +R\$ 5.764,85). Tal cenário impactou no resultado primário, acarretando em déficit de -R\$908,72 (-135,0%) em relação a 2011;

¹⁰ O resultado primário aqui, diferente do que ocorre no governo federal, é apurado pelo valor liquidado, e não pelo empenhado.

**- Resultado Primário excluindo Rioprevidência**

Bimestre: - R\$ 1.924,07 milhões / Diferença: - R\$ 1.325,6 milhões
Acumulado: R\$ 2.261,82 milhões / Diferença: - R\$ 1.992,1 milhões

Tabela 15 - Resultado Primário excluindo Rioprevidência

RESULTADO PRIMÁRIO - SEM RIOPREVIDÊNCIA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2011/2012

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (NOV - DEZ)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - DEZ)		var %
	2011	2012		2011	2012	
RECEITA PRIMÁRIA TOTALS/ RIOPREV. (A)	8.812,10	8.776,38	-0,4%	44.871,43	47.870,72	6,7%
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL S/ RIOPREV. (B)	9.410,57	10.700,45	13,7%	40.617,51	45.608,90	12,3%
RESULTADO PRIMÁRIO S/ RIOPREV.(A-B)	-598,47	-1.924,07	-221,5%	4.253,92	2.261,82	-46,8%
RESULTADO PRIMÁRIO DO RIOPREV.	-96,56	-426,43	-341,6%	-1.653,95	-3.170,54	-91,7%

Finalmente, é apresentado o Resultado Primário sem o RIOPREVIDÊNCIA. Nesta metodologia, o Resultado Primário no bimestre apresenta-se deficitário (- R\$ 1.924,07 milhões), enquanto o acumulado se mostrou superavitário (+ R\$ 2.261,82 milhões), confirmando assim, o efeito negativo do RIOPREVIDÊNCIA que executou despesas a conta do superávit financeiro apurado nos anos anteriores.

IV. Receita Estadual ¹¹

Bimestre: R\$ 14.387,54 milhões / + 21,4%¹²

Acumulado: R\$ 63.590,47 milhões / + 10,7%

Tabela 16 - Receita Estadual (em R\$ milhões)

R\$ milhões						
DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (NOV - DEZ)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - DEZ)		var %
	2011	2012		2011	2012	
REC. CORR.	10.370,16	9.915,90	-4,4%	52.464,14	55.059,67	4,9%
REC. CAPITAL	938,69	3.483,41	271,1%	2.938,66	5.515,05	87,7%
REC. INTRAORÇ.	543,22	988,23	81,9%	2.051,29	3.015,75	47,0%
Total	11.852,06	14.387,54	21,4%	57.454,09	63.590,47	10,7%

No bimestre o resultado foi positivo dado o bom desempenho da Receita Capital (+ R\$ 2.544,72 milhões). A queda da Receita Corrente no bimestre (- R\$ 454,26 milhões) ocorreu devido a uma redução no valor das Transferências Correntes e principalmente de Outras Receitas Correntes, conforme apresentado a seguir na Seção IV.I.

O resultado positivo das Receitas de Capital é reflexo, principalmente, da efetivação de Operações de Crédito, que serão pormenorizadas na Seção IV.II.

No acumulado de 2012, as Receitas Correntes e de Capital cresceram R\$ 2.595,53 milhões e R\$ 2.576,38, respectivamente, comparado ao mesmo período do ano passado.

No acumulado de 2012, as Receitas Correntes e de Capital cresceram R\$ 2.595,53 milhões (+4,9%) e R\$ 2.576,38 (+87,7%), respectivamente, comparado ao mesmo período do

¹¹ Desta seção em diante, todas as tabelas levam em consideração as Receitas e Despesas do RIOPREVIDÊNCIA.

¹² As informações representam: a arrecadação no período; e a variação percentual comparado ao mesmo período do ano anterior.

IV.I Receitas Correntes

Bimestre: R\$ 9.915,90 milhões / - 4,4%

Acumulado: R\$ 55.059,67 milhões / + 4,9%

Tabela 17 - Receitas Correntes por Origens (em R\$ milhões)

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (NOV - DEZ)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - DEZ)		var %
	2011	2012		2011	2012	
TRIBUTÁRIA	5.616,18	6.023,04	7,2%	32.555,74	35.141,72	7,9%
CONTRIBUIÇÕES	275,32	400,20	45,4%	1.176,53	1.312,76	11,6%
PATRIMONIAL	1.839,66	1.923,41	4,6%	10.004,28	9.660,78	-3,4%
AGROPECUÁRIA	0,02	0,02	-17,5%	0,14	0,14	-0,5%
INDUSTRIAL	1,41	13,97	888,4%	1,61	30,39	1788,4%
DE SERVIÇOS	73,61	51,68	-29,8%	342,25	362,79	6,0%
TRANSF. CORR.	1.137,93	1.065,42	-6,4%	5.743,36	5.731,96	-0,2%
OUTRAS CORR.	1.426,02	438,16	-69,3%	2.640,23	2.819,13	6,8%
Total	10.370,16	9.915,90	-4,4%	52.464,14	55.059,67	4,9%

As Receitas Tributárias foram o principal destaque que, apesar do baixo crescimento do PIB, responderam bem, com um aumento de 7,9% (+ R\$ 2.585,97 milhões) no acumulado.

Outro destaque foi Outras Receitas Correntes, que obtiveram uma redução de 69,3% no bimestre (- R\$ 987,86 milhões) e um acréscimo de 6,8% no acumulado.

A Receita Patrimonial cresceu 4,6% (+ R\$ 83,75 milhões) no bimestre, apesar da queda da Participação Especial e *Royalties* no bimestre (- R\$ 87,31 milhões e -R\$ 215,83 milhões respectivamente). No acumulado, porém, houve uma redução de 3,4% (- R\$ 343,50 milhões), ocasionadas pela diminuição das receitas provenientes dos CFT's (Certificados Financeiros do Tesouro) e das aplicações financeiras.

No total as Receitas correntes apresentaram redução de 4,4% no bimestre e um crescimento de 4,9% (+ R\$ 2.595,53 milhões) no acumulado.

IV.I.1 Receita Tributária

Bimestre: R\$ 6.023,04 milhões / +7,2%

Acumulado: R\$ 35.141,72 milhões / + 7,9%

Tabela 18 - Receita Tributária (em R\$ milhões)

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (NOV - DEZ)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - DEZ)		var %
	2011	2012		2011	2012	
RECEITA TRIBUTÁRIA	5.616,18	6.023,04	7,2%	32.555,74	35.141,72	7,9%
ICMS	4.376,20	4.760,04	8,8%	24.802,48	26.661,53	7,5%
Adicional do ICMS	439,21	450,12	2,5%	2.512,04	2.544,94	1,3%
IRRF	417,60	406,48	-2,7%	1.708,47	1.892,77	10,8%
IPVA	65,21	67,89	4,1%	1.547,15	1.743,61	12,7%
ITD e ITBI	93,65	105,35	12,5%	418,20	525,06	25,6%
Taxas	224,32	233,17	3,9%	1.567,39	1.773,81	13,2%

No acumulado houve incremento de 7,9% na arrecadação tributária, alcançando R\$ 35.141,72 milhões arrecadados no período, impulsionado principalmente pelo aumento do ICMS (+ R\$ 1.859,04 milhões). O resultado é bastante expressivo diante de um tímido crescimento econômico da economia do país em 2012. No bimestre houve um crescimento de 7,2% em relação a 2011.

– Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS):

Bimestre: R\$ 4.760,04 milhões / + 8,8%

Acumulado: R\$ 26.661,53 milhões / + 7,5%

Além do bom crescimento no bimestre (+ R\$ 383,84 milhões), a arrecadação do imposto continuou com bom crescimento acumulado (+ R\$ 1.855,04 milhões). Os setores que tiveram desempenho significativo no bimestre foram Alimentação, Energia Elétrica, Petróleo, combustíveis e gás natural, Veículos Automotores e Mercados, Lojas e Magazines. Tais desempenhos serão detalhados na seção IV.I.1.1.

O crescimento do ICMS (+R\$ 1.859,04 milhões) impulsionou o crescimento da arrecadação tributária permitindo que esta atingisse R\$ 35.141,72 milhões em 2012.

- Imposto Sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA):

Bimestre: R\$ 67,89 milhões / + 4,1%

Acumulado: R\$ 1.743,61 milhões / + 12,7%

Segundo dados do RENAVAL, no estado do Rio foram vendidos 59 mil novos carros em novembro a dezembro. Ainda que o montante tenha sido inferior ao bimestre passado em duas mil unidades, esse resultado impulsionou ainda mais o acumulado no ano que fechou em 357 mil 908 unidades vendidas (3,89%). Este desempenho deve-se principalmente em face do crescimento das vendas de automóveis (+11,98%) e ônibus (+14%) que no ano passado registraram, respectivamente, 201 mil e 4 mil e seiscentas unidades. O desempenho desses setores foi suficiente para compensar a redução dos saldos das vendas de caminhões (17,69%) e motos (11,89%) que, ano passado, registraram 8 mil 813 e 78 mil 844 unidades, respectivamente, influenciando crescimento da receita de IPVA para veículos automotores¹³ de 12,7% (+ R\$ 1.743,61 milhões) no acumulado no estado do Rio de Janeiro.

A queda na produção de grandes campos levou à queda de 1,3% na produção de petróleo em 2012.

Tabela 19

Segmento	2012			2011		Variação %			Part. % Acumul.	
	Dez (A)	Nov (B)	Acumul. (C)	Dez (D)	Acumul. (E)	(A/B)	(A/D)	(C/E)	2012	2011
■ a) Autos	20.480	18.379	225.142	19.376	201.056	11,43	5,7	11,98	62,9	58,36
■ b) Com. Leve	4.415	4.186	50.781	4.959	51.180	5,47	-10,97	-0,78	14,19	14,86
(a + b)	24.895	22.565	275.923	24.335	252.236	10,33	2,3	9,39	77,09	73,22
■ c) Caminhões	622	575	7.254	785	8.813	8,17	-20,76	-17,69	2,03	2,56
■ d) Ônibus	532	339	5.261	465	4.614	56,93	14,41	14,02	1,47	1,34
(c + d)	1.154	914	12.515	1.250	13.427	26,26	-7,68	-6,79	3,5	3,9
■ e) Motos	5.259	4.921	69.470	6.820	78.844	6,87	-22,89	-11,89	19,41	22,89
TOTAL	31.308	28.400	357.908	32.405	344.507	10,24	-3,39	3,89	100	100
Inclui veículos importados Fonte dos dados RENAVAL										

- Imposto de Renda (IRRF):

Bimestre: R\$ 406,48 milhões / - 2,7%

Acumulado: R\$ 1892,77 milhões / + 10,8%

No acumulado o crescimento refletiu o aumento das despesas com pessoal e encargos sociais em R\$ 3.135,18 milhões (+ 14,1%) em 2012, pois sua arrecadação está diretamente ligada ao recolhimento do IR dos servidores estaduais pelo Rioprevidência.

¹³ Veículos automotores: automóveis, comerciais leves, caminhões, ônibus e motos.



– Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e por Doação (ITD) e Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI):

Bimestre: R\$ 105,35 milhões / + 12,5%

Acumulado: R\$ 525,06 milhões / + 25,6%

A permanência do mercado imobiliário aquecido com a valorização dos imóveis, principalmente na cidade do Rio de Janeiro, e a melhoria na eficiência da arrecadação, influenciaram um crescimento acumulado de R\$ 106,86 milhões (+25,6%).

No bimestre, ações de incentivo ao pagamento do ITD, como contatos com contribuintes que solicitaram a emissão de suas guias de pagamento e não as retiravam, influenciaram positivamente o resultado bimestral que cresceu 12,5% (+ R\$ 105,35 milhões).

A arrecadação de ITD no acumulado do ano cresceu R\$106,86 milhões (+25,6%).

– Taxas:

Bimestre: R\$ 233,17 milhões / + 3,9%

Acumulado: R\$1.773,81 milhões / +13,2%

Merecem destaque as receitas da taxa de prestação de serviços de trânsito do DETRAN que totalizaram R\$ 80,18 milhões no bimestre e R\$ 595,28 milhões no acumulado, influenciados pelo aumento do estoque de veículos licenciados no Estado em 2012, contribuindo para aumento de 13,2% (+1.773,81 milhões) no resultado acumulado e de + 3,9% (233,17 milhões) no bimestre.

Box 01 - A Substituição Tributária

A **substituição tributária** é um regime diferenciado de arrecadação tributária, com previsão na Constituição Federal (artigo 150, § 7º), e é regulada por convênios, protocolos e legislações estaduais. No Estado do Rio de Janeiro a lei 2.657/1996 regula a substituição no ICMS, e foi alterada recentemente pela lei 6276/2012.

A substituição tributária consiste em centralizar a arrecadação e a fiscalização em menos contribuintes, ao concentrar estas operações em pontos da cadeia produtiva onde haja uma menor quantidade de empresas envolvidas. Elas serão as responsáveis pelo pagamento dos impostos que são devidos a outras operações; sejam anteriores, posteriores ou concomitantes. O principal objetivo da substituição é gerar uma maior eficiência na fiscalização, racionalizando-a e reduzindo seus custos, além de dificultar a sonegação.

O tipo mais frequente de substituição é a que ocorre para frente (progressiva), quando contribuintes que realizam etapas anteriores da cadeia produtiva ou comercial tornam-se responsáveis pela retenção e recolhimento do ICMS que seria devido pelas etapas posteriores. Por exemplo, isto ocorre na indústria de bebidas, onde há poucos fabricantes e muitos revendedores; torna-se então mais simples fiscalizar poucas indústrias a diversos fornecedores.

Neste caso, o total de ICMS devido em todas as etapas até a compra do produto pelo consumidor é pago de uma só vez pelo fabricante, e incide sobre o valor presumido da venda final da mercadoria. Posteriormente, a indústria irá recuperar o imposto que não lhe é devido quando realizar a venda para o varejista. Caso a venda final não se realize (devido a roubo da mercadoria, por exemplo), o valor pago será restituído ao contribuinte substituto pela Fazenda Estadual. Já se o produto for vendido por preço diferente do fixado, não haverá devolução ou complementação da diferença; pois isto iria contra o caráter simplificador da substituição ao exigir fiscalização dos preços de venda final.

Em relação a operações interestaduais, a atribuição de responsabilidade é feita através de acordos entre os estados. O ICMS relativo a substitutos localizados fora do estado do Rio de Janeiro é cobrado na entrada do no território fluminense. As mercadorias sujeitas ao regime de substituição tributária estão listadas no anexo único da lei 2657. No ano de 2012, diversos novos produtos foram incluídos no rol dos sujeitos à substituição tributária.

Além disso, com a resolução 537/2012 houve mudanças na operacionalização e nos procedimentos envolvidos na substituição tributária, em operações internas e interestaduais.

De acordo com a tabela abaixo, nota-se que após a entrada em vigor da resolução 537 (outubro/2012) e dos decretos e protocolos subsequentes incluindo novos produtos (último em dezembro de 2012) houve um acréscimo significativo nas receitas provenientes da substituição tributária, em comparação com o mesmo período em 2011. O crescimento da receita decorrente da substituição



tributária em novembro e dezembro foi de quase 13% (comparado ao restante do ICMS com menos de 8%), contra um crescimento praticamente equivalente das duas receitas no restante do ano (8,4% para a substituição e 8,5% para o restante do ICMS).

Receitas de ICMS (em milhões de reais)						
2011			2012		crescimento 2012/2011	
	ST*	Excluindo ST	ST	Excluindo ST	ST	Excluindo ST
jan/out	3.703,62	16.910,72	4.015,09	18.356,11	8,4%	8,5%
nov/dez	848,73	3.606,12	957,89	3.891,58	12,9%	7,9%

ST* Substituição Tributária

Abaixo a tabela com os últimos protocolos aprovados no âmbito do CONFAZ.



Tabela - Convênios do CONFAZ referentes ao ICMS no regime de substituição tributária

PROTOCOLO	PRODUTOS	OBSERVAÇÕES
24	Autopeças	Operações com São Paulo.
50	Rações Para Animais Domésticos	Operações com São Paulo.
51	Disco Fonográfico, Fita Virgem Ou Gravada	Operações com São Paulo.
52	Lâmpada Elétrica	Operações com São Paulo.
53	Pilhas E Baterias Elétricas.	Operações com São Paulo.
59	Materiais Elétricos	Operações Com Acre, Amapá, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso Do Sul, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, Rio De Janeiro, Rio Grande Do Norte, Rio Grande Do Sul, Rondônia E Sergipe.
61	Autopeças	Operações Entre Os Estados De Alagoas, Amapá, Amazonas, Bahia, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Paraná, Piauí, Rio De Janeiro, Rio Grande Do Sul, Santa Catarina, São Paulo E O Distrito Federal..
92	Material De Limpeza	Operações Com Estado Da Bahia, Minas Gerais Ou Ao Estado Do Rio De Janeiro.
94	Instrumentos Musicais	Operações Com Estado De Minas Gerais, Rio De Janeiro, Rio Grande Do Sul Ou Ao Estado De Santa Catarina.
95	Materiais De Construção, Acabamento, Bricolagem Ou Adorno.	Operações Com Amapá, Minas Gerais, Paraná, Rio De Janeiro, Rio Grande Do Sul Ou Ao Estado De Santa Catarina.
104	Cosméticos, Perfumaria, Artigos De Higiene Pessoal E De Toucador	Inclusão Dos Produtos.
134	Produtos Eletrônicos, Eletroeletrônicos E Eletrodomésticos	Operações Com Estados Do Amapá, Minas Gerais, Paraná, Rio De Janeiro, Rio Grande Do Sul E Santa Catarina.
135	Operações Com Artigos De Papelaria.	Operações Com Minas Gerais, Rio De Janeiro, Rio Grande Do Sul E Santa Catarina.
137	Operações Com Ferramentas.	Operações Com Estados De Minas Gerais, Paraná, Rio De Janeiro, Rio Grande Do Sul E Santa Catarina.
142	Colchoaria.	Inclusão Dos Produtos.
144	Colchoaria.	Operações Com Amapá, Bahia, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso Do Sul, Minas Gerais, Paraná, Rio De Janeiro, Rio Grande Do Sul, Santa Catarina E Sergipe.
146	Cerveja, Refrigerantes, Água Mineral Ou Potável E Gelo	Operações Com Os Estados Do Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso Do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraná, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio De Janeiro, Rio Grande Do Norte, Rio Grande Do Sul, Rondônia, Roraima, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe, Tocantins E O Distrito Federal.
170	Operações Com Materiais De Construção, Acabamento, Bricolagem Ou Adorno.	Operações Com Acre, Amapá, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso Do Sul, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, Rio Grande Do Norte, Rio Grande Do Sul, Rio De Janeiro, Rondônia, Sergipe E O Distrito Federal.
177	Operações Com Cerveja, Refrigerantes, Água Mineral Ou Potável E Gelo.	Operações Com Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Bahia, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso Do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio De Janeiro, Rio Grande Do Sul, Rondônia, Roraima, Santa Catarina, São Paulo, Tocantins E O Distrito Federal.
199	Brinquedos	Operações Com Estados De Minas Gerais, Rio De Janeiro, Rio Grande Do Sul E Santa Catarina.
200	Instrumentos Musicais	Operações Com Estados De Minas Gerais, Rio De Janeiro, Rio Grande Do Sul E Santa Catarina.
204	Artefatos De Uso Doméstico	Operações Com Os Estados De Minas Gerais, Rio De Janeiro, Rio Grande Do Sul E Santa Catarina.
205	Ferramentas	Operações Com Os Estados De Minas Gerais, Paraná, Rio De Janeiro, Rio Grande Do Sul E Santa Catarina.
206	Máquinas E Aparelhos Mecânicos, Elétricos, Eletromecânicos E Automáticos.	Operações Com Estados De Minas Gerais, Rio De Janeiro Ou Santa Catarina.
208	Eletrônicos, Eletroeletrônicos E Eletrodomésticos.	Operações Com Estados De Minas Gerais, Rio De Janeiro Ou Santa Catarina.
209	Materiais De Construção, Acabamento, Bricolagem Ou Adorno.	Operações Com Amapá, Minas Gerais, Paraná, Rio De Janeiro, Rio Grande Do Sul Ou Ao Estado De Santa Catarina.

Fonte: CONFAZ

IV.1.1.1 Arrecadação de ICMS comparativo do Estado por Setor Econômico

Tabela 20 - Arrecadação do ICMS em Atividades Econômicas selecionadas (em R\$ milhões)

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (NOV - DEZ)		part % 2012	var % 12/11	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - DEZ)		part % 2012	var % 12/11
	2011	2012			2011	2012		
Alimentação	182,77	222,60	4,7%	21,8%	1.078,45	1.170,09	4,4%	8,5%
Bebidas	253,28	270,74	5,7%	6,9%	1.258,55	1.391,34	5,2%	10,6%
Energia elétrica	505,40	630,00	13,2%	24,7%	3.133,39	3.279,18	12,3%	4,7%
Mercados, lojas e magazines	385,14	335,88	7,1%	-12,8%	1.660,94	1.812,49	6,8%	9,1%
Metalurgia e siderurgia	198,32	203,01	4,3%	2,4%	1.122,82	1.132,52	4,2%	0,86%
Petróleo, combustíveis e gás natural	653,60	698,66	14,7%	6,9%	3.939,72	4.606,81	17,3%	16,9%
Produtos farmacêuticos e farmoquímicos	180,39	176,70	3,7%	-2,0%	946,80	1.020,68	3,8%	7,8%
Química e petroquímica	131,60	148,61	3,1%	12,9%	757,98	833,37	3,1%	9,9%
Telecomunicações	635,00	616,27	12,9%	-3,0%	3.737,28	3.712,67	13,9%	-0,7%
Têxtil e vestuário	165,28	157,66	3,3%	-4,6%	988,59	978,31	3,7%	-1,0%
Veículos automotores	164,04	213,86	4,5%	30,4%	970,76	1.056,06	4,0%	8,8%
Outras atividades econômicas	921,37	1.086,04	22,8%	17,9%	5.207,22	5.668,01	21,3%	8,8%
Total das atividades econômicas	4.376,20	4.760,04	100,0%	8,8%	24.802,48	26.661,53	100,0%	7,5%

Na distribuição setorial da arrecadação do ICMS, destacam-se positivamente os setores de Alimentação, Energia Elétrica, Petróleo, combustíveis e gás natural e Veículos Automotores. O setor de Mercados, Lojas e Magazines apresentou um resultado negativo no bimestre, porém positivo no acumulado. O setor de Telecomunicações teve um desempenho negativo, tanto no bimestre quanto no acumulado. A seguir, é apresentada uma análise pormenorizada dos setores econômicos acima mencionados.

- Alimentação:

Bimestre: R\$ 222,60 milhões / + 21,8%
Acumulado: R\$ 1.170,09 milhões / + 8,5%

No acumulado de 2012 tivemos como impulsionadores das altas o setor de restaurantes (detentor de 9,3% da arrecadação do segmento) que cresceu 8,4% no ano e o setor de lanchonetes (que possui 8,9% de participação) com crescimento de 36,6%, motivado principalmente pela instituição de incentivos fiscais que promoveram o aquecimento da atividade.

- Energia Elétrica:

Bimestre: R\$ 630,00 milhões / + 13,2%
Acumulado: R\$ 3.279,18 milhões / + 4,7%

A atividade econômica preponderante do setor é a distribuição de energia elétrica (que representa 87,1%). O crescimento no bimestre tem relação com os reajustes na tarifa da Light (maior distribuidora do estado) ocorridos no mês de novembro. No acumulado o crescimento tímido é reflexo da desaceleração da atividade econômica, reduzindo a demanda por este insumo.

- Mercados, Lojas e Magazines:

Bimestre: R\$ 335,88 milhões / - 12,8%
Acumulado: R\$ 1.812,49 milhões / + 9,1%

A alta no acumulado se deve principalmente ao grupo supermercados (que possui 35% de participação no setor) que teve expressivo crescimento da arrecadação em 2012. Segundo dados da ASSERJ (Associação de Supermercados do Estado do Rio de Janeiro) houve aumento de 8,5% nas vendas no ano. Por outro lado a tradicional aceleração das vendas de fim de ano foi menor que a observada em anos anteriores contribuindo para um decréscimo no comparativo bimestral.

- Petróleo, combustíveis e gás natural:

Bimestre: R\$ 698,66 milhões / +6,9%
Acumulado: R\$ 4.606,81 milhões / + 16,9%

Os responsáveis por tal evolução foram as atividades de produtos do refino de petróleo (aproximadamente a metade percentual de todo o grupo). A atividade de apoio à extração de petróleo e gás natural, que representa quase 20% do grupo, teve crescimento no ano de 55,9%. A produção e processamento de gás natural elevou sua participação consideravelmente de um ano para outro, elevando-se de 1,5% em 2011 para 10% em 2012.

- Telecomunicações:**Bimestre: R\$ 616,27 milhões / - 3,0%****Acumulado: R\$ 3.712,67 milhões / - 0,7%**

O grande responsável por essa redução foi o Serviço de Telefonia Fixa Comutada (STFC) com 41,5% de participação no grupo que teve queda na arrecadação na ordem de 7,7% no bimestre. As receitas em baixa foram provenientes de autos de infração (-51,6%) e importações (-54,2%). Está em alta a arrecadação através de substituição tributária (12,8%).

- Veículos Automotores:**Bimestre: R\$ 213,86 milhões / + 30,4%****Acumulado: R\$ 1.056,06 milhões / + 8,8%**

A alta no acumulado de 2012 foi sustentada pelo segmento de automóveis, caminhonetes e utilitários (que somados tem participação de 53,3%) que foi extremamente beneficiada pela política de desoneração tributária promovida pelo governo federal. O resultado não foi ainda melhor devido a queda nas importações de veículos (-60,1%), fato explicado pela sua exclusão da citada desoneração tributária.

IV.1.2 Receita Patrimonial e Royalties

Bimestre: R\$ 83.752,458 milhões/ + 4,6%
Acumulado: - R\$ 343.496,614 milhões / - 3,4%

Tabela 21

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (NOV - DEZ)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - DEZ)		var %
	2011	2012		2011	2012	
RECEITA PATRIMONIAL	1.839,66	1.923,41	4,6%	10.004,28	9.660,78	-3,4%
Petróleo	1.568,52	1.736,41	10,7%	6.952,46	8.235,87	18,5%
Royalties	460,67	491,25	6,6%	2.469,05	2.963,58	20,0%
Part. Especial	1.107,26	1.019,95	-7,9%	4.480,24	5.043,88	12,6%
FEP	0,59	0,63	7,0%	3,18	3,83	20,5%
CFT's	136,20	45,80	-66,4%	2.222,04	701,31	-68,4%
Aplic. Financeiras	115,07	84,25	-26,8%	644,93	555,78	-13,8%
Demais Rec. Patrimoniais	19,86	56,95	186,7%	184,85	167,83	-9,2%

A receita patrimonial arrecadada, no último bimestre de 2012, teve um acréscimo de R\$ 83,75 milhões (+4,6%) em relação ao mesmo período em 2011. Tal acréscimo foi motivado pelo aumento das Demais Receitas Patrimoniais (R\$ 37,09 milhões) e pelo aumento das Receitas de Petróleo (R\$ 167,89 milhões).

A alta das Receitas de Petróleo, tanto no bimestre quanto no ano, não foi suficiente para fazer com que a Receita Patrimonial de 2012 ficasse maior que a de 2011 (- R\$ 343,5 milhões). Esta queda foi motivada, principalmente, pela diminuição das receitas provenientes dos CFT's (certificados financeiros do tesouro) e das aplicações financeiras.

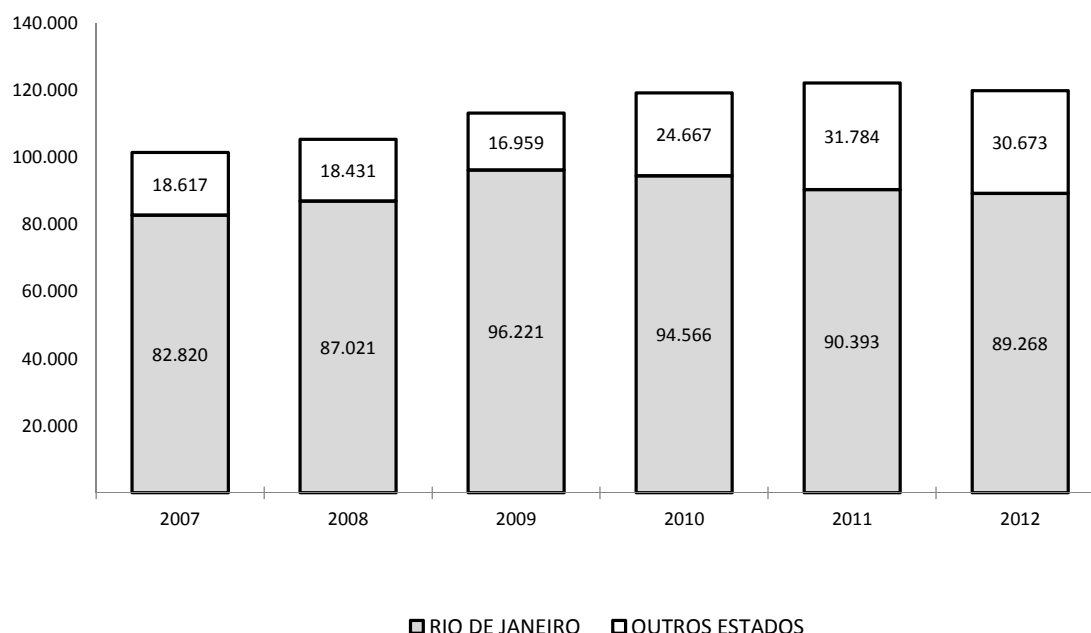
Tabela 22

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (SET - OUT)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (NOV - OUT)		var %
	2011	2012		2011	2012	
Produção (milhões de bbl)	93,31	87,33	-6,4%	563,37	556,23	-1,3%
Brent (US\$/bbl)	111,19	112,27	1,0%	107,77	111,65	3,6%
Taxa de Câmbio (R\$/US\$)	1,76	2,03	15,2%	1,66	1,91	15,4%

*O pagamento dos royalties ocorre dois meses após a extração do petróleo. Sendo assim, para a análise das entradas de receita do 6º bimestre são apresentados os dados de produção do 5º bimestre.

– **Petróleo:** as receitas de petróleo tiveram um aumento de R\$ 167,89 milhões (10,7%) no comparativo bimestral. Este aumento foi motivado, principalmente, pela alta desvalorização do real frente ao dólar (15,2%), uma vez que a alta do Brent foi pouco significativa para o aumento das receitas (apenas 1% de um ano para o outro). Em relação à produção, pode-se observar que na execução bimestral houve uma queda de 6,4% frente aos meses de setembro e outubro de 2011. Esta queda foi motivada pela diminuição da produção dos campos de: Marlim Leste (- 32%) e Roncador (- 21%). Na execução acumulada, a diminuição da produção foi de 1,3% frente ao mesmo período do ano anterior. Esta queda é explicada pela redução na produção de grandes campos como Marlim Leste (- 29%), Marlim (- 5%) e Caratinga (- 12%). A interrupção da produção no campo de Frade em março desse ano também teve relevante impacto na produção de petróleo estadual. A diminuição da produção só não obteve um desempenho pior devido ao expressivo aumento no campo de Marlim Sul (+ 18%).

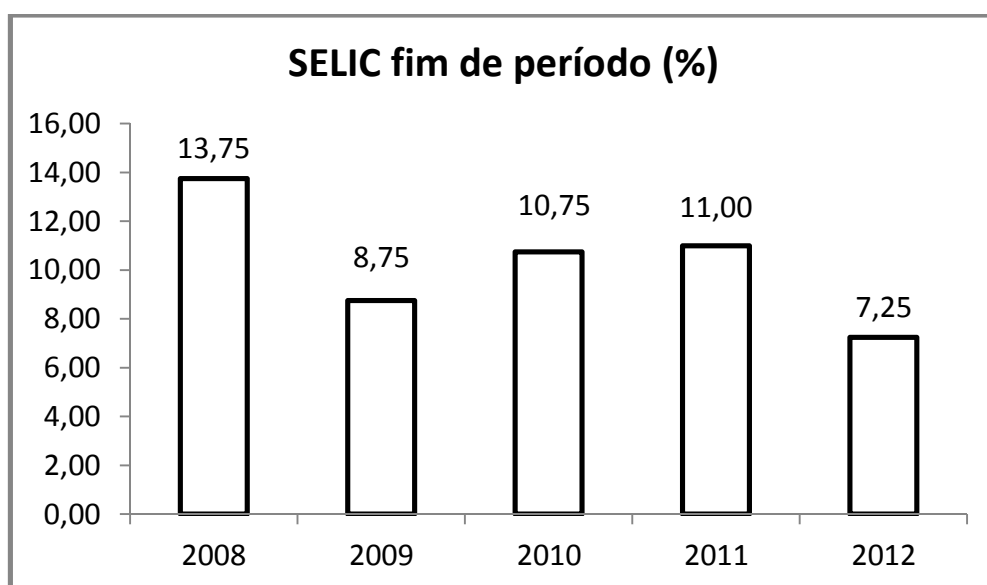
PARTICIPAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO NA PRODUÇÃO NACIONAL DE PETRÓLEO (em mil m³)



– **CFT** (certificado financeiro do tesouro) - Os CFT'S apresentaram, neste último bimestre, uma redução de R\$ 90,4 milhões se comparado ao mesmo período de 2011. No acumulado, os CFT's também obtiveram um valor abaixo da meta (-R\$ 1.520,73 milhões / -68,4%). Este resultado não é uma surpresa, uma vez que houve antecipação do fluxo de receitas dos CFT's, uma estratégia de gestão

de ativos do RIOPREVIDÊNCIA, para que fossem recebidos de modo decrescente a partir de 2011, com seu final previsto para o fim de 2012.

– **Aplicações Financeiras:** Registraram uma queda tanto no bimestre (-R\$ 30,82 milhões / -26,8%) como no acumulado (-R\$ 89,15 milhões / -13,75%). Esta redução decorreu, basicamente, da diminuição da taxa SELIC que vem ocorrendo no Brasil desde 2011. No mesmo período do ano passado, a taxa SELIC estava fixada em 11,40% em novembro e 11% em dezembro. Durante o ano de 2012, este valor foi reduzindo ainda mais, chegando ao nível histórico de 7,25%, comprometendo assim o resultado das aplicações financeiras.



IV.I.3 Demais Receitas Correntes

Bimestre: R\$ 904,02 milhões / - 49,1%

Acumulado: R\$ 4.525,21 milhões / + 8,8%

Tabela 23

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (NOV - DEZ)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - DEZ)		var %
	2011	2012		2011	2012	
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	1.776,39	904,02	-49,1%	4.160,75	4.525,21	8,8%
Receita de Contribuições	275,32	400,20	45,4%	1.176,53	1.312,76	11,6%
Receita Agropecuária	0,02	0,02	-17,5%	0,14	0,14	-0,5%
Receita Industrial	1,41	13,97	888,4%	1,61	30,39	1788,4%
Receita de Serviços	73,61	51,68	-29,8%	342,25	362,79	6,0%
Multas e Juros de Mora	121,47	101,48	-16,5%	482,82	563,50	16,7%
Indenizações e Restituições	108,94	77,12	-29,2%	228,05	680,35	198,3%
Dívida Ativa	57,80	121,23	109,7%	229,84	643,93	180,2%
Receitas Diversas	1.137,81	138,34	-87,8%	1.699,53	931,36	-45,2%

As Demais Receitas Correntes tiveram um decréscimo de 49,1% (-R\$ 872,36 milhões) no 6º bimestre em relação a 2011. Porém a execução acumulada teve um aumento de 8,8%, alcançando a marca de R\$ 4.525,21 milhões de arrecadação.

– **Receitas de Contribuições:** Houve aumento de R\$ 124,88 milhões (+45,4%) em relação ao mesmo bimestre do ano passado, resultando numa arrecadação total de R\$ 400,20 milhões no bimestre, com predominância da arrecadação de Contribuições Sociais de Servidores Ativos e Inativos. No acumulado apresentou um aumento de R\$ 364,45 milhões (+ 11,6%) em relação ao ano anterior.

– **Receitas de Serviços:** Houve redução de R\$ 21,93 milhões (-29,8%) em relação ao mesmo bimestre do ano passado, resultando numa arrecadação total de R\$ 51,68 milhões no bimestre, com destaque para Serviços de Processamento de Dados que alcançou a arrecadação de R\$ 18,88 milhões, Serviços de Inspeção e Fiscalização que arrecadou R\$ 6,40 milhões e Serviços de Registro do Comércio que arrecadou R\$ 6,57 milhões.

– **Indenizações e Restituições:** no acumulado representa uma variação positiva de 198,3% (+ R\$ 452,30 milhões), totalizando R\$ 680,35 milhões, com destaque para Compensações Financeiras entre o Regime Geral e o Regime Próprio de Previdência dos Servidores (+ R\$ 66,15 milhões) e Restituição oriunda de saque da Conta B¹⁴ (+ R\$ 450,00 milhões). No bimestre houve redução (- R\$ 31,82 milhões) em relação ao mesmo período de 2011 (- 29,2%).

– **Receitas Diversas:** no acumulado a redução foi de 45,2% (- R\$ 768,17 milhões), totalizando R\$ 931,36 milhões em 2012, sendo R\$ 494,51 milhões a contribuição do TJ neste resultado. Devemos notar que o desempenho positivo de 2011 deveu-se, principalmente, à venda da folha de pagamentos do Executivo para o Bradesco e a saques realizados da conta B. Comparativamente ao mesmo bimestre de 2011, obteve uma queda de 87,8% (- R\$ 999,47 milhões).

– **Multas e Juros de Mora e Dívida Ativa:** O crescimento das Receitas de Dívida Ativa e Multas e Juros de Mora justifica-se pelo Programa de REFIS¹⁵ estadual, autorizado pela Lei estadual 6136 de 28 de dezembro de 2011. O Programa oferece redução de juros de mora e exclusão de multas de débitos inscritos em Dívida Ativa com vencimento até 30 de novembro de 2011.

Embora tenha havido uma redução de 16,5% (- R\$ 19,99 milhões) na receita de Multas e Juros de Mora no bimestre comparado a mesmo período de 2011, no acumulado houve um acréscimo de R\$ 80,68 milhões (+ 16,7%). No bimestre, as multas de trânsito totalizaram R\$ 12,81 milhões contra R\$ 10,82 milhões em 2011.

O Programa de REFIS estadual contribuiu para o crescimento de arrecadação no 6º bimestre em 109,7% na receita de Dívida Ativa, alcançando a marca de R\$ 121,23 milhões no período.

¹⁴ - Conta B, onde estão depositados os recursos do fundo que garantem passivos do antigo Banerj.

¹⁵ Conforme a Lei Estadual nº 6136 de 28 de dezembro de 2011.

IV.I.3.1 Receita de Transferências

Bimestre: R\$ 1.065,42 mil / - 6,4%

Acumulado: R\$ 5.731,96 milhões / - 0,2%

Tabela 24

RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS

ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2011 / 2012

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (NOV - DEZ)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - DEZ)		var %
	2011	2012		2011	2012	
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS	1.137,93	1.065,42	-6,4%	5.743,36	5.731,96	-0,2%
Transf da União	657,58	635,94	-3,3%	3.161,71	3.092,22	-2,2%
FPE	169,24	180,64	6,7%	917,96	946,50	3,1%
IPI exp	158,32	141,40	-10,7%	782,57	760,96	-2,8%
IOF	0,00	0,02	469,2%	0,03	0,05	57,6%
CIDE	0,00	0,00	0,0%	107,14	57,25	-46,6%
SUS	152,04	103,97	-31,6%	608,02	598,38	-1,6%
Salário Educação	57,49	64,66	12,5%	358,68	391,85	9,2%
Lei Kandir	14,30	14,30	0,0%	85,78	85,78	0,0%
Outras Transf. da União	106,19	130,97	23,3%	301,54	251,45	-16,6%
FUNDEB	416,81	396,57	-4,9%	2.408,79	2.467,70	2,4%
Convênios	35,70	32,90	-7,8%	134,41	171,52	27,6%
Outras Transf. Corr.	27,85	0,01	-100,0%	38,45	0,53	-98,6%

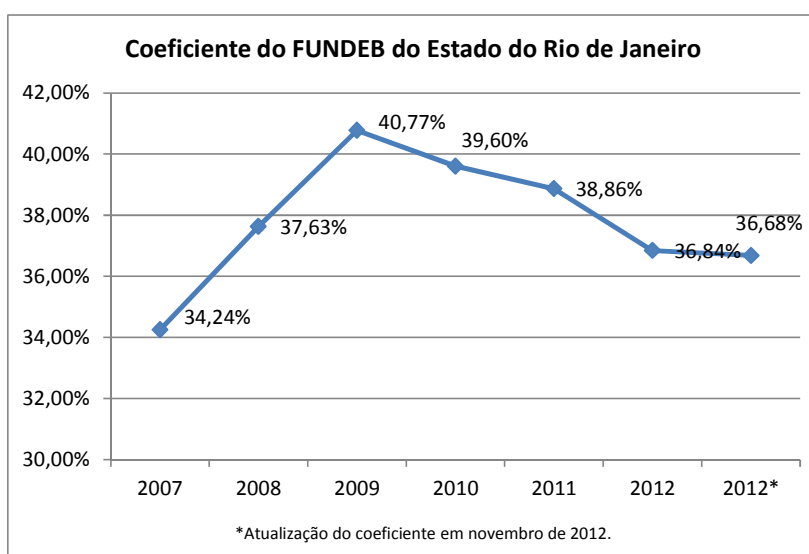
Em função da política do governo federal de desoneração tributária de diversos setores, o total arrecadado de Transferências apresentou queda de R\$ 72,51 milhões no 6º bimestre de 2012, comparativamente ao mesmo período de 2011.

Quanto às Transferências da União, os resultados positivos nas contas das receitas do FPE (+R\$ 11,40 milhões), do Salário Educação (+R\$ 7,17 milhões) e de Outras Transferências da União (+R\$ 24,78 milhões) não foram suficientes para fazer frente às quedas do IPI-Exportação (-R\$ 16,92 milhões), do FUNDEB (-R\$ 20,24 milhões), do SUS (-R\$ 48,08 milhões) e de Outras Transferências Correntes (-R\$ 27,84 milhões).

Dentre as Receitas de Transferências da União, o Salário Educação merece destaque, com aumento bimestral significativo de 12,5% (+R\$ 7,17 milhões). O resultado acumulado também apresentou aumento

substancial, alcançando o total de 391,85 milhões em 2012, o que representa um aumento de 9,2% (+ R\$ 33,17 milhões).

As receitas do FUNDEB apresentaram queda de 4,9% (-R\$20,24 milhões) no bimestre. Isto é explicado principalmente pela nova mudança nos coeficientes de distribuição do fundo com a publicação da portaria interministerial nº 1.360-A em 19 de novembro de 2012 que aprovou novos parâmetros operacionais do FUNDEB. Isto não é uma novidade uma vez que o coeficiente do Estado do Rio de Janeiro vem sendo reduzido paulatinamente desde 2009 (conforme gráfico ao lado). Sendo assim, as receitas do FUNDEB apresentaram tímido crescimento de apenas 2,4% no acumulado (+ R\$ 58,92 milhões).



As Outras Transferências Correntes apresentaram queda expressiva de 100% no bimestre (-R\$ 27,84 milhões), reflexo de receita atípica em dezembro de 2011 (R\$ 27 milhões) em Contribuições e Doações, o que acabou por afetar, também, o resultado no acumulado (- R\$ 37,92 milhões).

No acumulado, a Receita de Transferências apresentou queda de R\$ 11,40 milhões. Nas transferências da União, apresentaram variações negativas as receitas do IPI-Exportação (-R\$ 21,60 milhões), da CIDE (-R\$ 49,90 milhões), do SUS (-R\$ 9,63 milhões) e Outras Transferências da União (-R\$ 50,08 milhões) ainda que tenha havido crescimento nas receitas do FPE (R\$ 28,54 milhões) e Salário Educação (R\$ 33,17 milhões).

Em 2012, as desonerações da União no IPI reduziram demasiadamente as receitas do FPE, na parte composta por esse imposto, e as do IPI-Exportação.

IV.I.3.2 Transferências da União

Em relação ao mesmo bimestre de 2011, a receita desse grupo sofreu uma queda de 3,3% (-R\$ 21,64 milhões).

No acumulado, o resultado foi negativo em 2,2% (-R\$ 69,50 milhões).

No que tange a essas receitas, os repasses referentes ao FPE, IPI Exportação, SUS e Outras Transferências da União são as mais significativas, representando 87,6% do total recebido no bimestre e 82,7% no acumulado.

– **FPE¹⁶**: Com arrecadação de R\$ 180,64 milhões no bimestre, esta receita apresentou um crescimento de 6,7% (+R\$ 11,40 milhões) em relação ao mesmo período de 2011.

Composta pelo IPI e o IR, o resultado bimestral dessa transferência foi produto do aumento da arrecadação do IR, uma vez que houve queda no IPI. Para fins de análise, o conteúdo referente ao IPI será analisado no item IPI-Exportação, a seguir.

O bom desempenho bimestral do Imposto de Renda deve-se principalmente ao aumento de arrecadação do IRPJ em dezembro, causado por pagamentos extraordinários realizados por empresas do setor financeiro, além do crescimento de arrecadação em vários setores, ainda que precedido por queda em novembro, pela redução da lucratividade das empresas.

Houve, também, aumento do Imposto de Renda Retido na Fonte nos itens IRRF-Rendimento do Trabalho, reflexo do aumento da massa salarial e correção da tabela progressiva em 4,5% a partir de janeiro de 2012, e do IRRF-Rendimentos de Residentes no Exterior a título de Royalties e assistência técnica (novembro), além de juros e comissões em geral (dezembro), embora tenha havido queda do IRRF-Rendimento de Capital pela diminuição na arrecadação dos fundos de renda fixa e dos juros remuneratórios sobre o capital próprio em novembro e das aplicações de renda fixa em dezembro.

O Imposto de Renda foi o responsável pelo bom desempenho do FPE, Transferência da União mais significativa para o Estado.

¹⁶ Fonte: Análise da Arrecadação das Receitas Federais de novembro e dezembro de 2012. Receita Federal.

<http://www.receita.fazenda.gov.br/publico/arre/2012/Analisemensalnov12.pdf>;

<http://www.receita.fazenda.gov.br/publico/arre/2012/Analisemensaldez12.pdf>

O IFPF teve aumento significativo em novembro de 2012 explicado por recolhimentos extraordinários no item ganhos de capital na alienação de bens, embora tenha havido queda em dezembro por recolhimentos extraordinários em novembro de 2011, no item depósitos judiciais/ administrativos.

No acumulado, a receita de FPE teve aumento de 3,1% (+ R\$ 28,54 milhões), alcançando a arrecadação de R\$ 946,50 milhões. Mais uma vez, a alta teve origem no IR, seguida por queda do IPI.

Grande parte da variação da receita esteve presente no aumento do IRPJ. Concentrou-se na parcela devida pelas entidades financeiras, uma vez que, quanto às demais empresas, houve redução dada a queda em sua lucratividade em 2012 e pelo desempenho da economia durante o ano de 2011 que refletiu no ajuste anual e redução do IRPJ pela reclassificação por estimativa.

Quanto ao Imposto de Renda Retido da Fonte, houve aumento nos derivados dos Rendimentos do Trabalho pelo aumento da massa salarial e correção da tabela progressiva do IRPF a partir de janeiro de 2012. O aumento do IRRF-Rendimentos de residentes no exterior decorreu dos royalties e assistência técnica e juros e comissões em geral. Como na análise bimestral, o IRRF-Rendimentos de Capital reduziu-se pela queda no imposto de renda sobre juros remuneratórios sobre capital próprio.

Apresentou crescimento, ainda, o IRPF, dado os acréscimos nos itens quotas de declaração e carnê-leão.

-IPI-EXP: Apresentou, comparativamente ao ano anterior, uma queda de 10,7% no bimestre (-R\$ 16,92 milhões). Os responsáveis pela queda no desempenho da transferência foram os itens IPI-Automóveis, em função da alteração de sua tabela de incidência para os fatos geradores a partir de maio de 2012; o IPI-Vinculado à Importação por redução em sua alíquota média efetiva; o IPI-Outros pela desoneração da linha branca (decreto 7.631/11) e do setor de móveis (decreto 7.705/12, prorrogada pelo decreto 7.796/12), somada à redução da produção industrial. Em contramão, houve aumento no IPI-Bebidas, explicado por compensações efetuadas por estabelecimentos do setor em dezembro de 2011, além de pagamentos efetuados em atraso referentes a períodos anteriores.

As receitas derivadas do IPI-Exportação apresentam também decréscimo no acumulado (-2,8%, - R\$ 21,61 milhões).

Os responsáveis foram a queda no IPI-Automóveis pela alteração na tabela de incidência para fatos geradores a partir de maio de 2012; criação de mecanismo permitindo que a nova tabela fosse aplicada também ao estoque de veículos ainda não negociados até 21 de maio de 2012 (decretos 7.725/12 e 7.796/12), embora tenha havido aumento no volume de vendas no mercado interno; a queda no IPI-Outros pela redução na produção industrial pela desoneração de produtos da linha branca e do setor de móveis (decretos 7.631/11 e 7.705/12, prorrogada pelo decreto 7.796/12), ainda que tenha mostrado aumento no IPI-Vinculado à Importação motivado pela elevação da taxa de câmbio e do dólar nas importações.

–**SUS:** Com arrecadação de R\$103,97 milhões no bimestre, esta receita sofreu uma queda de 31,6% (-R\$ 48,07 milhões) em relação ao mesmo período de 2011. Esse resultado deve-se à contínua adesão dos municípios ao Pacto da Saúde, prescindindo do intermédio do Estado. No acumulado, a queda foi de 1,6% (-R\$ 9,64 milhões), apresentando o montante de R\$ 598,38 milhões.

–**CIDE:** as reduções das alíquotas da CIDE incidente sobre a gasolina e diesel, como explicado nos boletins anteriores, causaram queda de R\$ 49,90 milhões no acumulado (-46,6%). Dado que essa transferência tem apuração trimestral, os meses de novembro e dezembro não apresentam recebimento, o que fica evidenciado na receita bimestral zerada nos dois anos analisados.

A queda de R\$ 49,90 milhões na CIDE ao longo do ano demonstra, mais uma vez, o impacto da desoneração nas receitas estaduais.

– **OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO:** Com arrecadação de R\$ 130,97 milhões no bimestre, esta receita teve crescimento de 23,3% (+R\$ 24,78 milhões) em relação ao mesmo período de 2011. Na análise bimestral, a variação deve-se principalmente ao crescimento da conta Demais Transferências da União pela receita de R\$ 82,29 milhões, proveniente de Compensação Financeira pelo Esforço Exportador.

Contudo, o acumulado apresentou queda de 16,6% (-R\$ 50,09 milhões). O grande responsável pela queda foi a conta de Transferências Diretas do FNDE, que sofreu queda de 43,8% (R\$ 45,72 milhões). Parte dessa redução é explicada pelo decréscimo no número de alunos matriculados nas escolas estaduais em 11% com relação ao ano passado, por ocasião da reorganização da rede estadual de ensino adotada pela Secretaria Estadual de Educação.

IV.II Receitas de Capital

Bimestre: R\$ 3.483,41 mil / +271,1%

Acumulado: R\$ 5.515,05 milhões / + 87,7%

Tabela 25

RECEITA DE CAPITAL

ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2011 / 2012

R\$milhões

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (NOV - DEZ)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - DEZ)		var %
	2011	2012		2011	2012	
RECEITAS DE CAPITAL	938,69	3.483,41	271,1%	2.938,66	5.515,05	87,7%
Operações de Crédito	445,18	3.284,11	637,7%	1.271,50	4.755,17	274,0%
Alienação de Bens	279,03	3,66	-98,7%	534,78	23,11	-95,7%
Amortiz. de Empréstimos	30,44	32,68	7,4%	180,56	213,45	18,2%
Transf. de Capital	183,99	162,96	-11,4%	951,77	523,13	-45,0%
Outras Rec. de Capital	0,05	0,00	0,0%	0,05	0,19	0,00%

As Receitas de Capital apresentaram aumento expressivo de 271,1% (+R\$ 2.544,72 milhões) no bimestre devido ao aumento das Operações de Crédito no montante de R\$ 2.838,94 milhões. No acumulado, as Receitas de Capital alcançaram R\$ 5.515,05 milhões, um aumento de 87,7% (+R\$ 2.576,38 milhões).

Na Receita de Operações de Crédito, o aumento bimestral de 637,7% justifica-se por receitas recebidas nas contas Demais Operações de Crédito Internas para Programas de Governo (relativo aos Programas Pró-Cidades, Pró-Invest e Pró-Copa) e Demais Operações de Crédito Externas para Programas de Governo (relativos aos Programas Produms, Próvias, Prócopa e Programa de Obras do Arco Metropolitano). No acumulado, as Operações de Crédito apresentaram crescimento de 274% (+R\$ 3.483,67 milhões), influenciado pelos mesmos motivos citados anteriormente, uma vez que a receita do bimestre de 2012 concentrou 69,1% das receitas do mesmo ano.

As receitas de Alienação de Bens sofreram queda de 98,7% (-R\$ 275,37 milhões) no bimestre e 95,7% (-R\$ 511,67 milhões) no

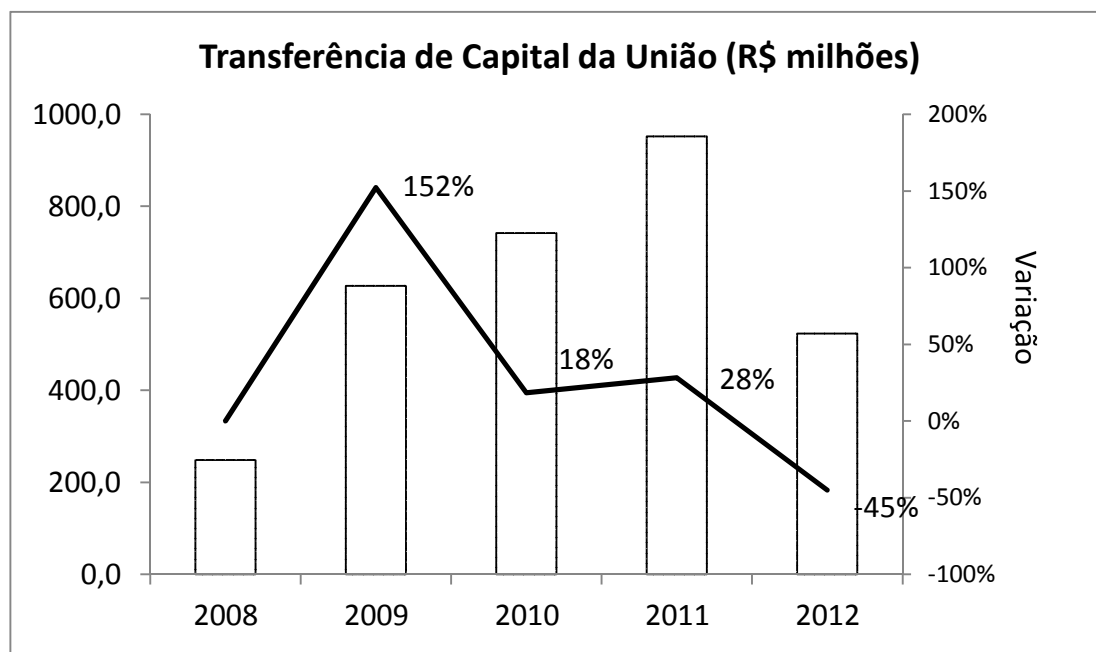
O grande aumento nas receitas de operações de crédito tornou possível custear importantes programas de governo em 2012.

acumulado. Essa queda expressiva é explicada pelo alto resultado dessa conta em 2011 devido ao pagamento da 1ª parcela da alienação do BERJ em dezembro (R\$ 183,6 milhões) e a venda de imóveis e terrenos de propriedade do RIOPREVIDÊNCIA ao longo do ano de 2011 (R\$ 344,6 milhões).

As Transferências de Capital apresentaram decréscimo de 11,4% (-R\$ 21,03 milhões) no bimestre e 45,0% (-R\$ 428,64 milhões) no acumulado. A queda concentra-se, principalmente, na conta de Transferências de Convênios da União destinadas ao PAC, visto que as obras e instalações já estão em processo de conclusão. Em comparação com 2011, as transferências do PAC sofreram queda de 14,18% (-R\$ 22,74 milhões) no bimestre e de 45,42% (- 271,86 milhões) no acumulado.

O gráfico abaixo mostra a recente queda nos repasses federais para investimentos no Estado.

Gráfico 4



V. Despesas do Estado do Rio de Janeiro

V.I - Evolução do Orçamento – Visão geral

A Lei Orçamentária para o ano de 2012 dotou o ERJ com recursos de R\$ 64,03 bilhões, superando os R\$ 56,21 bilhões do ano de 2011. Durante o exercício houve o incremento de R\$ 7,96 bilhões em créditos adicionais totalizando uma dotação final de R\$72,00 bilhões.

Tabela 26

		R\$		
		Dotação inicial	Créditos adicionais líquidos	Dotação atual
2011	Intraorçamentária	2.120.218.186	101.481.446	2.221.699.632
	S/ intraorçamentária	54.093.407.246	6.226.658.814	60.320.066.060
	TOTAL	56.213.625.432	6.328.140.261	62.541.765.693
2012	Intraorçamentária	2.742.794.551	269.059.348	3.011.853.899
	S/ intraorçamentária	61.289.423.482	7.695.247.987	68.984.671.469
	TOTAL	64.032.218.033	7.964.307.335	71.996.525.368

V.II - Créditos adicionais

Durante o exercício a dotação do Estado evoluiu em 12,44%, a maior parte no último quadrimestre, R\$ 4,21 bilhões. O crescimento por quadrimestre encontra-se na tabela abaixo:

Tabela 27

		R\$		
	Inicial	1º quadrimestre	2º quadrimestre	3º quadrimestre
Dotação 2012	64.032.218.033	66.606.432.447	67.788.796.670	71.996.525.368
Variação* (%)		4,02%	5,87%	12,44%

* ref. Dotação inicial

A principal ação governamental com maior incremento de créditos adicionais líquidos foi “Pessoal e Encargos Sociais” (R\$ 978,19), dos quais R\$ 541,22 milhões para a Polícia Militar e R\$288,23 milhões Defesa Civil. Em seguida destacam-se “Gestão da Dívida Interna-Refinanciada” (888,88) e “Implantação de Projetos de Infraestrutura” (R\$ 606,66).

Tabela 28

R\$ Milhões

Ações Governamentais	Créditos adicionais líquidos *	Participação
Pessoal e Encargos Sociais	978,19	12,28%
Gestão da Dívida Interna-Refinanciada	888,88	11,16%
Implantação de Projetos de Infraestrutura	606,66	7,62%
Implantação de Novas Linhas Metroviárias	513,50	6,45%
Recup. Reg. Serrana	427,89	5,37%
Encargos c/Inativos-Demais Áreas Admin. Estadu.	342,25	4,30%
Imp. Arco Metropolitano - PAC - RJ	314,16	3,94%
Encargos com Inativos - Área de Educação	273,00	3,43%
Restituições Recursos de Terceiros	268,69	3,37%
Operação das Unid. Próprias Hosp.e Ambulat	264,94	3,33%
Pessoal e Encargos Sociais - TJ	234,00	2,94%
Gest. Compartilhada Integral de Unid. Próprias	227,04	2,85%
Demais ações	2.625,12	32,96%
Total 10 primeiras	5.339,19	67,04%
Total geral	7.964,31	100,00%

*deduzidos os cancelamentos de dotação

V.III - Execução da Despesa

V.III.1 Por Fonte de Recursos

A execução da despesa por Fonte de Recursos-FR está demonstrada na Tabela 30. À conta de recursos do Tesouro foram aplicados 71,06%, sobretudo oriundos da arrecadação de impostos. Outras fontes de recursos, (convênios e os diretamente arrecadados por autarquias, fundos, fundações e empresas) financiaram, 28,94%, em sua maioria despesas do RIOPREVIDÊNCIA.

Tabela 29

Execução da Despesa por Recursos do Tesouro e Demais Fontes

Fontes de Recurso	Modalidade	2011	Participação	2012	Participação
Tesouro	Desp. Intraorç.	1.389.163.474	2,46%	1.986.370.144	3,12%
	S/ intraorç.	38.058.203.217	67,30%	43.364.117.571	68,15%
Outras Fontes	Desp. Intraorç.	800.732.636	1,42%	1.001.096.199	1,57%
	S/ intraorç.	16.304.950.534	28,83%	17.277.581.858	27,15%
TOTAL		56.553.049.861	100%	63.629.165.771	100%

➤ Convênios

No exercício de 2012 com recursos de convênios as despesas totalizaram R\$ 1,19 bilhão dos quais 50,13% são oriundos convênios pactuados com o governo federal, com destaque para obras do PAC.

Receitas do DETRAN no valor de R\$ 487,7 milhões foram destinadas ao apoio às ações de segurança.

Tabela 30

Execução de Convênios pela Origem dos Recursos	R\$ milhões
Convênios PAC - Governo Federal	366.868.759
Outros Convênios com o Governo Federal	233.695.667
Subtotal Governo Federal	600.564.426
Diversas Instituições e Prefeituras do ERJ	109.722.429
Convênio Intraorçamentário - Departamento de Trânsito do ERJ/SESEG	487.637.763
Total do Convênios Executados	1.197.924.619

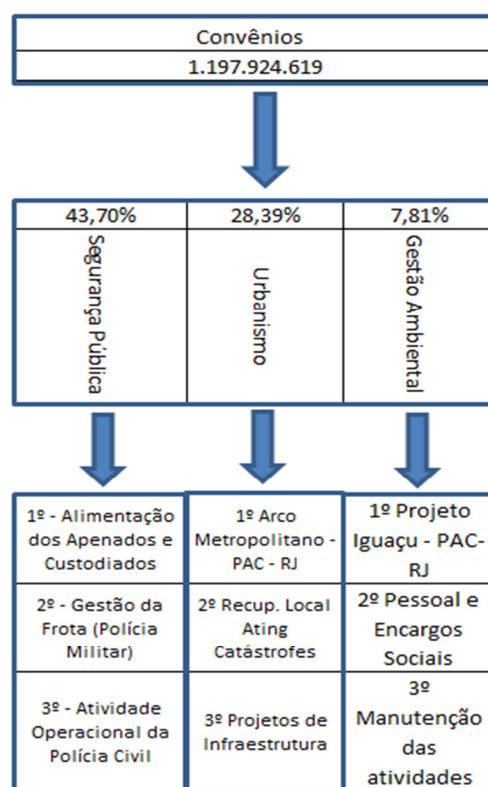
A seguir discrimina-se a aplicação dos recursos por função de governo representados na figura ao lado.

- Função Urbanismo R\$ 340,12 aplicados pela Secretaria de Obras:

- obras do Arco Metropolitano – PAC – RJ financiada pelo DNIT (R\$ 263,60 milhões);
- obras em projetos do PAC nas comunidades de Manguinhos, Pavão-Pavãozinho, Rocinha e Alemão que recebeu da Caixa Econômica Federal R\$ 22,59 milhões;
- obras de Recuperação de Locais atingidos pelas Catástrofe em parceria com o Ministério de Integração Nacional - \$ 22,93 milhões aplicados na reconstrução dos municípios de Cachoeira de Macacu, Nilópolis, Niterói, Rio Bonito, Saquarema, Araruama e Região Serrana.

Na função Gestão Ambiental - R\$ 93,58 milhões

- repasse da Caixa Econômica Federal (R\$ 44,30 milhões) - aplicados no Projeto Iguaçu- PAC;
- repasse do Ministério de Integração Nacional (R\$ 7,37 milhões) para obras de Recuperação de Infraestrutura Hidrográfica da Baixada Campista-PAC-RJ;
- repasse da Petrobrás (R\$ 6,63 milhões para o Monitoramento da Qualidade Ambiental.



➤ Operações de Crédito

As despesas de Operações de Crédito somaram R\$ 4,06 bilhões, das quais grande parte foi destinado à Função “Encargos Especiais” basicamente no pagamento da dívida, permitindo liberar recursos livres do Tesouro para financiar projetos estratégicos do Governo que requerem despesas de custeio como o Bilhete único, Programa Renda Melhor e o pagamento do Aluguel Social. Os investimentos com operações de crédito, firmado com organismos nacionais e internacionais, somaram R\$ 2,50 bilhões conforme Tabela ao lado.

Tabela 31

Principais Projetos financiado por Op. De Crédito	Milhões R\$ Executado
Implantação de Novas Linhas Metroviárias	749,46
Implantação de Projetos de Infraestrutura	542,88
Reforma do Complexo do Maracanã	441,72
Melhoria no Sistema de Transp Ferrov - PET II	261,27
Recup Reg. Serrana	112,73
Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios	70,66
Abastecimento de Água- PAC	61,99
Imp. Arco Metropolitano - PAC - RJ	58,89
Urbanização do Complexo de Manguinhos-PAC-RJ	48,11
Reestr Delegacias Legais e Órg Investigativos	42,68
Subtotal	2.390,39
Demais Projetos de menor valor	114,18
Total	2.504,57

V.III.2 Por Grupo de Despesa

O ERJ executou R\$ 61,89 bilhões em 2012, mais 11,86% (R\$ 6,56 bilhões) quando comparado o exercício de 2011.

Em valor absoluto o maior crescimento ocorreu em “Pessoal e Encargos Sociais” (R\$ 3,07 bilhões), aí incluídas as despesas com inativos do Rio Previdência e encargos do PREVI-BANERJ e da REFER, embora classificadas como despesas correntes. Pela ótica do valor relativo, os investimentos aumentaram 15,34%, com forte aplicação de recursos de operações de crédito, conforme comentando no item anterior.

Tabela 32

**DESPESAS POR GRUPO*
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - DESPESA LIQUIDADA 2011 / 2012**

	R\$ MIL		
DISCRIMINAÇÃO	2011	2012	VAR %
1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	22.271.116	25.412.897	14,11%
1.1 - EXECUTIVO	9.235.952	10.903.571	18,06%
1.2 - ALERJ	447.224	479.250	7,16%
1.3 - TCE	374.140	390.263	4,31%
1.4 - TJ	1.861.528	2.007.217	7,83%
1.5 - MP	594.504	630.717	6,09%
1.6 - INATIVOS E PENSIONISTAS	9.069.416	10.267.751	13,21%
1.7 - PREVI-BANERJ	664.708	709.202	6,69%
1.8 - REFER	23.645	24.927	5,42%
2 - JUROS ENCARGOS E AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	4.099.786	4.859.280	18,53%
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES**	23.037.181	25.038.650	8,69%
3.1 - DESPESAS DE CUSTEIO	9.396.376	10.404.578	10,73%
3.1.1 - EXECUTIVO	8.388.120	9.153.646	9,13%
3.1.2 - ALERJ	77.384	73.565	-4,93%
3.1.3 - TCE	35.111	48.047	36,84%
3.1.4 - TJ	725.339	913.295	25,91%
3.1.5 - MP	170.422	216.025	26,76%
3.2 -TRANSFERÊNCIAS OBRIGATÓRIAS	13.640.805	14.634.072	7,28%
3.2.1 - ENC. COM A UNIÃO / ROYALTIES (EGE)	1.509.729	1.388.014	-8,06%
3.2.2 - TRANSFERÊNCIAS AO FUNDEB	4.373.523	4.745.423	8,50%
3.2.3 - TRANSFERÊNCIAS AOS MUNICÍPIOS	7.757.553	8.500.635	9,58%
4 - INVESTIMENTOS	4.715.017	5.313.867	12,70%
4.1 - EXECUTIVO	4.075.199	4.882.528	19,81%
4.11- EXECUTIVO - RESTITUIÇÃO REC. TERCEIROS	406.134	873	-99,79%
4.2 - ALERJ	1.177	1.531	30,11%
4.3 - TCE	5.248	61.401	1070,04%
4.4 - TJ	211.474	337.789	59,73%
4.5 - MP	15.785	29.745	88,43%
5 - INVERSÕES FINANCEIRAS	240.053	207.086	-13,73%
TOTAL GERAL	54.363.154	60.831.781	11,90%

Exclui despesas intra-orçamentárias / Exclui Imprensa Oficial e CEDAE

Posição SIG/SIAFEM

➤ Despesas de Pessoal

Tabela 33

- Comparação 2011 – 2012

As despesas de pessoal cresceram 14,11% ou R\$ 3,14 bilhões. O impacto do aumento dos gastos na área de Segurança Pública foi de R\$ 1,03 bilhão (+30,71%), principalmente pelo incremento do auxílio-moradia (Lei Estadual 6.162/2012) conforme tabela 10. Este passou a ser fixado em 107,5% sobre o soldo do posto ou graduação. Já o impacto na área de educação foi de R\$ 546,14 milhões (+16,17%) em relação ao exercício anterior, tanto pela admissão de novos professores quanto por razões de reajustes além de incorporações de gratificações à carreira. O aumento do gasto na Previdência Social representou R\$1,98 bilhões, sobretudo em razão dos Encargos dos Inativos da área de educação.

Milhões R\$

Despesas de Pessoal				
Áreas	2011	2012	Δ	Δ (%)
Infraestrutura	158,39	165,80	7,41	4,68
Segurança Pública	2.944,24	3.857,55	913,31	31,02
Outros Poderes	3.762,90	4.033,97	271,07	7,20
Educação	2.875,96	3.335,30	459,34	15,97
Outras Áreas*	1.522	1.832	309,27	20,31
Saúde	1.286,66	1.254,13	-32,53	-2,53
Assistência Social	360,83	404,68	43,85	12,15
Transporte	257	228	-28,71	-11,16
Previdência Social	9.093	10.292	1.198,62	0,13
Desporto e Lazer	9,48	9,63	0,08	0,00
Total	22.271,12	25.412,90	3.141,78	14,11

* Inclui Previ-Banerj

Tabela 34

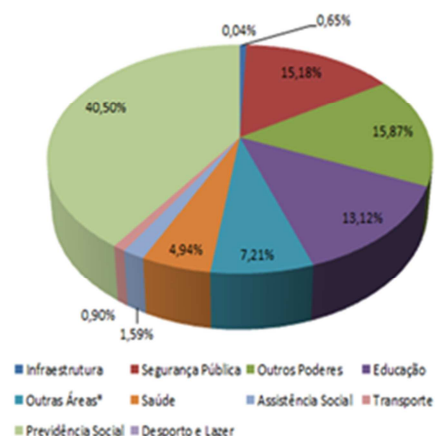
Execução do Auxílio Moradia

Órgão	2011	2012
Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro	581	212.099.719
Secretaria de Estado de Defesa Civil	70.422.632	118.800.353
Total Geral	70.423.213	330.900.072

*Valores Liquidados

Gráfico 5

Despesa de Pessoal - Participação por Área



- Execução 2012

O gráfico ao lado evidencia a participação das maiores áreas no gasto anual. O maior percentual, 40,5% agrega as despesas de inativos e pensionistas do Executivo e dos demais Poderes. Logo em seguida aparecem os gastos de pessoal dos outros Poderes (15,87%). As áreas de Segurança, Educação e Saúde participam, respectivamente com: 15,18%, 13,12% e 4,94%.

➤ Outras Despesas Correntes

- Comparação 2011 – 2012

Outras Despesas Correntes subiram 8,69% ou R\$2,00 bilhões. Em termos absolutos, a função “Encargos Especiais” respondeu pelo maior acréscimo (R\$ 649,09 milhões), influenciado pela transferência constitucional do ICMS para os municípios fluminenses.

Em relação ao custeio da máquina pública a maior fatia de acréscimo, em termos absolutos, coube à área da saúde com R\$ 520,88 milhões e à Segurança Pública com R\$ 216,21 milhões.

Em variação percentual destaca-se o crescimento de 161,89% da área de assistência social, justificado pela implementação dos

Tabela 35

Milhões R\$

Outras Despesas Correntes				
Áreas	2011	2012	Δ	Δ (%)
Infraestrutura	95,64	70,85	-24,80	-25,93
Segurança Pública	1.312,91	1.529,12	216,21	16,47
Outros Poderes	1.099,37	1.349,92	250,54	22,79
Educação	3.930,63	4.284,52	353,89	9,00
Outras Áreas***	665.628	769.120	103.49	15,55
Saúde	2.281,31	2.802,19	520,88	22,83
Assistência Social	188,29	493,11	304,82	161,89
Transporte*	745.723	818.242	72,52	9,72
Previdência Social**	454.183	34.802	-419,38	-92,34
Desporto e Lazer	133,75	107,96	-25,80	-19,29
Encargos Especiais	12.129,74	12.778,83	649,09	5,35
Total	23.037,18	25.038,65	2.001,47	8,69

*excluída a REFER

** excluído o Rio Previdência

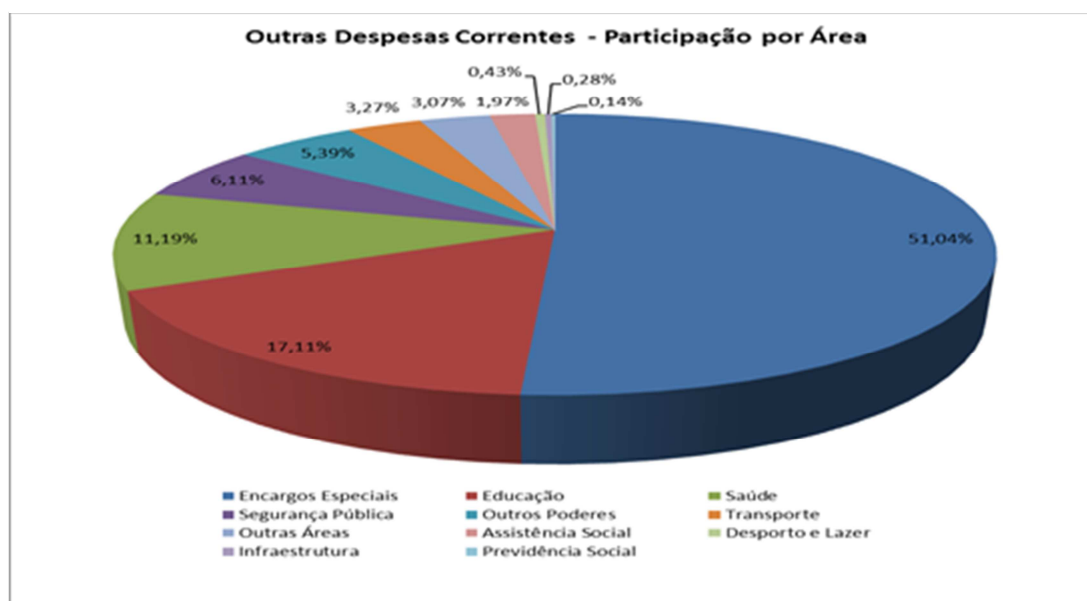
*** excluído o Previ Banerj

programas “Aluguel Social” (R\$ 78,95 milhões) e “Renda Melhor” (R\$ 199,28 milhões) que só foram liquidados em 2012.

- Execução 2012

A exceção da Previdência e dos Encargos Especiais, a maior parte das despesas classificadas como Outras Despesas Correntes foram executadas na área de Educação (17,11%): R\$ 2,28 bilhões de transferências ao FUNDEB - perda líquida (Recursos transferidos para a educação dos municípios fluminenses), R\$ 232 milhões aplicados em nutrição escolar e outros R\$ 223 milhões em apoio à educação, como serviços de asseio, higiene e vigilância. Em seguida vem a Saúde que requereu 11,19%, a maior parte direcionada para Operacionalização das Unidades Próprias Hospitalares e Ambulatoriais (R\$ 800,41 milhões) e Gestão Compartilhada Integral de Unidades Próprias (R\$ 294,37 milhões).

Gráfico 6



➤ Ações que requereram maior soma de recursos no ano:

Dentre as Outras Despesas Correntes do ano de 2012, a Saúde teve dois projetos de grande relevância que se destacaram no montante anual de despesas realizadas:

1 - Operacionalização das Unidades Próprias Hospitalares e Ambulatoriais - liquidou R\$ 800.413.619 milhões em 2012 com despesas relativas ao funcionamento de todas as unidades da Rede Estadual de Saúde Pública.

2 - Gestão Compartilhada Integral de Unidades Próprias – liquidou R\$ 294.373.073 milhões.

Este modelo de gestão compartilhada permite disponibilizar recursos de última geração, melhora a administração e garante atendimento de qualidade à população. Neste ano de 2012, se destacaram dentro desse modelo: o Hospital da Mulher, em São João de Meriti, primeira unidade da rede estadual de saúde especializada no atendimento a gestantes de alto risco; o Hospital Estadual da Mãe, em Mesquita, que realiza todo o acompanhamento da gestante com o pré-natal, exames de imagem (ultra e raios x) e laboratório, orientação nutricional e planejamento familiar; e o Hospital de Traumatologia e Ortopedia Dona Lindu, em Paraíba do Sul, que conquistou o segundo lugar no Brasil em número de cirurgias ortopédicas de alta complexidade dentro da rede estadual e obteve em julho deste ano uma certificação nacional de qualidade.

No Poder Judiciário evidenciaram-se duas ações entre as maiores: Operacionalização do Processamento Judiciário e Operacionalização da Prestação Jurisdicional. A primeira viabilizou o atendimento judiciário, envolvendo contratos de serviços técnicos/operacionais/administrativos, fornecimento de energia elétrica, material de informática, serviço de limpeza, dentre outros. Já a segunda envolveu os serviços prestados aos funcionários públicos deste Poder, tais como assistência à saúde, vale refeição, aquisição e fornecimento de alimentos, auxílio transporte e auxílio creche.

O projeto de Operacionalização do Bilhete Único foi o 4º projeto mais dispendioso no ano de 2012, com um custo de R\$ 444.765.110, tendo uma despesa 22,21% maior do que no ano anterior e representando 25,10% das despesas totais da Secretaria de Transporte. No ano de 2012 este projeto foi financiado em 86,52% pela fonte de recurso 22 (Adicional do ICMS – FECPP). Outra informação relevante foi uma elevação de 17,94% no número de transações realizadas entre um ano e outro, passando a ter uma média de 32.016.362 transações por mês no ano de 2012. O Bilhete único foi eleito pela Associação Internacional de transporte público como o melhor programa de

Tabela 36

Milhões R\$

Outras Despesas Correntes		
10 Maiores Ações	Unidades Orçamentárias	Executado
Operacion das Unid. Próprias Hosp.e Ambulat	FES	800.413.619
Manut. Ativid. Operacionais / Administrativas	Diversos órgãos	799.776.810
Operacionalização do Processamento Judiciário	FETJ	532.724.113
Operacionalização do Bilhete Único	FET	444.765.110
Apoio às Ações de Segurança	DETRAN	419.582.997
Operacionalização da Prestação Jurisdicional	TJ	298.687.698
Gest Compartilhada Integral de Unid. Próprias	FES	294.373.073
Pessoal e Encargos Sociais	Diversos órgãos	250.797.945
Pagamento Despesas Serviços Utilidade Pública	Diversos Órgãos	247.439.627
Serviço de Comunicação e Divulgação	SCS	246.354.392
Total 10 maiores ações		4.334.915.384

* desconsiderado os Encargos Especiais e a Previdência

transporte da América Latina, na categoria “Introdução a Política de Transporte”.

Na área de Segurança dá-se destaque ao “Apoio as Ações de Segurança”. – através de Acordo de Cooperação o DETRAN-RJ repassou R\$ 419.582.997,22 para as Secretarias de Estado de Segurança (SESEG) e de Administração Penitenciária (SEAP). A SEAP recebeu R\$ 166.320.159,00, basicamente aplicados em alimentação de apenados e custodiados (R\$ 132.368.381,70) e em reforma de unidades penitenciárias. A SESEG recebeu R\$ 253.262.478,22, para atividades operacionais da PMERJ e da PCERJ. A maior parcela, R\$ 67.148.199,32, foi aplicada na Gestão da Frota da PMERJ com aquisição e manutenção de veículos. Outros projetos também receberam recursos do DETRAN: sistema de vídeo monitoramento, e ampliação do Sistema 190.

A Manutenção das Atividades Operacionais e Administrativas evidencia os gastos gerais em custeio dos órgãos e Entidades do Estado. A ação “Pessoal e Encargos Sociais” demonstra o total dos benefícios indiretos concedidos a pessoal: vários auxílios, dentre eles, o auxílio alimentação da UERJ e da PMRJ. Os pagamentos de “serviços de utilidade pública” consubstanciam o fornecimento de energia, esgoto, dentro outros, geridos pelas Concessionárias. Por último, o serviço de “Comunicação e Divulgação” que tem por finalidade dar publicidade às ações de Governo do Estado.

➤ Investimentos e Inversões Financeiras

- Comparação 2011 – 2012

Os investimentos e as Inversões Financeiras subiram 11,42 %. Na área de Desporto e Lazer destaca-se o incremento de R\$485,16 milhões, principalmente para a Reforma do Complexo do Maracanã. Em transporte houve um incremento de R\$ 431,61 milhões, principalmente para as obras do Metrô (+ 430,61 milhões).

O Estado do Rio de Janeiro tem concentrado esforços, desde 2011, para aumentar investimentos em áreas estratégicas de governo. Nessa direção, vem captando recursos junto a diversas instituições financeiras, uma vez que a capacidade de pagamento reconhecida pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN autoriza a contratação de

Tabela 37

Milhões R\$

Investimentos e Inversões Financeiras				
Áreas	2011	2012	Δ	Δ (%)
Infraestrutura	2.134,63	2.144,24	9,61	0,45
Segurança Pública	305,21	251,07	-54,14	-17,74
Outros Poderes	269,46	515,54	246,08	91,32
Educação	370,27	379,42	9,15	2,47
Outras Áreas	314,48	178,15	-136,34	-43,35
Saúde	211,74	186,69	-25,05	-11,83
Transporte	949,06	1.380,67	431,61	45,48
Desporto e Lazer	0,11	485,16	485,06	449.713,95
Encargos Especiais	400,09	0,00	-400,09	-100,00
Total	4.955,07	5.520,95	565,88	11,42

novas operações de crédito. Dentre as operações de crédito contratadas, em 2012, destaca-se a que destinou recursos para o Programa PRO-CIDADES, firmada com o Banco do Brasil, no valor total de R\$3,6 bilhões, a ser desembolsado em três exercícios. A 1ª parcela, repassada em 2012, foi de R\$1,46 bilhão, dos quais foram aplicados no exercício R\$1,18 bilhão, principalmente, em projetos estratégicos das áreas de mobilidade e de infraestrutura.

- Execução 2012

A área de Infraestrutura (38,84%) e Transporte (25,01%) foram as que requereram maior soma de recursos. Na primeira destacam-se os projetos de infraestrutura (R\$ 378,53 milhões), Arco Metropolitano (R\$ 335,70 milhões) e Recuperação da Região Serrana (R\$ 177,42 milhões). Já na segunda (transporte) obras do Metrô (R\$ 987,23 milhões), melhorias do sistema ferroviário, incluída a aquisição de trens urbanos (R\$ 267,19 milhões) e melhorias da malha rodoviária (R\$ 202,68 milhões). Já na área dos Outros Poderes evidenciam-se as obras de edificação, Implantação e Recuperação Física do TJ (R\$ 215,41 milhões), e por último na área de desporto e lazer frisam-se as obras do complexo do Maracanã (R\$ 484,53 milhões).

Gráfico 7

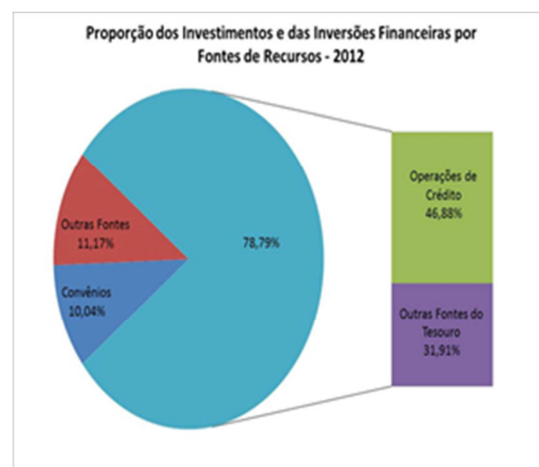
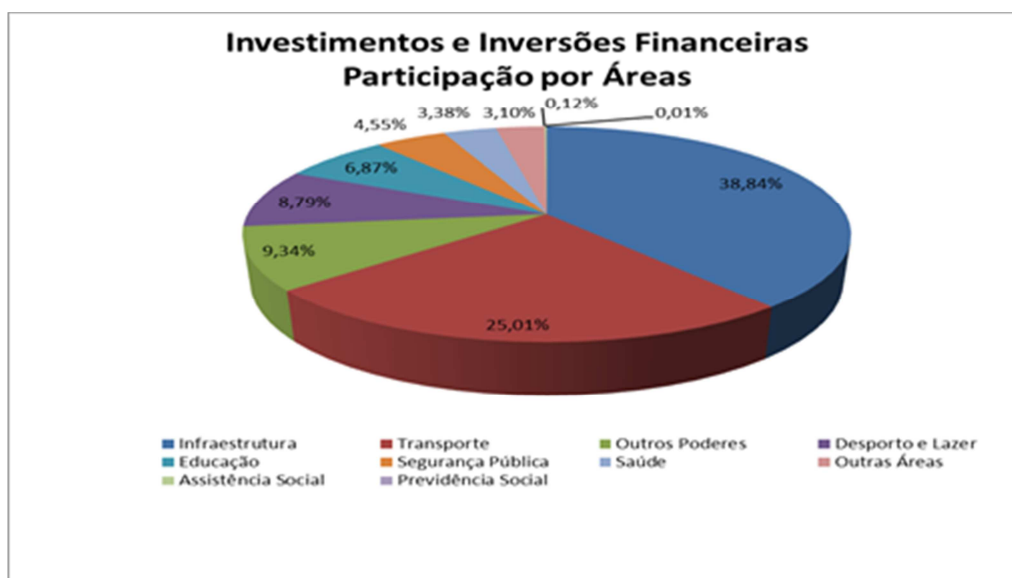


Gráfico 8



- Maiores ações Anuais

A tabela ao lado aponta as 10 Ações que requereram maior soma de recursos em 2012, 58,20% do montante aplicado no ano. Dentre elas dá-se destaque à Implantação de Novas Linhas Metroviárias, a Implantação de Projetos de Infraestrutura, a Reforma do Complexo do Maracanã a Implantação do Arco Metropolitano – PAC e a Melhoria no Sistema de Transporte Ferroviário- PET II que participaram com a aplicação de 72,49 das ações selecionadas.

O projeto de Implantação de Novas linhas Metroviárias cujo objetivo é dotar regiões de crescimento populacional e de empregos, caracterizadas por significativa geração de passageiros, de uma alternativa de transporte de massa. Além dos recursos próprios do Tesouro, o projeto contou com recursos de operações de crédito, R\$ 750 milhões, firmadas com o Banco do Brasil, BNDES e Agência Francesa de Desenvolvimento - AFD.

O projeto Reforma do Complexo do Maracanã tem como escopo adequar o Estádio Mário Filho às exigências da Federação Internacional de Futebol para a Copa do Mundo de 2014. Parcela significativa das obras realizadas em 2012 foi também financiada com recursos de operações de crédito: R\$ 356 milhões (73% do total) provenientes do BNDES - PROCOPAS ARENA MARACANÃ e R\$ 87 milhões do Banco de Desenvolvimento da América Latina – CAF.

O projeto Implementação do Arco Metropolitano, importante obra de melhoria do sistema viário, além de operações de crédito, R\$ 59 milhões /Projeto Pro Cidades, contou com recursos do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal) R\$264 milhões de convênio firmado com o DNIT – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.

Tabela 38

Milhões R\$

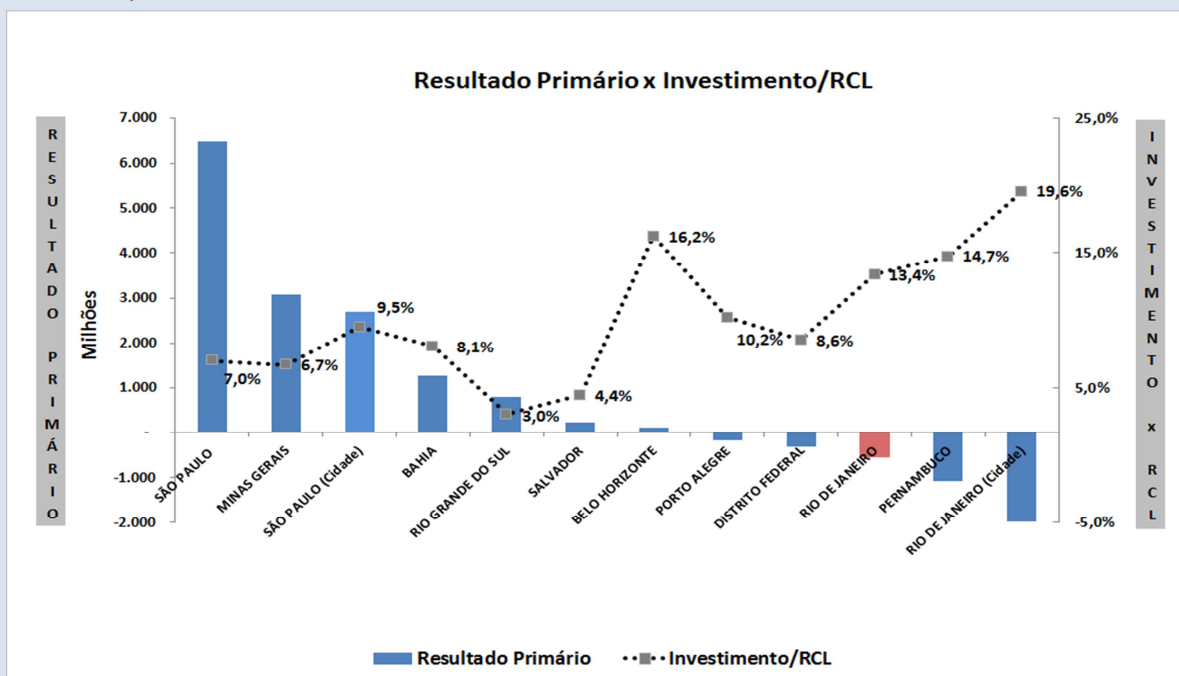
Investimentos e Inversões Financeiras		
10 Maiores Projetos	Unidades Orçamentárias	Executado
Implantação de Novas Linhas Metroviárias	Rio Trilhos	787.231.477
Implantação de Projetos de Infraestrutura	SEOBRAS	578.521.592
Reforma do Complexo do Maracanã	SEOBRAS	484.526.678
Imp. Arco Metropolitano - PAC - RJ	SEOBRAS	335.370.852
Melhoria no Sistema de Transp Ferroviário - PET II	CENTRAL	267.188.710
Edificação, Implantação e Recup Física TJ	FETJ	215.407.602
Impl Rest, Melh Rod, Rod Vicinais e Obras Arte	DER	202.678.605
Ampliação da Rede e Melhor da Infraestrutura	SEDEUC	195.592.205
Recup Reg. Serrana	SEOBRAS	177.424.610
Const, Reforma e Aquis de Mat Perm Und Saúde	FES	139.589.282
10 maiores ações		3.383.531.614

* exceto Encargos Gerais

Box 02– EVOLUÇÃO DOS INVESTIMENTOS E COMPARATIVO ENTRE ESTADOS

Este Box apresenta um comparativo das despesas realizadas com investimentos entre os maiores Estados, municípios e o Distrito Federal ao longo do exercício de 2012. Para fins desta análise foram extraídos os Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária do 6º bimestre dos sites das Secretarias de Fazenda dos entes envolvidos na pesquisa. Para melhor comparação, considerou-se o total de investimentos em razão da Receita Corrente Líquida. Foram avaliados também os Resultados Primários de cada ente.

O ERJ investiu 13,4% em 2012 ficando atrás apenas do Município do RJ com 19,6% da RCL. Embora o Resultado Primário do ERJ tenha sido negativo, este correspondeu apenas a 1,4% da RCL. Em contraponto, tanto o município do RJ e o Estado de Pernambuco que apresentaram investimentos significativos, comprometeram o resultado primário, correspondendo a 12,3% e 6,9% da RCL respectivamente.



Os recursos alocados em investimento vêm sendo crescentes ao longo destes últimos seis anos, beneficiando principalmente as seguintes áreas: Educação, Gestão Ambiental, Saneamento, Saúde, Segurança Pública, Transporte e Urbanismo. Em 2012, essas áreas foram responsáveis por 73% da despesa total com investimentos. Estas despesas foram financiadas com Operação de Crédito (50,04%), Fontes do Tesouro (28,78%) e Outras Fontes (21,19%).

Destaca-se a crescente participação das Operações de Crédito nas despesas com investimentos, permitindo forte ampliação dessa despesa, o que justifica o Resultado Primário alcançado ao final deste exercício. Em 2007 a participação das operações de crédito nas despesas com investimentos era de 13,7% passando a 48,1% em 2012.

V.III.3 Cumprimento das despesas vinculadas aos índices constitucionais: Educação, Saúde, FAPERJ¹⁷, FECAM¹⁸ e FEHIS¹⁹.

O Artigo 212 da Constituição Federal determina que Estados e Distrito Federal devam aplicar, no mínimo, 25% da arrecadação proveniente de impostos e transferências em manutenção e desenvolvimento do ensino. Já o Art. 198 institui a aplicação de 12% de tais receitas em ações e serviços públicos de saúde.

O Estado do Rio de Janeiro ainda possui outras três vinculações: o Art. 332 da Constituição Estadual determina a destinação de 2% da receita tributária (deduzidas as transferências e vinculações legais) à Fundação de Amparo à Pesquisa – FAPERJ; a Lei nº 1.060 de 1986, institui o Fundo Estadual de Controle Ambiental – FECAM e vincula 5% da receita proveniente de compensação financeira por exploração do petróleo ao Fundo; e a Lei nº 4.056, que institui o Fundo Estadual de Combate a Pobreza, estabelece que 10% de seus recursos devem ser aplicados no Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social – FEHIS.

A Tabela 39 ao lado demonstra que no exercício de 2012 todos os percentuais foram alcançados. A seguir esta seção detalha a destinação dos recursos aplicados no cumprimento dos índices.

➤ Educação

O montante destinado para manutenção e desenvolvimento de ensino alcançou R\$7,09 bilhões neste ano. A Tabela 40 apresenta este total discriminando por grupo de despesa. A aplicação via FUNDEB foi equivalente a 66,85% (4,74 bilhões) em 2012, dos quais R\$ 2,46 bilhões aplicados diretamente pela Secretaria de Educação (FUNDEB – Retorno) e R\$2,28 bilhões repassados aos municípios fluminenses (Perda Líquida). Os outros 33,15% foram destinados à pessoal (18,86%), custeio (12,27%) e investimento (2,12%).

Tabela 39

EXECUÇÃO ÍNDICES CONSTITUCIONAIS - DESPESA LIQUIDADADA

EM R\$ MIL

PERÍODO	JAN- DEZ 2011	JAN- DEZ 2012	Var. %
EDUCAÇÃO			
RECEITA BASE	26.060.667	28.211.337	8,25%
DESPESA LIQUIDADADA*	6.568.925	7.098.926	8,07%
MÍNIMO A SER APLICADO (25%)	6.515.167	7.052.834	8,25%
% ÍNDICE	25,21%	25,16%	-0,17%
SAÚDE			
RECEITA BASE	26.055.069	28.211.287	8,28%
DESPESA LIQUIDADADA**	3.195.511	3.417.485	6,95%
MÍNIMO A SER APLICADO (12%)	3.126.608	3.385.354	8,28%
% ÍNDICE	12,26%	12,11%	-1,23%
FAPERJ			
RECEITA BASE	15.462.846	16.793.980	8,61%
DESPESA LIQUIDADADA	312.632	338.627	8,31%
MÍNIMO A SER APLICADO (2%)	309.257	335.880	8,61%
% ÍNDICE	2,02%	2,02%	-0,27%
FECAM			
RECEITA BASE	6.614.716	7.822.379	18,26%
DESPESA LIQUIDADADA	330.736	413.776	25,11%
MÍNIMO A SER APLICADO (5%)	330.736	391.119	18,26%
% ÍNDICE	5,00%	5,29%	5,79%
FEHIS			
RECEITA BASE	2.524.854	2.565.510	1,61%
DESPESA LIQUIDADADA	260.970	287.489	10,16%
MÍNIMO A SER APLICADO (10%)	252.485	256.551	1,61%
% ÍNDICE	10,34%	11,21%	8,42%

* DESCONTA O VALOR DE RP CANCELADO (DE 2007 a 2011)

** Inclui o valor da FR 23 - Gestão de Saúde

Tabela 40

Aplicação na Função Educação

Em R\$

Grupo de Despesa	2011	2012	Var. %
Pessoal	1.038.502.869	1.338.982.417	28,93%
Outras Desp. Correntes	5.374.876.530	5.616.185.703	4,49%
Custeio	1.001.353.317	870.763.129	-13,04%
FUNDEB	4.373.523.214	4.745.422.574	8,50%
Investimento	167.225.577	150.738.080	-9,86%
RP Cancelado	11.679.702	6.980.051	-40,24%
TOTAL GERAL	6.568.925.276	7.098.926.149	8,07%

Tabela 41

Em R\$

Grupo de Despesa	2011	2012
Pessoal	2.174.291.307	2.408.759.970
Outras Desp. Correntes	246.095.888	94.008.065
Investimento	29.115.864	-
TOTAL FUNDEB - FR 15	2.449.503.059	2.502.768.035

¹⁷ FAPERJ- Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

¹⁸ FECAM- Fundo Estadual de Conservação Ambiental

¹⁹ FEHIS- Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social

O valor do retorno do FUNDEB (identificado como FR 15 na aplicação final) incluídos os rendimentos da aplicação financeira, é destinado principalmente para pessoal da SEEDUC (96%), conforme mostra Tabela 41, financiando a maior parcela dos benefícios que vem sendo concedidos aos profissionais desta área, como adicional de titulação, gratificações por desempenho, por lotação prioritária (em áreas consideradas de risco). O impacto destes benefícios é apresentado na Tabela 42.

Tabela 42

PRINCIPAIS BENEFÍCIOS	2011	2012
Adicional de Titulação	5.456.784	6.681.830
Gratific p/ Exercício de Encargos Especiais	88.918.401	50.458.040
Gratific p/Exerc Encargos Especiais - PROEIS		16.635.225
Gratificação de Desempenho de Escola (bonificação por resultado)	15.177.451	37.440.109
Gratificação de Lotação Prioritária GLP	79.082.419	82.837.139
TOTAL BENEFÍCIOS	188.635.055	194.052.344

As despesas de custeio somaram R\$870,76 milhões em 2012, destinados principalmente para:

- prestações de serviços, locação de bens móveis e imóveis, artigos para uso escolar entre outras somaram R\$ 466,26 milhões;
- manutenção das unidades escolares (R\$ 96,83 milhões);
- serviços de fornecimento de energia elétrica, água e esgoto, telefonia fixa e gás (R\$ 130,22 milhões);

- pagamento de Vale-Transporte, que financia a gratuidade dos alunos da rede estadual de ensino (R\$68,10 milhões);

- serviços de Asseio e Higiene (R\$ 39,2 milhões);

- serviços de Transmissão de Dados, Voz e Imagem (R\$ 36,74 milhões) e;

- auxílio Financeiro a Estudantes (R\$ 33,38 milhões) que inclui os benefícios concedidos aos cotistas da UERJ, bolsas aos estudantes da Universidade do Norte Fluminense – UENF e demais auxílios aos estudantes da rede de ensino técnico e superior.

Entre investimentos e inversões financeiras, dos R\$150,73 milhões liquidados, R\$109,23 milhões foram aplicados pela Secretaria de Educação em reformas e construção, bem como aquisição de equipamentos para reaparelhamento de unidades escolares. Foram inauguradas 6 novas escolas nos municípios Campo Grande, Barra do Piraí, Petrópolis e Rio de Janeiro.

Em 2012 foram aplicados R\$194,05 milhões em benefícios concedidos aos professores do ERJ e R\$68,10 milhões para financiar a gratuidade do transporte aos alunos da rede estadual.

Tabela 43

RESUMO INVESTIMENTOS - SEEDUC		
Ampliação da Rede e Melhoria da Infraestrutura	Obras de reformas e construção de unidades escolares em diversos Municípios do ERJ	100.682.386
	Estudos e execução de projetos em diversos Municípios do ERJ (Volta Redonda e outros)	1.145.398
	Ampliação, Reconstrução, Restauração da rede escolar no C.E. Senador Camará	362.050
SUBTOTAL		102.189.834
Reequipamento de Unidades Educacionais	Máquinas e Aparelhos	345.157
	Equipamento de cozinha para unidades escolares	428.047
	Equip e Aparelhos de Som, Imagem e de Telecom.	550.877
	Móveis e Material Escolar	5.723.729
SUBTOTAL		7.047.810
TOTAL GERAL		109.237.644

Foram inauguradas seis escolas nos municípios de Campo Grande, Barra do Piraí, Petrópolis e Rio de Janeiro.

➤ **Saúde**

O total aplicado em ações e serviços de Saúde no ano de 2012 foi 6,95% maior do que no ano anterior. As Outras Despesas Correntes são as responsáveis pela elevação das despesas, compensando a diminuição dos outros gastos.

A redução nas despesas de pessoal (-3,7%) na Função Saúde é decorrente da segregação entre as Secretarias de Saúde e Defesa Civil. Parte da folha do Corpo de Bombeiros que era executada pelo Fundo Estadual de Saúde passou a ser realizada pela Secretaria de Estado de Defesa Civil em 2012. Somente os bombeiros lotados nos serviços de saúde, como o SAMU, continuam a cargo do FES. Esta despesa foi igual a R\$ 98,3 milhões em 2012. Completa essa despesa R\$1,06 bilhão de médicos e servidores pagos pelo FES e pelo Instituto Vital Brasil – IVB, R\$119,32 milhões dos servidores do Hospital Universitário Pedro Ernesto e mais R\$ 30,44 milhões correspondentes ao pessoal das Fundações Estatais de Saúde

As Outras Despesas Correntes quase integralmente executadas pelo Fundo Estadual de Saúde (R\$1,92 bilhão) destinaram-se à Gestão de Serviços de Saúde, contabilizando R\$467,6 milhões, dos quais R\$290,49 milhões aplicados na Gestão Compartilhada das Unidades de Saúde e R\$124,58 milhões em Operacionalização das UPAS 24h. Além desse valor, R\$226,32 milhões do custeio foram aplicados em Serviços de Apoio Administrativo, Técnico e Operacional.

O modelo de Gestão Compartilhada, responsável por boa parte da despesa realizada, representa uma parceria do ERJ com Organizações Sociais para complementação do atendimento da rede pública (Gestão Compartilhada Integral) e terceirização de serviços especializados não disponíveis em determinadas unidades de saúde (Gestão Compartilhada Parcial). Este sistema permitiu a melhora na administração, garante atendimento de qualidade à população e disponibiliza recursos de última geração.

O programa de Gestão Compartilhada Integral permitiu a melhoria na prestação de serviços e a excelência no atendimento em diversos ramos nas ações de serviços de saúde do ERJ. Prova disso é o Hospital de Traumatologia e Ortopedia Dona Lindu, em Paraíba do Sul, que com pouco mais de dois anos, já é referência

Tabela 44

Aplicação na Função Saúde

Em R\$			
Grupo de Despesa	2011	2012	Var. %
Pessoal	1.359.457.106	1.309.064.842	-3,71%
Outras Desp. Correntes	1.543.693.657	1.945.806.248	26,05%
Investimento/inversões	197.859.067	167.703.887	-15,24%
Amortização	95.306.274	1.732.992	-98,18%
RP Cancelado	805.601	6.823.187	746,97%
TOTAL GERAL	3.195.510.503	3.417.484.782	6,95%

No sistema de Gestão Compartilhada Integral se destacaram em 2012: o Hospital da Mulher, em São João de Meriti, especializado no atendimento de gestantes de alto risco; o Hospital Estadual da Mãe, em Mesquita e o Hospital de Traumatologia e Ortopedia Dona Lindu, em Paraíba do Sul.

nacional em cirurgias ortopédicas. Em dezembro de 2012, a unidade recebeu a Certificação de Segurança no Atendimento ao Paciente emitido pela Organização Nacional de Acreditação (ONA). No decorrer de 2012, inúmeros mutirões de cirurgias ortopédicas foram realizados para atender mais rapidamente a demanda da população do ERJ.

O programa de Gestão Compartilhada Parcial possibilitou a implantação do maior programa de Cirurgia Bariátrica de todo o país no Hospital Carlos Chagas, em Marechal Hermes; a realização de Serviços de Obstetrícia no Hospital Rocha Faria e o atendimento a amputados pelo Serviço de Reimplante presente no Hospital Estadual Adão Pereira Nunes (Saracuruna), em Duque de Caxias. Permitiu, ainda, o atendimento a pacientes com necessidade de hemodiálise no leito e a realização de exames de imagem por equipes especializadas nas unidades que não possuíam tais serviços.

Outra despesa relevante foi a Operacionalização das UPAS 24hs (R\$ 124,58 milhões). As 52 UPAS 24 horas do ERJ reduziram o fluxo nas grandes emergências, uma vez que sua taxa de resolutividade ultrapassa 99%. Nas suas unidades, mais de 108 milhões de medicamentos foram distribuídos à população e 13 milhões de exames laboratoriais e de raios-x foram realizados. Todos esses números expressivos traduzem a importância do projeto para o ERJ.

Os investimentos em Saúde totalizaram R\$167,7 milhões gastos principalmente em Construção, Reforma e Aquisição de Material Permanente para Unidades de Saúde (R\$ 98,47 milhões) e em Equipamentos e Utensílios Hospitalares (R\$ 49,33 milhões). Ao final de 2012 as 52 UPAS já somam 208 leitos em salas de cuidados intensivos, 680 leitos em salas de cuidados semi-intensivos e 413 consultórios. O Rio Imagem completou um ano com a chegada de dois novos mamógrafos, somando quatro aparelhos à disposição das mulheres.

O Hospital Albert Schweitzer, em Realengo, reforçou o atendimento a pacientes graves com a reforma de 4 leitos de cuidados intensivos e 11 leitos de cuidados semi-intensivos de sua emergência. O hospital

No sistema de Gestão Compartilhada Parcial, o Programa de Cirurgia Bariátrica atendeu 240 pacientes em 2012. A consolidação da técnica de videolaparoscopia permitiu a diminuição do tempo de permanência do paciente no hospital.

As 52 UPAs já contam com 888 leitos e 413 consultórios em funcionamento o que permitiu o atendimento de 15 milhões de pacientes em 2012.

O Hospital Rio Imagem adquiriu mais 2 mamógrafos, totalizando 4, permitindo maior agilidade na realização de exames.

Tabela 45

também inaugurou mais 3 leitos na sala de atendimento inicial para pacientes vítimas de Acidente Vascular Cerebral (AVC) e de infarto.

Da Região dos Lagos ao Sul Fluminense, a saúde do interior do ERJ ganhou importante reforço com as reformas, integração de unidades municipais e construção de novas instalações. Saquarema, Angra dos Reis, Araruama e Volta Redonda estão com hospitais e equipamentos de última geração para atender os moradores dos municípios e regiões. O Hospital Estadual Roberto Chabo, em Araruama, que passou por reformas, recebe pacientes de alta e média complexidade encaminhados por outras unidades de saúde da região.

PET - Programa Especial de Transplantes

Hospital da Mulher (São João de Meriti)

Ressonância Magnética Móvel (Município de Macaé)

Outras Ações de Saúde em Destaque em 2012

O ERJ conseguiu triplicar o número de doadores de órgãos. Em 2012 foram realizados 210 transplantes e alcançamos 15 doadores por milhão de habitantes. O Hospital Estadual Adão Pereira Nunes recebeu do Ministério de Saúde, o prêmio "Destaque na Promoção da Doação de Órgãos" pelo aumento de 116% em captação em relação a 2011.

A unidade é a primeira da rede pública do estado a realizar o Teste do Coração em Bebês nas primeiras 48 horas após o parto. Com o exame, o médico identifica cardiopatias congênitas precocemente e pode diminuir em 10% a mortalidade infantil.

O município de Macaé recebeu em 2012 o serviço de Ressonância Magnética Móvel. O aparelho tem capacidade de realizar até 43 procedimentos por dia e realizou mais de 700 exames na cidade e nos municípios próximos. O ERJ também conta com 2 tomógrafos computadorizados móveis que rodam todo o Estado para atender regiões que não têm esse tipo.

O Rio foi o estado que mais cresceu na captação de órgãos nos últimos dois anos.

➤ **FAPERJ, FECAM e FEHIS**

Os índices determinados por leis estaduais também foram cumpridos e apresentaram percentuais de aplicação maiores do que o exercício passado.

A FAPERJ, que aplicou o mesmo percentual do ano anterior, totalizando uma despesa de R\$338,62 milhões, destinou ao pagamento de Auxílio Financeiro a Pesquisadores R\$127,27milhões e bolsa aos estudantes R\$88,83 milhões. Na modalidade de incentivo à pesquisa destinada à aquisição de equipamentos, foram aplicados R\$85,46 milhões. A Tabela ao lado mostra as principais despesas da FAPERJ. A Tabela abaixo mostra as principais modalidades de auxílios a pesquisadores concedidas.

Tabela 47

PRINCIPAIS AUXÍLIOS CONCEDIDOS A PESQUISADORES

Modalidade	Descrição da modalidade	Quant.	Valor
ADT 1	Auxílio a projetos de inovação tecnológica	305	32.424.261
APQ1	Auxílios à pesquisa	1857	126.207.795
APQ2	Auxílio à organização de eventos	364	6.701.777
APQ3	Auxílio à editoração	132	2.442.264
APQ4	Auxílio à infra-estrutura de acervos	12	305.690
APQ5	Auxílio à participação em reunião científica	155	631.316
APV	Auxílio à pesquisador visitante	34	340.250
INST	Auxílio à instalação	193	1.679.837
Total Geral		3052	170.733.190

Fontes Tesouro

Tabela 46

PRINCIPAIS DESPESAS FAPERJ - 2012

CUSTEIO		
Auxílio Financeiro a Estudantes	Desenv de Estudos e Pesquisas através da UERJ	2.329.060
	Desenv Estudos e Pesquisas através da UENF	9.220.430
	Apoio ao Pesquisador na Empresa	180.260
	Apoio a Estudantes e Pesquisadores	77.047.317
	Apoio à Formação Superior à Distância CECIERJ	56.925
Subtotal		88.833.991
Auxílio Financeiro a Pesquisadores	Núcl de Pesquisa e Tecnol p/Desenv Socioecon	21.590.650
	Desenv de Estudos e Pesquisas através da UERJ	22.417.723
	Desenv Estudos e Pesquisas através da UENF	1.641.424
	Desenv de Estudos e Pesquisa Através da UEZO	3.500
	Apoio à Pesquisa na Administ Pública Estadual	12.986.731
	Desenvol Estudos e Pesquisas através FAPERJ	48.021.752
	Inovação Tecnológica	4.034.366
	Apoio à Formação Superior à Distância CECIERJ	16.575.713
Subtotal		127.271.859
TOTAL GERAL		216.105.850

INVESTIMENTOS		
Auxílio Financeiro a Pesquisadores	Núcleo de Pesq. e Tecn.Desenv. Socioeconômico	26.675.205
	Apoio à Pesquisa na Administ Pública Estadual	10.535.599
	Desenvol Estudos e Pesquisas através FAPERJ	35.722.942
	Inovação Tecnológica	12.527.239
TOTAL GERAL		85.460.985

No FEHIS foram aplicados R\$287,48 milhões, dos quais R\$74 milhões à conta do Aluguel Social, realizado pela Secretaria de Estados de Assistência Social e Direitos Humanos. Em Construção de unidades habitacionais foram gastos R\$99,66 milhões para recuperação e melhorias foram aplicados 38,69

milhões. A Tabela abaixo detalha as despesas realizadas pelo FEHIS.

Tabela 48

DESPESAS REALIZADAS 2012 - FEHIS			
ÓRGÃO	AÇÃO	PRINCIPAIS PROJETOS	VALOR LIQUIDADO
SEOBRAS	PAC-RJ - Urbanização do Pavão-Pavãozinho, da Rocinha e dos Complexos de Mangueiros, da Mangueira, da Tijuca e do Alemão	Desapropriações, indenizações e adequações para obras de urbanização das comunidades	30.251.893
	Recuperação da Região Serrana	Obras de infraestrutura para construção de 2.180 unidades habitacionais e desapropriações para obras de recuperação	20.210.417
	Urbanização do Dona Marta	Construção de 64 unidades habitacionais e 1 centro comunitário de Ação Social	4.156.782
	Reassentamento de Moradores de Áreas de Risco	Indenizações à moradores de áreas de risco na Região Serrana	2.238.201
	Implantação de Projetos de Infraestrutura	Obras de contenção de encostas e taludes no município de Rio Claro	1.849.901
TOTAL SEOBRAS			58.707.195
SEH	Reloc Morad Assent Pop - Áreas Risco/Insalub	Pagamento de Aluguel Social para realocação de diversas famílias em áreas de risco	1.378.150
	Outros	Manutenção da Vila da Melhor Idade	1.354.696
TOTAL SEH			2.732.846
ITERJ	Conserv. dos Assentamentos Rurais e Urbanos	Serviços de Manutenção e conservação dos assentamentos	7.058.570
	Levantamento Físico e Socioeconômico RFIS	Serviços de engenharia topográfica	1.863.651
	Regularização Fundiária de Interesse Social	Serviços de cadastramento de famílias para regularização fundiária	94.764
TOTAL ITERJ			9.016.985
CEHAB	Produção de Unidades Habitacionais	Entrega de 1.438 Unidades Habitacionais e infra-estrutura necessária nos municípios de Queimados, Laje de Muriaé, Duque de Caxias, Casimiro de Abreu, Três Rios, Aperibé, Levy Gasparian e Pinheiral; Recuperação Ambiental da Região Serrana	99.666.332
	Recuperação e Melhoria de Unidades Habitacionais	Recuperação e Melhorias em 692 blocos de conjuntos habitacionais nos municípios de Três Rios, São João de Meriti, São Gonçalo, Petrópolis, Mesquita, Campos	38.692.082
	Outros	Urbanização de Assentamentos Irregulares	3.888.334
TOTAL CEHAB			142.246.748
SEASDH	Aluguel Social	Benefícios concedidos a cerca de 16 mil famílias	74.785.311
TOTAL SEASDH			74.785.311
TOTAL GERAL			287.489.084

O FECAM aplicou R\$413,77 milhões em investimentos para projetos de Gestão Ambiental. A tabela abaixo detalha os principais projetos realizados em 2012.

Tabela 49

FECAM 2012

AÇÃO	VALOR LIQUIDADO	PRINCIPAIS PROJETOS	ÓRGÃO EXECUTOR
Projetos a Cargo do FECAM	106.046.131	IMPLANTACAO DA LINHA 4 DO METRO - METRO BARRA	RIOTRILHOS
		ESTUDOS E PROJETOS PARA CONTROLE DE CHEIAS E RECUPERACAO AMBIENTAL NOS MUNICIPIOS DA REGIAO SERRANA DO RIO DE JANEIRO	INEA
		PROJETO OLIMPICO - AMPLIACAO DA REDE DE MONITORAMENTO DA QUALIDADE DO AR E METEOROLOGIA	INEA
		ELABORACAO DE PROJETO BASICO PARA REGULARIZACAO DE CHEIAS NAS BACIAS DOS RIOS MURIAÉ E POMBA	SEA
Saneamento nas Bacias da Baía de Guanabara	84.303.447	COMPLEMENTAÇÃO DAS OBRAS NOS SISTEMAS DE COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTOS DAS BACIAS DE ALEGRIA, PAVUNA E SARAPUI - PSAM	CEDAE
Prev. e Contr Ambiental Inundações	47.869.484	PROGRAMA DE LIMPEZA DOS LEITOS E MARGENS DOS CORPOS HIDRICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - PROGRAMA RIO LIMPO	INEA
		RESTAURAÇÃO DA CIRCULAÇÃO HÍDRICA NA BOCA DA BARRA DA LAGOA DE MARICA COM A EXECUCAO DE TRAVESSIA SOBRE O CANAL SAZONAL	INEA
		RECUPERAÇÃO AMBIENTAL DA LAGOA DE SAQUAREMA	INEA
Projeto de Macro drenagem PAC - RJ - FECAM	45.532.761	OBRAS E PROJETO EXECUTIVO PARA PREVENCAO DE CHEIAS E RECUPERACAO AMBIENTAL NOS MUNICIPIOS DA REGIAO SERRANA	INEA
Rio Mais Limpo	44.391.736	PROJETO TRATAMENTO DE ESGOTOS NO MUNICIPIO DE VOLTA REDONDA	SEA
		CONSTRUCAO DE REDES DE ESGOTAMENTO, COMPREENDENDO INTERCEPTORES E ELEVATORIAS, NO MUNICIPIO DE BARRA MANSÁ - SEA	SEA
		ELABORAÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO E EXECUÇÃO DE OBRAS DE SANEAMENTO PARA O DISTRITO DE CALIFORNIA NO MUNICIPIO DE BARRA DO PIRAI	SEA
		SANEAMENTO AMBIENTAL DO MUNICIPIO DE QUATIS	SEA
		PROGRAMA SENA LIMPA - PRAIA DE SÃO CONRADO E PRAIA DA BICA	SEA
Projeto Iguaçu - PAC- RJ/FECAM	36.983.759	CONTROLE DE INUNDAÇÕES E RECUPERAÇÃO AMBIENTAL DAS BÁCIAS DOS RIOS IGUAÇU/BOTAS E SARAPUI - URBANIZAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS	INEA
		CONTROLE DE INUNDAÇÕES E RECUPERAÇÃO AMBIENTAL DAS BÁCIAS DOS RIOS IGUAÇU/BOTAS E SARAPUI - DRENAGEM URBANA	INEA
Lixo Zero - FECAM	16.091.787	IMPLANTAÇÃO DE CENTROS DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS/OBRAS DE REMEDIAÇÃO DE LIXÕES	SEA
		OBRAS DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL, OBRAS COMPLEMENTARES DE REMEDIAÇÃO DO ANTIGO LIXÃO E MELHORIAS/MANUTENÇÃO DO ACESSO SECUNDÁRIO - MUNICÍPIO DE VASSOURAS	SEA
		PROGRAMA DE COMPRA DE LIXO TRATADO - 2ª FASE	SEA
		AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS PARA A USINA DE RECICLAGEM E COMPOSTAGEM DE RESIDUOS SOLIDOS DO MUNICIPIO DE SAO SEBASTIAO DO ALTO	SEA
Esgotamento Sanitário - PAC/FECAM	14.350.286	PROGRAMA DE OBRAS PARA OS MUNICIPIOS DA BAIXADA FLUMINENSE E DE SAO GONÇALO A SEREM EXECUTADAS COM RECURSOS DO PAC	SEOBRAS
DEMAIS AÇÕES	18.207.097	COLETA SELETIVA SOLIDARIA	INEA; UERJ
		PROGRAMA AMBIENTE EM AÇÃO	SEA; UERJ
		EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA A SUSTENTABILIDADE DAS OBRAS DA DIRAM - INEA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	INEA;SEA; UERJ
		RECUPERAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM DA BAIXADA CAMPISTA	INEA
		PROGRAMA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DOS MUNICIPIOS DO ENTORNO DA BAIA DE GUANABARA - PSAM	SEA/UPSAM
TOTAL			413.776.487

Box 03 – TAC FECAM

Neste Box detalhamos os valores já realizados no âmbito do Termo de Ajustamento de Conduta - TAC FECAM.

O Termo de Ajustamento de Conduta – TAC foi celebrado entre o Estado do Rio de Janeiro e o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, em agosto de 2009, como objetivo de estabelecer valores para compor o litígio. Com tal objetivo, estão sendo aplicados pelo Estado recursos adicionais em desenvolvimento urbano e projetos ambientais aprovados pelo Conselho Superior do FECAM, respeitando os prazos e as condições estabelecidos. De acordo com as cláusulas pactuadas, o Estado deve aplicar o valor devido de R\$363.139.084,07, em 20 (vinte) parcelas anuais de R\$18.156.954,20, corrigidas pela TR, contabilizadas desde 2010.

O cumprimento da obrigação assumida, no exercício de 2010, ocorreu pela aplicação de recursos do Tesouro, executados a conta do orçamento do Instituto Estadual do Ambiente – INEA, que totalizaram R\$40 milhões, ultrapassando em R\$ 21,84 milhões a parcela prevista para o ano.

No ano de 2011, para o cumprimento da obrigação assumida, o Estado contratou junto à Caixa Econômica Federal uma operação de crédito, no valor de R\$ 558 milhões para aplicação em ações de saneamento, dos quais R\$ 54,95 milhões foram aplicados no âmbito do TAC FECAM, R\$ 37,82 milhões maior do que a parcela prevista para o ano.

Além da operação de crédito junto a Caixa Econômica, o Estado assinou, em 2012, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID um Contrato de Empréstimo para a execução do “Programa de Saneamento Ambiental dos municípios do entorno da Baía de Guanabara – PSAM”. Estes recursos estão sendo utilizados no “Programa de Saneamento Ambiental dos Municípios do Entorno da Baía de Guanabara”, executado pela Secretaria de Estado do Ambiente (SEA).

Neste ano foram aplicados R\$72,16 milhões sendo R\$67,78 milhões pela SEOBRAS e R\$4,38 milhões da SEA. O valor total ultrapassou em R\$56,95 milhões a parcela prevista para 2012.

Com o pagamento acima da parcela prevista desde 2010, o saldo devedor atual já é muito menor do que o previsto, conforme mostra tabela abaixo:



	REALIZADO	PREVISTO	DIFERENÇA REALIZADO X PREVISTO
Valor Original do Passivo	363.139.084	363.139.084	-
Valor pago em 2010	40.000.000	18.156.954	21.843.046
Novo Passivo (1)	323.139.084	344.982.130	- 21.843.046
Novo Passivo Corrigido pela TR (1)	325.364.866	347.358.367	- 21.993.501
Valor pago em 2011	54.953.576	18.282.019	36.671.557
Novo Passivo (2)	270.411.290	329.076.347	- 58.665.057
Novo Passivo Corrigido pela TR (2)	273.677.588	333.051.261	- 59.373.673
Valor pago em 2012	72.161.979	18.502.848	53.659.132
Novo Passivo (3)	201.515.609	314.548.413	- 113.032.804
Novo Passivo Corrigido pela TR (3)	202.099.399	315.459.660	- 113.360.260
TOTAL PAGO	167.115.555	54.941.821	112.173.734

VI – ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

VI.1 Cota Financeira

A Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ estabeleceu ao longo do ano de 2012 a Cota Financeira, por Unidade Gestora, para a emissão das Programações de Desembolso (PD), por meio Resoluções. Observou-se, nesse período, alterações no valor da Cota Financeira liberada (Gráfico 9): nas Fontes de Recursos do Tesouro (FR Tesouro) houve um acréscimo de, aproximadamente, R\$ 1,67 bilhões (29,37%) em relação ao bimestre anterior, enquanto nas demais Fontes de Recursos, houve um decréscimo de R\$ 2,79 bilhões (-35,20%).

O índice de utilização da Cota Financeira até o bimestre corrente nas FR do Tesouro se mantém elevado, praticamente 90%, enquanto que nas outras FR o índice foi de 73,22%.

Comparando-se o percentual de utilização do bimestre corrente em relação ao 6º bimestre do ano anterior, o índice relativo às Fontes de Recurso do Tesouro manteve-se igual, enquanto as demais FR houve redução de 12%.

No tocante a execução orçamentária das despesas suportadas com recursos provenientes das FR do Tesouro, observa-se a eficácia tanto nas áreas prioritárias (Educação, Saúde e Segurança) quanto das demais áreas. Na fase da liquidação, todas as áreas foram céleres e liquidaram cerca de 100% dos seus empenhos até o 6º bimestre de 2012. Destaque para área de Segurança, que converteu 94,60% de suas despesas liquidadas em Programações de Desembolso emitidas.

Quanto à fase do pagamento, o Tesouro Estadual honrou 98,99% das Programações de Pagamento emitidas. Dentre as áreas prioritárias, cabe destaque para Saúde, onde cerca 100% das PD's emitidas no ano de 2012 foram quitadas dentro do próprio ano.

Gráfico 9

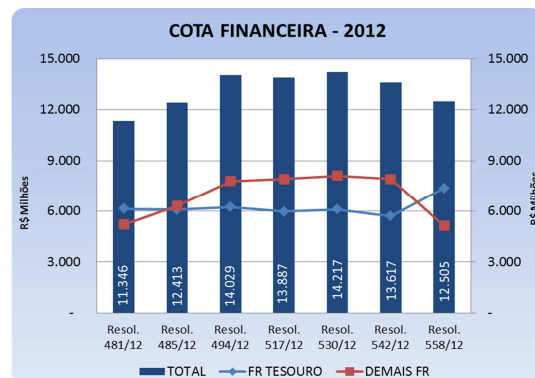


Tabela 50

ACOMPANHAMENTO DOS GASTOS POR FR ATÉ DEZEMBRO DE 2012

FR	DESP. EMPENHADA (A)	DESP. LIQUIDADADA (B)	COTA FIN. LIBERADA (C)	COTA FIN. UTILIZADA (D)	DESP. PAGA (E)
FR - Tesouro	7.376	7.375	7.376	6.664	6.596
FR - Outras	5.130	4.796	6.277	4.596	4.571
Total geral	12.505	12.171	13.653	11.260	11.168

Fonte: SIG e SIAFEM

Obs: Posição acumulada até Dez/2012

FR	(B)/(A)	(B)/(C)	(D)/(B)	(D)/(C)	(E)/(D)
FR - Tesouro	99,99%	99,99%	90,36%	90,35%	98,99%
FR - Outras	93,50%	76,41%	95,82%	73,22%	99,46%
Total geral	97,33%	89,15%	92,51%	82,47%	99,18%

Fonte: SIG e SIAFEM

Obs: Posição acumulada até Dez/2012

Tabela 51

ACOMPANHAMENTO DOS GASTOS ATÉ DEZEMBRO DE 2012 POR ÁREAS (FR TESOURO)

ÁREAS	DESP. EMPENHADO (A)	DESP. LIQUIDADADA (B)	COTA FIN. LIBERADA (C)	COTA FIN. UTILIZADA (D)	DESP. PAGA (E)
EDUCAÇÃO	701	701	701	578	571
SAÚDE	2.290	2.290	2.290	1.961	1.952
SEGURANÇA	557	557	557	527	514
DEMAIS ÁREAS	3.828	3.827	3.828	3.598	3.559
TOTAL GERAL	7.376	7.375	7.376	6.664	6.596

Fonte: SIG e SIAFEM

Obs: Posição acumulada até Dez/2012

ÁREAS	(B)/(A)	(B)/(C)	(D)/(B)	(D)/(C)	(E)/(D)
EDUCAÇÃO	100,00%	100,00%	82,55%	82,55%	98,67%
SAÚDE	100,00%	100,00%	85,61%	85,61%	99,58%
SEGURANÇA	100,00%	100,00%	94,60%	94,60%	97,63%
DEMAIS ÁREAS	99,98%	99,98%	94,01%	93,99%	98,92%
TOTAL GERAL	99,99%	99,99%	90,36%	90,35%	98,99%

Fonte: SIG e SIAFEM

Obs: Posição acumulada até Dez/2012

Quanto à utilização da Cota Financeira pertinente às Fontes de Recurso do Tesouro, como pode se observar (Gráfico 10), do total da Cota Financeira liberada para o ano de 2012, os órgãos estaduais utilizaram 90,3% desse montante.

Ressalte-se o fato de que apenas 0,9% da Cota Financeira liberada para o exercício de 2012 ficou pendente de pagamento, e 9,7% não foram convertidas em PD.

VI.2 Pagamento de PD's

A Secretaria de Estado da Fazenda alcançou, neste bimestre, a redução do prazo dos pagamentos se comparado com o mesmo período do ano de 2011. Além desse fato, o prazo praticado neste bimestre foi inferior ao verificado no 5º bimestre deste ano.

No último bimestre de 2012, a SEFAZ executou as Programações de Desembolso, emitidas pelos órgãos, com o prazo médio de 8 dias para áreas prioritárias e de 7 dias para áreas não prioritárias, enquanto no 6º bimestre de 2011, os prazos foram: 11 dias para áreas prioritárias e 12 dias para áreas não prioritárias, já no 5º bimestre de 2012, os prazos foram: 14 dias para áreas prioritárias e 23 dias para áreas não prioritárias. Esta celeridade pode ser atribuída à eficiência com que os recursos do Tesouro estão sendo geridos.

O Tesouro, neste bimestre, evidencia sua agilidade por meio da adimplência de 95% das PD's em até 20 dias (Gráfico 11), pois do total de 9.681 PD's honradas no 6º bimestre, apenas 18 delas, que representam aproximadamente R\$ 40 mil, foram adimplidas após 30 dias das suas respectivas datas de emissão.

Gráfico 10

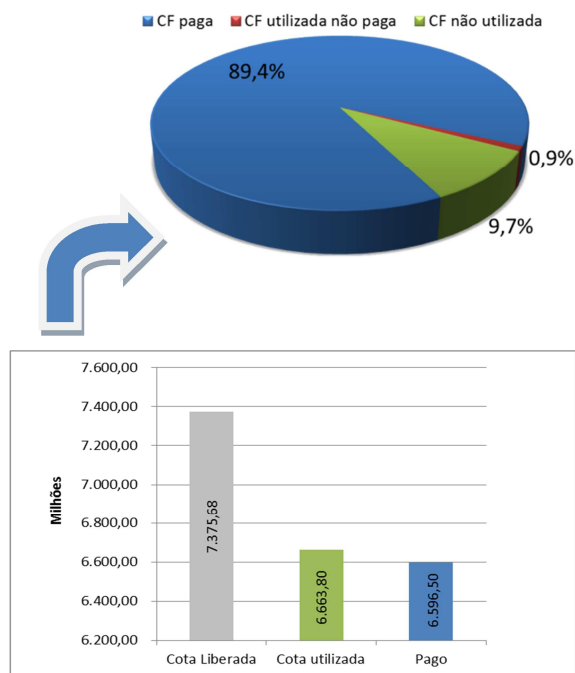


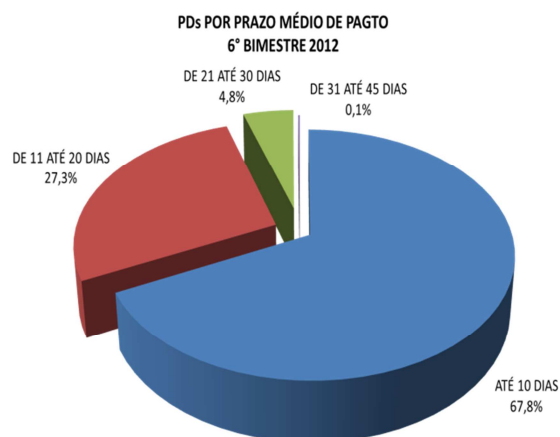
Tabela 52

PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS DAS PD's
6º BIMESTRE DE 2012

ÁREAS	PRAZO MÉDIO
PRIORITÁRIAS	8
NÃO PRIORITÁRIAS	7
MÉDIA GERAL	8

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais - SIG

Gráfico 11



VI.3 Administração do Saldo de Caixa do Tesouro

O Comitê de Política Monetária (COPOM) realizou nos dias 27 e 28 de novembro de 2012, a 171ª reunião, última do ano, na qual decidiu, por unanimidade, pela segunda vez consecutiva, pela conservação da taxa Selic em 7,2% a.a., sem viés. Segundo o COPOM, tal atitude justifica-se na avaliação do cenário prospectivo, onde a inflação apresenta sinais favoráveis, o que reafirma sua visão de que a inflação acumulada em doze meses tende a se deslocar na direção da trajetória de metas, ainda que de forma não linear.

No 6º bimestre de 2012, os fundos nos quais o Tesouro Estadual aplica os recursos públicos, mantiveram o bom desempenho, obtendo em média 99,2% da taxa do Certificado de Depósitos Interbancário (CDI – benchmark estabelecido pelo Tesouro para os fundos). Quando comparado ao 5º bimestre, a receita financeira apresentou crescimento de 5,7%, no entanto, quando comparado ao mesmo período de 2011, observa-se queda de 22,9% na receita financeira, fato que se justifica devido a menor disponibilidade de caixa.

Analisando o ano de 2012, a taxa Selic passou por uma queda de 3.7 pontos percentuais, colaborando diretamente com a queda da receita financeira do Tesouro Estadual ao longo desse ano, que apresentou uma redução de 20,2%, quando comparado com o ano anterior. O bom desempenho nas aplicações do Tesouro Estadual no exercício de 2012, não foi suficiente para atingir a meta da receita financeira prevista na LOA, R\$ 210 milhões, realizando 93% desse valor, ou seja R\$ 195 milhões.

VI.4 Adimplemento de concessionárias e prestadores de Serviços Públicos

No período de janeiro a dezembro de 2012, o Tesouro Estadual utilizou o montante de R\$ 290,6 milhões para honrar as despesas realizadas com serviços públicos essenciais prestados aos Órgãos da administração direta e indireta do Estado do Rio de Janeiro. A maior parte deste montante, cerca de 42,7%, foi utilizada para honrar despesas com energia elétrica; o restante subdivide-se em: 21,2% para serviços de água e esgoto; 5,3% para serviços de transmissão de dados; 26,8% para serviços de telefonia; e, 4% para demais serviços.

Gráfico 12

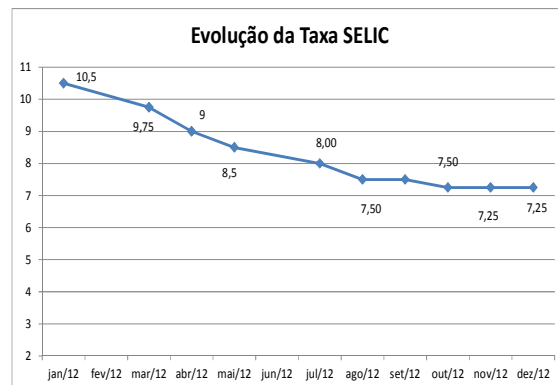


Gráfico 13

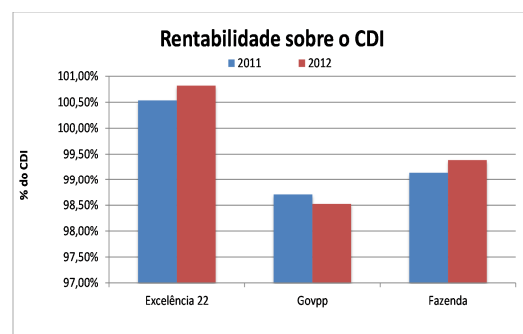
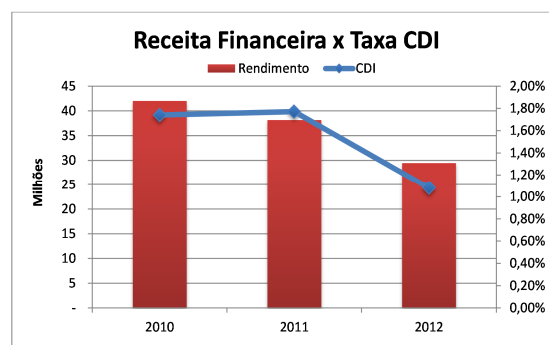


Gráfico 14



Em relação à dotação orçamentária, a reserva de recursos para honrar despesas com concessionárias em um Programa de Trabalho (PT) específico visa assegurar a liquidação e pagamento de obrigações no exercício em que foram geradas, a fim de evitar custos derivados de multas e moras quando estas despesas são quitadas após o vencimento.

Destarte, no exercício de 2012, foram disponibilizados R\$ 367 milhões²⁰ neste PT, e, até o fim do exercício, foram empenhados R\$ 363 milhões, ou seja, 98,9%.

Um fator que colabora para obter maior eficiência na conciliação das despesas com serviços públicos e celeridade dos pagamentos é o Sistema Integrado de Pagamento de Concessionárias – SIPC. Este sistema, criado com a finalidade de centralizar os procedimentos de execução orçamentária e financeira das despesas efetuadas pelos entes estaduais com serviços públicos essenciais²¹, abarca atualmente 16 concessionárias.

Até 6º bimestre de 2012, através do SIPC, foram registrados R\$ 295,4 milhões referentes a faturamento acumulado de serviços públicos essenciais. Dessa importância, foram adimplidos R\$ 272 milhões, ou seja, 92% do total. Todavia, analisando-se os pagamentos por bimestre, constata-se que foram saldados 99,9%, 94,7%, 94,6%, 93,7%, 94,4% e 77,1%, respectivamente, das despesas de competência janeiro-fevereiro, março-abril, maio-junho, julho-agosto, setembro-outubro e novembro-dezembro.

A inadimplência do Erário junto às concessionárias (8%), geralmente, ocorre devido a atrasos por parte de alguns órgãos no que diz respeito às descentralizações orçamentárias e às transferências de cota financeira, etapas necessárias para quitação das obrigações.

Analisando o 6º bimestre, verifica-se que o Fundo Estadual de Saúde (FES), a Fundação Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro (PCERJ), Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP) e Secretaria de Estado de Educação (SEEDUC), juntos, são responsáveis por 70,5% do montante faturado em

Gráfico 15

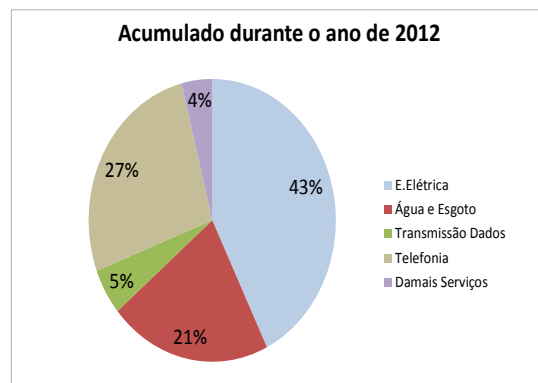


Gráfico 16

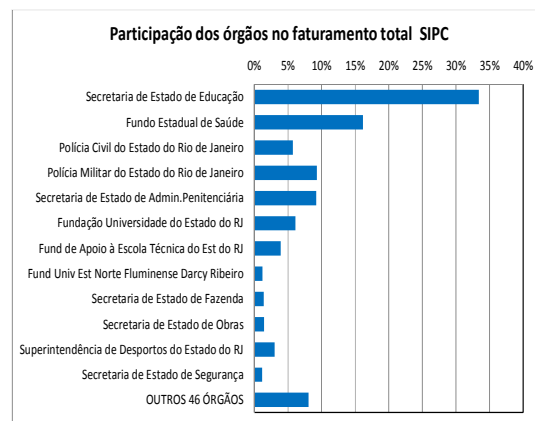
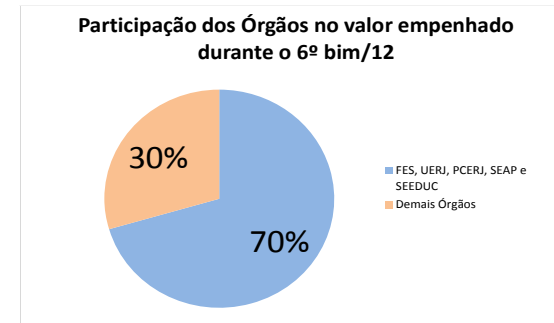


Gráfico 17



²⁰ Considerando apenas o orçamento disponibilizado com Fontes de Recursos do Tesouro.

²¹ Abarca somente as obrigações dos órgãos que honram suas despesas com fontes de recursos do Tesouro, excluindo-se as despesas das empresas e companhias estaduais.

novembro/dezembro tendo quitado, 91,6%. Nesse contexto, vale ressaltar que a SEAP honrou 51% do total acumulado e faturado até o fim do ano, sendo que, analisando o 6º bimestre isoladamente, pagou, apenas, 41,5%.

Por outro lado, cabe destacar o desempenho positivo da Secretaria de Estado de Educação (SEEDUC) que, comparando o adimplimento desse último bimestre aos anteriores, obteve uma significativa recuperação junto às concessionárias, honrando 98,7% de todo seu compromisso anual. Outros três órgãos também merecem destaque favorável nesse sentido, quais sejam: Fundo Estadual de Saúde (FES), a Fundação Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro (PCERJ).

VI.4.1 Características de Consumo

Analisando-se o consumo de energia elétrica em kWh (Light e Ampla), no 6º bimestre de 2012, pode-se verificar um aumento global de 10%, se comparado com o bimestre anterior.

Quanto ao estudo de alta tensão, observou-se que no 6º bimestre de 2012, foram gastos com a demanda de alta tensão R\$ 10,7 milhões, sendo R\$ 9,3 milhões de demanda contratada e R\$ 1,4 milhão de demanda ultrapassada.

Na área de comunicação, o Estado utiliza vários serviços, como telefonia fixa, telefonia móvel, transmissão de dados e transmissão de dados *wireless*.

No tocante aos serviços de telefonia fixa, desde novembro de 2011, os serviços são prestados por duas operadoras: Intelig e Oi/Telemar. Observa-se que nestes doze meses de 2012, a média do faturamento bimestral foi de R\$ 2,2 milhões. Quanto aos serviços de telefonia móvel, a média de faturamento bimestral foi de R\$ 216,5 mil, analisando o mesmo período.

Em relação aos serviços de água e esgoto, com o objetivo e tornar a conciliação das faturas mais eficiente, a partir de 2011, as concessionárias passaram a enviar, regularmente, os dados sobre o consumo de cada instalação estadual à Coordenação de Acompanhamento e Controle de Pagamento de Concessionárias – CACPC. Importante destacar que a adesão da Cedae ao SIPC tornou o acompanhamento destas despesas mais abrangente.

Tabela 53

FAVORECIDOS	1 Bim/12	2 Bim/12	3 Bim/12	4 Bim/12	5 Bim/12	6 Bim/12
AGUAS DAS AGULHAS NEGRAS	109.343	106.890	94.828	106.172	116.439	160.123
AGUAS DE NITEROI S/A	1.136.318	1.236.040	1.229.135	1.235.813	1.187.716	1.204.561
AGUAS DE NOVA FRIBURGO	83.983	93.891	77.267	87.982	89.969	109.346
AGUAS DO IMPERADOR S/A	102.576	89.629	82.569	81.528	106.541	93.630
AGUAS DO PARAIBA S/A	894.819	1.013.068	840.184	872.974	813.859	842.857
CEDAE	15.787.352	16.101.584	15.704.710	15.996.226	16.490.453	17.370.057
AGUAS DE JUTURNABA S/A	184.414	222.855	170.097	163.188	153.655	144.598
PROLAGOS	86.376	123.335	110.422	105.478	120.580	93.314
SAHEB. MANSA	31.286	38.476	37.315	35.131	35.092	34.683
SAEIV. REDONDA	108.689	133.295	141.112	119.988	128.267	123.437
TOTAL	18.525.156	19.159.052	18.487.639	18.804.479	19.242.570	20.176.606



No 6º bimestre de 2012 foram faturados R\$ 20,1 milhões com os serviços de água e esgoto, 4,8% a mais se comparado com o bimestre anterior. Observa-se que só a Cedae compreende cerca de 85% do total faturado para este tipo de serviço durante os doze meses do ano.

VI.5 Tratamento Dispensado a Restos a Pagar Processados

Desde a implantação do Programa de Pagamento/Parcelamento de Restos a Pagar, em meados de 2007, até a presente data, esta SEFAZ recebeu 1.690 requerimentos de pessoas físicas e jurídicas solicitando informações acerca de seus créditos. Desse montante, após as cinco fases abertas ao longo do programa, 994 credores aderiram ao mesmo, o que totalizou um montante renegociado em torno de R\$ 258,50 milhões.

Seguindo o cronograma de pagamento estipulado pela Secretaria de Estado de Fazenda para o Programa de Pagamento/Parcelamento de Restos a Pagar Processados, após os pagamentos realizados no mês de novembro de 2012, que contemplou o pagamento da décima primeira parcela, para os credores que ingressaram na 1º fase do programa; o pagamento da décima parcela, para os credores que ingressaram na 2º fase do programa; o pagamento da nona parcela, para os credores que ingressaram na 3º fase; o pagamento da oitava parcela, para os credores que ingressaram na 4º fase; e, o pagamento da quarta parcela, para os credores que ingressaram na 5º fase, o Tesouro Estadual despendeu o total de R\$ 12,27 milhões.

Cabe destacar que, desde o início do Programa, iniciado em meados de 2007, o Tesouro Estadual já pagou o montante de R\$ 199,80 milhões.

Verificou-se, ademais, que após a aplicação dos procedimentos instituídos pelo módulo “AUTENTICA” (instituído por meio da Portaria CGE nº 138, de 16 de outubro de 2009) e da baixa contábil de alguns restos a pagar em virtude da prescrição administrativa, constatou-se que o estoque efetivo dos restos a pagar abarcados pelo programa, que, inicialmente, montava em R\$ 400 milhões, atualmente, monta em cerca de R\$ 345 milhões.

Assim, como cerca de R\$ 258,50 milhões já foram repactuados, conclui-se que quase 75,00% do total da dívida foi atendida pelo programa, dando ao tratamento deste alto grau de transparência, previsibilidade e segurança para os fornecedores do Estado.

Em relação ao total dos pagamentos efetuados até o 6º bimestre de 2012, aproximadamente, 77,30% do total da dívida já foi integralmente quitado. Importante enfatizar, também, que do total desses credores, 862 credores já tiveram seus créditos integralmente adimplidos, o que corresponde a, aproximadamente, 87,00% do total de adesões. E, ainda, do total desses fornecedores, 602 possuíam créditos com valores inferiores a R\$ 50.000,00, ou seja, receberam em parcela única.

VI.6 Requisições Judiciais de Pagamento

Precatórios

De acordo com as disposições da Emenda Constitucional nº 62, de 09 de dezembro de 2009, o Estado do Rio de Janeiro aderiu ao regime especial de pagamento de precatórios, por meio do Decreto nº 42.315, de 25 de fevereiro de 2010, pelo qual deverá quitar seu estoque em 15 anos.

Conforme as regras desse regime especial, o Estado do Rio de Janeiro transferirá, anualmente, os recursos financeiros ao Tribunal de Justiça, para realização dos pagamentos de precatórios, observando a opção do Estado para utilização dos recursos e as preferências Constitucionais.

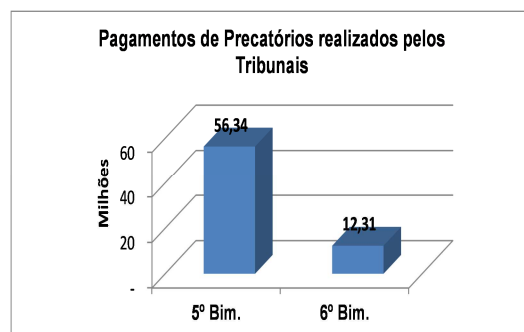
Assim, nos meses de novembro e dezembro de 2012, os Tribunais encaminharam à Secretaria de Estado de Fazenda os comprovantes de pagamentos dos precatórios no montante de R\$ 12,30 milhões.

No ano de 2012, o valor total dos pagamentos informados pelos Tribunais totalizou R\$ 306,46 milhões.

Atualmente, a Secretaria de Estado de Fazenda realiza os pagamentos dos acordos de parcelamento dos precatórios e das requisições judiciais de pequeno valor.

No 6º bimestre de 2012, foram aplicados pelo Tesouro Estadual, aproximadamente, R\$ 2,03 milhões em pagamentos de sete acordos

Gráfico 18



de parcelamento celebrados pela Procuradoria Geral do Estado antes da promulgação da EC nº 62, de 09 de dezembro de 2009.

Em 2012, o valor total dos pagamentos de parcelamentos dos precatórios foi de R\$ 28,13 milhões.

No mês de novembro de 2012, o Estado transferiu R\$ 10,30 milhões para as contas especiais do Tribunal de Justiça destinadas aos pagamentos dos precatórios, referente à última parcela da complementação da transferência de 2011, com base no termo de compromisso firmado entre o CNJ, TJ/RJ, TRT 1ª região, TRF 2ª região e PGE.

No mês de dezembro de 2012, foi realizada a transferência de R\$ 337,70 milhões para o Tribunal de Justiça, referente à 1/13 do estoque de precatórios, em atendimento as regras do regime especial de pagamento de precatórios.

Assim, foram disponibilizados pelo Estado no ano de 2012 aproximadamente R\$ 365,83 milhões, somando os pagamentos dos parcelamentos de precatórios e a transferência de recursos ao Tribunal de Justiça, que corresponde a um aumento de 11,55% comparado ao ano de 2011.

Requisições de Pequeno Valor – RPV

No 6º Bimestre deste ano, foram pagas pelo Tesouro Estadual, 325 requisições de pequeno valor, totalizando R\$ 2,13 milhões.

No ano de 2012, o montante desembolsado pelo Tesouro Estadual para pagamento de requisições de pequeno valor foi de R\$ 12,92 milhões.

Ressalta-se que o dispêndio direcionado ao adimplemento dessas obrigações não é definido pelo Estado, dado que essas requisições de pagamento judicial, por seu valor ser de até 40 vezes o salário mínimo, possuem rito de pagamento diferenciado, conforme § 3º, do art. 100, da Constituição Federal²².

Gráfico 19

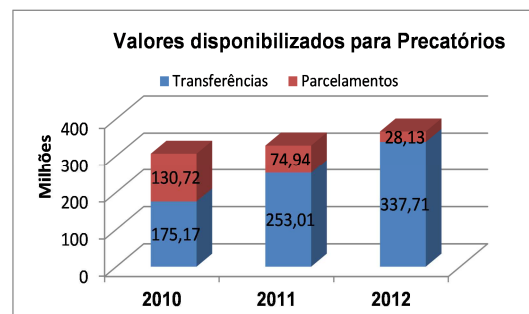


Tabela 54

PAGAMENTOS DE RPV - 6º BIM. 2012		
MÊS	QUANTIDADE	VALOR
NOVEMBRO	174	1.131.018,50
DEZEMBRO	151	1.003.362,13
TOTAL	325	2.134.380,63

²² O §3º, do art. 100, da Constituição Federal, dispõe o seguinte: "O disposto no caput deste artigo, relativamente à expedição de precatórios, não se aplica aos pagamentos de obrigações definidas em leis como de pequeno valor que as Fazendas referidas devam fazer em virtude de sentença judicial transitada em julgado".

Total de Requisições Judiciais de Pagamento

Somando-se precatórios e requisições de pequeno valor, foi desembolsado, no 6º bimestre de 2012, o montante de R\$ 341,86 milhões.

No ano de 2012, o valor total despendido pelo Estado para os precatórios e as requisições de pequeno valor foi de R\$ 378,75 milhões.

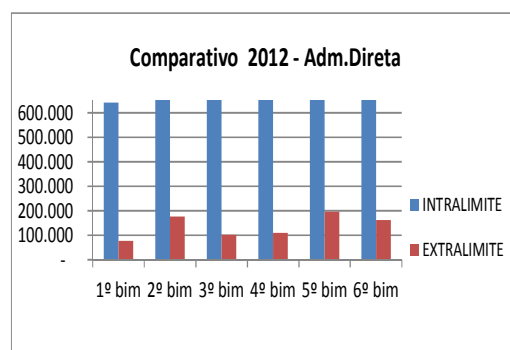
VI.7 Evolução da Dívida Financeira do Estado do Rio de Janeiro e de seu Dispêndio com a dívida pública

O Tesouro Estadual desembolsou, no 6º bimestre de 2012, R\$ 878,60 milhões com o serviço da dívida²³. A importância desembolsada foi 2,9% inferior ao valor pago nos meses de setembro e outubro de 2012.

Esta variação decorreu da não repetição de pagamentos semestrais da dívida externa, concentrados nos meses de setembro e outubro, que representaram um desembolso da ordem de R\$ 102,59 milhões, naquele período.

Do total pago no último bimestre de 2012, R\$ 713,94 milhões foram referentes à dívida intralimite²⁴, valor superior aquele devido pela aplicação da Tabela Price, resultando, assim, na amortização de resíduo de R\$ 61,60 milhões.

Gráfico 20



²³ Serviço da Dívida pago com as fontes do Tesouro Estadual.

²⁴ Para fins de aplicação do limite, poderão ser deduzidos as despesas efetivamente realizadas no mês anterior, correspondentes aos serviços das seguintes obrigações:

- I – dívidas refinanciadas com base na Lei nº 7.976, de 20 de dezembro de 1989;
- II – dívida externa contratada até 30 de setembro de 1991;
- III – dívidas refinanciadas com base no art. 58 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e na Lei nº 8.620, de 05 de janeiro de 1993;
- IV – dívidas parceladas junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, cuja formalização tenha ocorrido até 31 de março de 1996;
- V – comissão do agente, incidente sobre o pagamento da prestação decorrente da Lei nº 8.727, de 05 de novembro de 1993;
- VI – dívida relativa ao crédito imobiliário refinanciado ao amparo da Lei nº 8.727, de 1993, e efetivamente assumido pelo estado, deduzidas as receitas auferidas com essas operações;
- VII – as despesas referentes a principal, juros e demais encargos das operações decorrentes da Lei nº 8.727, de 1993, realizadas no mês, excetuada comissão do agente.

Tabela 55

R\$ mil

Despêndio com a Dívida Pública (Adm.Dir. + Adm.Ind.Honradas)							
	5º bim 2012			6º bim 2012			Δ % do total no bim
	Principal	Encargos	Total	Principal	Encargos	Total	
ADM. DIRETA	449.042	452.954	901.996	387.877	488.895	876.772	-2,80%
INTRALIMITE	304.917	400.181	705.098	318.683	395.256	713.939	1,25%
EXTRALIMITE	144.126	52.773	196.899	69.194	93.639	162.833	-17,30%
INTERNA	71.154	23.158	94.312	69.194	71.116	140.309	48,77%
EXTERNA	72.972	29.615	102.587	-	22.523	22.523	-78,04%
ADM. INDIRETA HONRADA	1.491	985	2.476	1.753	91	1.845	-25,51%
TOTAL	450.534	453.939	904.473	389.630	488.986	878.616	-2,86%
Informações complementares:							
Valor devido intra-limite	256.713	400.181	656.894	257.094	395.256	652.350	-0,69%
Valor pago pelo limite (13% da RLR)*	304.917	400.181	705.098	318.683	395.256	713.939	1,25%
Diferença incorporada no resíduo	(48.204)	-	(48.204)	(61.589)	-	(61.589)	27,77%

Valores pagos a preços correntes.

*No cálculo do valor a ser incorporado ao resíduo, considera-se a prestação como paga pelo regime de competência

Em 2012, os pagamentos do Estado com a dívida da Administração Direta totalizaram R\$ 4,92 bilhões. Destes, R\$ 4,08 bilhões (83,0% do total) representaram pagamentos da dívida intralimite, apresentando aumento de R\$ 491,74 milhões em relação a 2011, em consequência do aumento da receita líquida real do Estado do Rio de Janeiro.

No tocante aos pagamentos da dívida extralimite, verificou-se um aumento de 66,6% em relação ao exercício anterior. Esse aumento foi decorrente do pagamento dos parcelamentos assumidos junto à Receita Federal e junto aos Municípios, pela cobrança de encargos financeiros de novos contratos firmados junto ao Banco do Brasil (PROCIDADES) e BNDES (PROCOPA) e pelo término da carência do contrato firmado junto à CAIXA (CONTRAPARTIDA PAC).

Em 2012, o Estado quitou dois contratos de financiamento, firmados junto ao BNDES, destinados à expansão do Metrô e um subcontrato de refinanciamento de dívida externa – DMLP, junto à União.

Gráfico 22

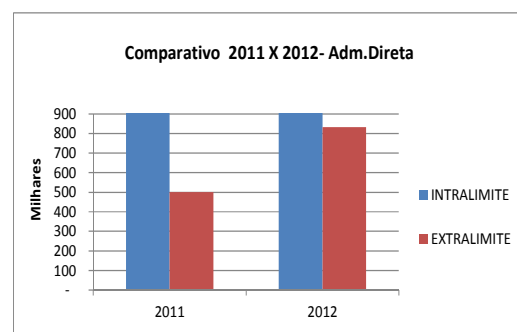


Tabela 56

R\$ mil

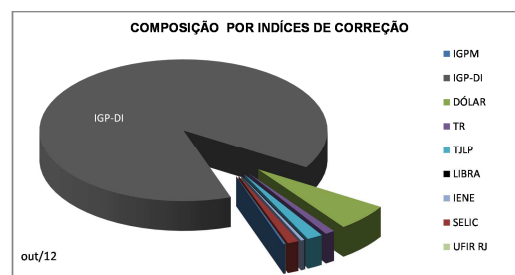
Dispêndio com a Dívida Pública (Adm.Dir. + Adm.Ind.Honradas)							
	2011			2012			Δ % do total no ano
	Principal	Encargos	Total	Principal	Encargos	Total	
ADM. DIRETA	1.626.539	2.466.476	4.093.015	2.286.934	2.630.850	4.917.783	20,15%
INTRALIMITE	1.301.077	2.291.797	3.592.873	1.746.772	2.337.837	4.084.609	13,69%
EXTRALIMITE	325.463	174.679	500.142	540.162	293.012	833.174	66,59%
INTERNA	186.088	115.851	301.939	385.184	201.077	586.261	94,17%
EXTERNA	139.374	58.828	198.203	154.978	91.935	246.913	24,58%
ADM. INDIRETA HONRADA	6.156	2.110	8.265	7.886	2.258	10.144	22,73%
TOTAL	1.632.695	2.468.586	4.101.280	2.294.820	2.633.108	4.927.927	20,16%
Informações complementares:							
Valor devido intra-limite	1.334.551	2.291.797	3.626.347	1.479.101	2.337.837	3.816.938	5,26%
Valor pago pelo limite (13% da RLR)*	1.301.077	2.291.797	3.592.873	1.746.772	2.337.837	4.084.609	13,69%
Diferença incorporada no resíduo	33.474	-	33.474	(267.671)	-	(267.671)	-899,63%

Valores pagos a preços correntes.

Dívida Financeira x Receita Líquida Real

No 6º bimestre de 2012, o estoque da Dívida Financeira alcançou R\$ 70,92 bilhões, 4,6% maior que no bimestre anterior. Explicado, essencialmente, pelo reajuste do estoque da dívida interna, corrigida pelo IGP-DI²⁵ e pelo ingresso de 3,28 bilhões oriundos das operações de crédito. Destaca-se que, o montante liberado no período representou 69% do total das receitas de operações de crédito realizadas no exercício.

Gráfico 23



O estoque da dívida interna cresceu 9,79%, quando comparado o mês de dezembro de 2012 com o mês de dezembro de 2011. A maior parte desse aumento, também como ocorrido no bimestre, foi devido à variação positiva do IGP-DI e pelo ingresso de recursos de operações que se encontram em fase de desembolso e pela inclusão do parcelamento das Transferências Constitucionais aos Municípios do E.R.J de IPVA/ICMS, regulado pelo Decreto Estadual 42.516 de 16/06/2010.

²⁵ Os contratos de Assunção de Dívidas do ERJ, junto ao BACEN, e de refinanciamento, firmado ao amparo da Lei nº 9.496/97, que, juntos, representaram 84,4% da dívida financeira, e que são corrigidos pelo IGP-DI, tiveram uma queda, no bimestre, de 0,4% e 0,3% respectivamente. A Lei nº 9.496/1997, que rege a renegociação da dívida dos Estados prevê que os saldos devedores sejam corrigidos pelo IGP-DI do mês anterior, o qual no 6º bimestre fechou em 0,6% (IGP-DI de out/12 e nov/12) e nos últimos 12 meses (de dez/11 a nov/12) em 7,4%.

Tabela 57
R\$ mil

DÍVIDA FINANCEIRA X RECEITA LÍQUIDA REAL 2012			
	5º Bimestre	6º Bimestre	Δ %
DÍVIDA FUNDADA TOTAL	67.810.737,10	70.916.957,99	4,58%
INTERNA	64.325.508,86	65.437.194,49	1,73%
Dívida com a União	64.325.508,86	65.437.194,49	1,73%
Outras Dívidas Contratuais	-	-	
EXTERNA	3.416.624,93	5.383.925,12	57,58%
Com Aval do Tesouro Nacional	3.413.493,41	5.380.772,93	57,63%
Mobiliária	3.131,52	3.152,19	0,66%
ADM INDIRETA - CUSTEADA (F.TESOURO)	68.603,31	95.838,38	39,70%
DÍVIDA FINANCEIRA	67.810.737,10	70.916.957,99	4,58%
RECEITA LÍQUIDA REAL (+) IGP-DI	35.089.774,92	34.660.744,12	-1,22%
RELAÇÃO DÍVIDA FINANCEIRA / RLR	1,93	2,05	5,88%

Valores a preços correntes

O estoque da dívida externa, que corresponde a 7,6% do total da dívida financeira, encerrou o 6º bimestre de 2012 com saldo de R\$ 5,38 bilhões, ou seja, 74,34% superior ao do final de 2011, justificada pela variação dólar²⁶ no período e pelo ingresso de recursos das operações que se encontram em fase de desembolso.

O saldo devedor da dívida da Administração Indireta fechou o exercício de 2012 em R\$ 95,84 milhões, representando um aumento de 53,48% em relação ao mesmo período do exercício anterior. Este aumento ocorreu em função da inclusão da dívida da CEASA³ e do parcelamento judicial do IVB junto ao Laboratório Cristália, na dívida consolidada do Estado do Rio de Janeiro.

O indicador de solvência (a relação Dívida Financeira/ Receita Líquida Real – DF/RLR) acordado entre a União e o Estado do Rio, apresentou variação de 0,96% em relação ao 6º bimestre de 2011. A relação subiu de 2,03 para 2,05²⁷.

²⁶ A cotação do dólar (venda) do dia 31/10/2012 foi de 2,0313; e a do dia 31/12/2012 foi de 2,0435.

²⁷ A meta da dívida para o exercício de 2012, fechada no Programa de Ajuste Fiscal assinado em 22/10/2012, foi de 2,19.

Tabela 58

R\$ mil

DÍVIDA FINANCEIRA X RECEITA LÍQUIDA REAL					
	dez/11	out/12	dez/12	Δ % no bím.	Δ % no ano
ADM DIRETA - DÍVIDA FUNDADA	62.691.092	67.742.134	70.821.120	4,55%	12,97%
Interna	59.602.836	64.325.509	65.437.194	1,73%	9,79%
DÍVIDAS COM A UNIÃO	59.602.836	64.325.509	65.437.194	1,73%	9,79%
STN/BACEN - Assunção Div. BERJ	11.941.993	12.447.557	12.398.873	-0,39%	3,83%
STN - BONUS - DMLP	42.719	43.128	43.387	0,60%	1,56%
PARC-INSS - MP nº 2.187/01	72.518	58.971	56.998	-3,35%	-21,40%
STN - Refin. LEI 8,727/93 - Estado	423.189	284.696	262.741	-7,71%	-37,91%
STN - Refin. LEI 9.496/97	41.463.253	44.119.511	43.999.355	-0,27%	6,12%
STN - Refin. Lei nº 9496/98 PEND. JURIDICA	2.703.202	3.338.649	3.425.025	2,59%	26,70%
CEF/PENAF	19.526	17.300	17.404	0,60%	-10,87%
CAIXA - CONTRAPARTIDA PAC	472.323	487.280	483.930	-0,69%	2,46%
CAIXA - SANEAMENTO	44.037	109.951	109.438	-0,47%	148,51%
SRF - PARCEL. PASEP - MP nº 38/02	289.003	277.273	274.611	-0,96%	-4,98%
SRF - PARCEL. Lei Fed. 11.941/2009	1.036.821	828.803	817.293	-1,39%	-21,17%
PARCELAMENTO MUNICIPIOS		232.528	217.995	-6,25%	100,00%
BNDES - METRÔ	763.814	667.222	647.329	-2,98%	-15,25%
BNDES - PMAE I e II	15.894	15.274	14.767	-3,32%	-7,09%
BNDES - PROCOPA	80.000	248.000	360.000	45,16%	350,00%
BNDES - DELEGACIA LEGAL	72.652	101.358	114.530	13,00%	57,64%
BNDES - METRO LINHA 4		18.185	135.110	642,99%	100,00%
BB_SEAPPA AeB	19.308	17.374	16.953	-2,42%	-12,19%
BB_PEF I e II	142.585	127.627	124.444	-2,49%	-12,72%
B.Brasil - PRÓ CIDADES	0	884.822	1.447.877	63,63%	100,00%
B.Brasil - PRÓ INVEST	0	0	469.136	0,00%	100,00%
Externa	3.088.255	3.416.625	5.383.925	57,58%	74,34%
COM AVAL DO TESOURO NACIONAL	3.085.379	3.413.493	5.380.773	57,63%	74,40%
MOBILIÁRIA	2.877	3.132	3.152	0,66%	9,58%
ADM INDIRETA - CUSTEADA (F.TESOURO)	62.444	68.603	95.838	39,70%	53,48%
DÍVIDA FINANCEIRA	62.753.535	67.810.737	70.916.958	4,58%	13,01%
RECEITA LÍQUIDA REAL (+) IGP-DI	30.966.286	35.089.775	34.660.744	-1,22%	11,93%
RELACÃO DF / RLR	2,03	1,93	2,05	5,88%	0,96%

Valores a preços correntes

Perfil da Dívida Financeira

A parcela pré-fixada da Dívida Financeira representou 92,93% do estoque. Desse montante, 87,78% está vinculado a taxas de juros fixadas entre 4,10% e 6%.

Saliente-se que parte expressiva da dívida do Estado está vinculada ao limite de pagamento de 13% da RLR até outubro de 2029.

Tabela 59

COMPOSIÇÃO DO ESTOQUE POR FAIXAS DE TX de JUROS
R\$ Mil

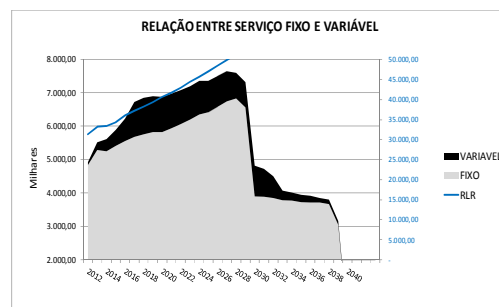
Prefixado			
Tx de Juros (%)	Estoque	Estoque/ Subtotal	Estoque/ Total
0 - 2	1.381.670	2,10%	1,95%
2,1 - 4	262.523	0,40%	0,37%
4,1 - 6	62.253.635	94,46%	87,78%
acima de 6,1	2.003.619	3,04%	2,83%
Subtotal	65.901.446	100,00%	92,93%
Pósfixado			
Tx de Juros (%)	Estoque	Estoque/ Subtotal	Estoque/ Total
0 - 2	3.123.081	62,27%	4,40%
2,1 - 4	427.151	8,52%	0,60%
4,1 - 6	1.465.280	29,21%	2,07%
Subtotal	5.015.512	100,00%	7,07%
Total	70.916.958		100,00%

No tocante ao cálculo do total do serviço a pagar até 2039, os vencimentos de curto prazo²⁸, representam 6,43%, e desse percentual, apenas 0,20% está exposto a taxas variáveis. Quanto aos vencimentos futuros, verifica-se que até 2029 o serviço a pagar apresenta um crescimento homogêneo no tempo, seguindo o crescimento da RLR²⁹. No exercício seguinte, 2030, ocorre uma forte queda no serviço, dado que a partir de novembro de 2029, o Estado começa a aplicar apenas o sistema Price de amortização, em substituição ao pagamento limitado a 13% da RLR, no contrato de Refinanciamento, firmado ao amparo da Lei nº 9.496/97.

Vale ressaltar, ainda, que os custos variáveis não ultrapassam, ao longo dos anos, o patamar de 17,65%.

Em relação ao prazo médio de amortização³⁰ e ao prazo médio de repactuação³¹, estes atingiram 11,09 anos e 10,11 anos, respectivamente.

Gráfico 24



Cenários Econômicos

CENÁRIO ATUAL			CENÁRIO OTIMISTA			CENÁRIO PESSIMISTA		
Índices	%	ESTOQUE	Índices	%	ESTOQUE	Índices	%	ESTOQUE
IGPM	0,19%	137.710.002,42	IGPM	0,21%	137.710.002,42	IGPM	0,18%	137.710.002,42
IGP-DI	87,04%	61.593.875.179,17	IGP-DI	86,22%	57.361.144.994,99	IGP-DI	87,87%	66.434.221.038,28
DÓLAR	6,70%	4.738.055.339,64	DÓLAR	7,12%	4.738.055.339,64	DÓLAR	6,27%	4.738.055.339,64
TR	1,68%	1.187.738.325,93	TR	1,79%	1.187.738.325,93	TR	1,57%	1.187.738.325,93
TJLP	1,98%	1.402.147.323,60	TJLP	2,11%	1.402.147.323,60	TJLP	1,85%	1.402.147.323,60
LIBRA	0,00%	3.152.190,43	LIBRA	0,00%	3.152.190,43	LIBRA	0,00%	3.152.190,43
IENE	0,37%	262.223.176,80	IENE	0,39%	262.223.176,80	IENE	0,35%	262.223.176,80
SELIC	1,18%	838.258.355,19	SELIC	1,26%	838.258.355,19	SELIC	1,11%	838.258.355,19
UFIR RJ	0,31%	217.994.912,60	UFIR RJ	0,33%	217.994.912,60	UFIR RJ	0,29%	217.994.912,60
S/ CORREÇÃO	0,54%	380.090.535,92	S/ CORREÇÃO	0,57%	380.090.535,92	S/ CORREÇÃO	0,50%	380.090.535,92
TOTAL	100,00%	70.761.245.341,70	TOTAL	100,00%	66.528.515.157,52	TOTAL	100,00%	75.601.591.200,81

dez/12

dez/12

dez/12

²⁸ Dívidas vincendas até o exercício seguinte.

²⁹ Para a projeção da Receita Líquida Real, para os exercícios de 2012 à 2014, considera-se a RLR prevista no Programa de Ajuste Fiscal assinado em 15/04/2010, e para a projeção dos exercícios seguintes é aplicado uma taxa de crescimento real de 3% ao ano.

³⁰ Prazo médio de Amortização – Período médio ponderado entre o bimestre e as amortizações vincendas.

³¹ Prazo médio de Repactuação de Taxas – Período médio ponderado entre o bimestre e as amortizações vincendas, considerando o prazo de repactuação das taxas flutuantes (pós-fixadas).

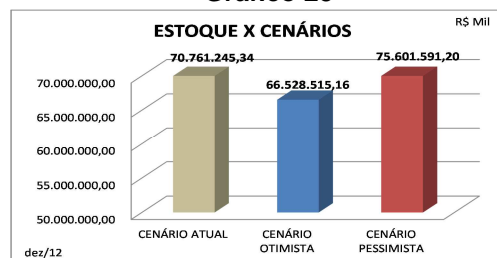
Considerando os possíveis cenários de variação da projeção do IGP-DI, ocorre uma diferença no total da dívida, em valores absolutos, como pode ser observado nas tabelas acima, entre o cenário otimista e pessimista de, aproximadamente, R\$ 9,1 bilhões e, em valores relativos, de 13,6%.

Apesar da magnitude da variação relativa da dívida, quando observada a composição da mesma por índices, nota-se uma variação de apenas 1,65% na participação do IGP-DI no total da dívida. Passando de 86,22%, no cenário atual, para 87,87%, no cenário pessimista.

Analisando-se o cenário macroeconômico, o Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) reduziu de 0,35% em dezembro para 0,30% em janeiro, resultando em inflação acumulada em doze meses de 7,58% e no ano de 7,58%. Em dezembro de 2012, o indicador registrou inflação de 0,66%. O principal componente desse indicador, o Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA), que responde por 60% do indicador geral variou 9,1372% em doze meses até dezembro, comparado a do mês anterior, a taxa foi de -1,64%. A produção industrial recuou 1,0% em novembro e 2,5% no acumulado em doze meses. O Índice de Preços ao Consumidor (IPC), que tem peso de 30% no IGP-DI, segundo componente mais importante do IGP-DI, ficou em 5,74% em 2012 (6,36% em 2011). Já o Índice Nacional de Custo da Construção (INCC) que tem peso de 10%, variou 7,12% no ano, em parte pela elevação dos custos de mão de obra. O INCC-DI variou 0,16% em dezembro ante 0,33% no mês anterior, resultado das desacelerações dos preços de materiais, equipamentos e serviços, de 0,25% para 0,19%, e dos custos de mão de obra, de 0,41% para 0,13%. O INCC-DI acumulou alta de 7,12% em 2012, contra 7,49% no ano anterior.

Em relação ao dólar, verifica-se que no período de 12 meses, o estoque da dívida atrelado ao mesmo passou de R\$ 2,85 bilhões para 6,66 bilhões e de 4,55% para 9,38%, no total da composição da dívida. Esse aumento deu-se em função das novas operações de crédito contratadas pelo Estado do Rio de Janeiro junto a órgãos internacionais.

Gráfico 25



Receita de Operações de Crédito

Em função da necessidade de ampliar os investimentos, o Estado do Rio incluiu algumas operações de crédito em sua estratégia de financiamento. E, ao longo de 2012, diversas operações financeiras amadureceram. Assim, o Estado efetuou 13 contratações de operações de crédito, em 2012.

Tabela 60

CONTRATOS DE FINANCIAMENTO ASSINADOS EM 2012	ASSINATURA	CREDOR
Programa de Saneamento Ambiental dos Municípios do Entorno da Baía de Guanabara - PSAM	20/03/2012	BID
Programa de Melhorias da Infraestrutura Rodoviária, Urbana e Mobilidade das Cidades do E.R.J. - PROCIDADES	11/06/2012	B.B.
Elaboração de Estudos e Projetos relativos à Linha 4 do Metrô	12/06/2012	BNDES
Programa Saneamento para todos II	22/06/2012	CAIXA
Programa Estadual de Transportes II Adicional – PET II Adic.	05/09/2012	BIRD
Programa de Obras Emergenciais - POE	13/09/2012	CAF
Programa de Melhorias e Implantação da Infraestrutura Viária do E.R.J. - PROVIAS	13/09/2012	CAF
Programa de Mobilidade Urbana – PMU	09/10/2012	AFD
Programa de Desenvolvimento Econômico, Social e de Sustentabilidade do E.R.J. II – PRODESF II	30/10/2012	BIRD
Reforma e Adequação do Estádio Mario Filho - Maracanã – PROCOPA II	22/11/2012	CAF
Programa de Obras Complementares do Arco Metropolitano do R.J.	05/12/2012	CAF
Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e DF – PROINVEST	12/12/2012	B.B.
Programa de Financiamento a Infraestrutura e ao Saneamento - PROCOI	20/12/2012	CAIXA

Fonte: Sistema de Operação de Crédito - SOC

Foram liberados ao longo do ano R\$ 4,76 bilhões de receita oriunda de operações de créditos:

Desembolsos pertinentes aos Contratos Firmados em Exercícios Anteriores

- R\$ 280 milhões foram destinados à Reforma e Adequação do Estádio Mario Filho - Maracanã – PROCOPA (recursos provenientes do BNDES);
- R\$ 247,13 milhões ao Programa Estadual de Transportes II – PET II (recursos provenientes do BIRD);
- R\$ 67,39 milhões foram destinados ao Programa Saneamento para Todos (recursos provenientes da CAIXA);
- R\$ 59,45 milhões foram destinados ao Programa de Financiamento de Contrapartidas do PAC (recursos provenientes da CAIXA);
- R\$ 54,57 milhões foram para o Programa Delegacia Legal (recursos provenientes do BNDES) ;

- R\$ 14,12 milhões para o Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável em Microbacias Hidrográficas (recursos provenientes do BIRD);
- R\$ 10,29 milhões ao Programa Nacional do Desenvolvimento do Turismo – PRODETUR (recursos provenientes do BID);
- R\$ 5,38 milhões foram para o Programa de expansão da Linha 1 do Metrô – entre as estações Cantagalo e General Osório (recursos provenientes do BNDES);
- R\$ 2,30 milhões, destinados ao Programa de Apoio ao Fortalecimento da Administração Fazendária do E.R.J - PROFAZ (recursos provenientes do BID);
- R\$ 1,95 milhão ao Programa de Renovação e Fortalecimento da Gestão Pública - PRÓ-GESTÃO (recursos provenientes do BIRD);
- R\$ 1,32 milhão foi destinado ao Programa de Modernização da Administração Estadual II – PMAE II (recursos provenientes do BNDES);e
- R\$ 527,32 mil foram destinados ao Programa de Modernização da Administração Estadual – PMAE (recursos provenientes do BNDES).

Desembolsos pertinentes aos Contratos Firmados no Exercício

- R\$ 1,45 bilhão foi destinado para o Programa de Melhoria da Infraestrutura Rodoviária, Urbana e Mobilidade das Cidades do E.R.J. – Pró-Cidades (recursos provenientes do Banco do Brasil);
- R\$ 814,06 milhões ao Programa de Mobilidade Urbana – PMU (recursos provenientes da Agência Francesa de Desenvolvimento - AFD);
- R\$ 632,04 milhões ao Programa de Desenvolvimento Econômico, Social e de Sustentabilidade do E.R.J. II – PRODESF II (recursos provenientes do BIRD);

- R\$ 469,12 milhões foram destinados para o Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e DF – PROINVESTE (recursos provenientes do BNDES);
- R\$ 180,51 milhões ao Programa de Melhorias e Implantação da Infraestrutura Viária do E.R.J. - PROVIAS (recursos provenientes da Corporação Andina de Fomento - CAF);
- R\$ 135,11 milhões, foram destinados à Elaboração de Estudos e Projetos relativos à Linha 4 do Metrô (recursos provenientes do BNDES);
- R\$ 86,64 milhões foram destinados à Reforma e Adequação do Estádio Mario Filho - Maracanã – PROCOPA II (recursos provenientes da Corporação Andina de Fomento - CAF);
- R\$ 82,90 milhões foram destinados ao Programa de Obras Emergenciais - POE (recursos provenientes da Corporação Andina de Fomento - CAF);
- R\$ 79,42 milhões foram destinados ao Programa de Obras Complementares do Arco Metropolitano do R.J. (recursos provenientes da Corporação Andina de Fomento - CAF);
- R\$ 61,54 milhões ao Programa Estadual de Transportes II Adicional – PET II Adic. (recursos provenientes do BIRD);e
- R\$ 18,82 milhões, destinados ao Programa de Saneamento Ambiental dos Municípios do Entorno da Baía de Guanabara - PSAM (recursos provenientes do BID).

Tabela 61
Cronograma de Liberações
Operações Contratadas, Autorizadas e em Tramitação na STN e no Senado Federal

Data: 31.12.2012

Valores em R\$ mil

	2012		TOTAL
	Liberado (¹)	a Liberar (²)	a Liberar (²)
1. Operações de Crédito Contratadas	4.755.172,98	-	8.710.185,78
Operações contratadas com o Sistema Financeiro Nacional	2.523.450,82	-	5.165.243,29
1. BNDES - EXP. METRÔ/GENERAL OSÓRIO	5.382,71	-	6.770,43
2. BNDES - Programa de modernização da Administração Estadual-PMAE	527,32	-	-
3. CAIXA - SANEAMENTO PARA TODOS	67.390,31	-	446.750,40
4. BNDES - SEGURANÇA - Delegacia Legal	54.572,97	-	27.542,72
5. BNDES PMAE II	1.319,95	-	5.856,57
6. CAIXA PAC	59.449,02	-	74.274,88
7. CAIXA - VIALIGHT	-	-	259.138,33
8. BNDES - MARACANÃ COPA 2014	280.000,00	-	40.000,00
9. B. BRASIL - PROGRAMA PRÓ-CIDADES	1.450.563,00	-	2.195.000,00
10. BNDES - METRÔ LINHA 4 - FASE I	135.109,78	-	22.844,74
11. CAIXA - PROGRAMA SANEAMENTO P TODOS II	-	-	415.372,79
12. PROINVEST BB	469.135,77	-	471.821,00
13 - PROCOI / CAIXA	-	-	1.199.871,43
Demais	2.231.722,16	-	3.544.942,49
1. BIRD - INFRAESTRUTURA II/TRANSPORTES PET II	247.131,42	-	72.600,03
2. BIRD - RIO RURAL - Desenvolvimento Rural Sustentável	14.116,66	-	37.940,42
3. BID - PROFAZ (profisco)	2.302,98	-	25.555,26
4. BIRD - PRÓ-GESTÃO	1.950,00	-	36.098,17
5. BID PRODETUR	10.292,16	-	217.264,92
6. BID - PSAM	18.816,30	-	905.229,63
7. BIRD - PET II Adicional	61.536,91	-	1.164.517,89
8. CAF - POE	82.902,00	-	122.610,00
9. CAF - PRÓ - VIAS	180.510,18	-	475.443,11
10. AFD - PMU	814.063,90	-	-
11. BIRD - PRODESF DPL III	632.040,00	-	-
12. MARACANÃ 2014 PROCOPA II - CAF 21.1.030	86.635,19	-	160.723,06
13. ARCO METROPOLITANO - CAF	79.424,45	-	326.960,00
2. Operações de Crédito Autorizadas e em Tramitação	-	52.344,71	321.878,00
2. INCLUSÃO SOCIAL - SEASDH-BID - FASE I	-	37.099,71	121.878,00
4. RIORURAL - ADICIONAL	-	15.245,00	200.000,00
3. Operações de Crédito a Contratar Incluídas no PAF (³)	-	-	7.705.410,75
Total	4.755.172,98	52.344,71	16.737.474,52

(1) Valores realizados até o bimestre, a preços correntes

(2) Contém o valor total a ser liberado das operações de crédito contratadas, a preços de nov/2012

(3) Valores redistribuídos de acordo com o PAF assinado em 22/10/2012.



Tabela 62

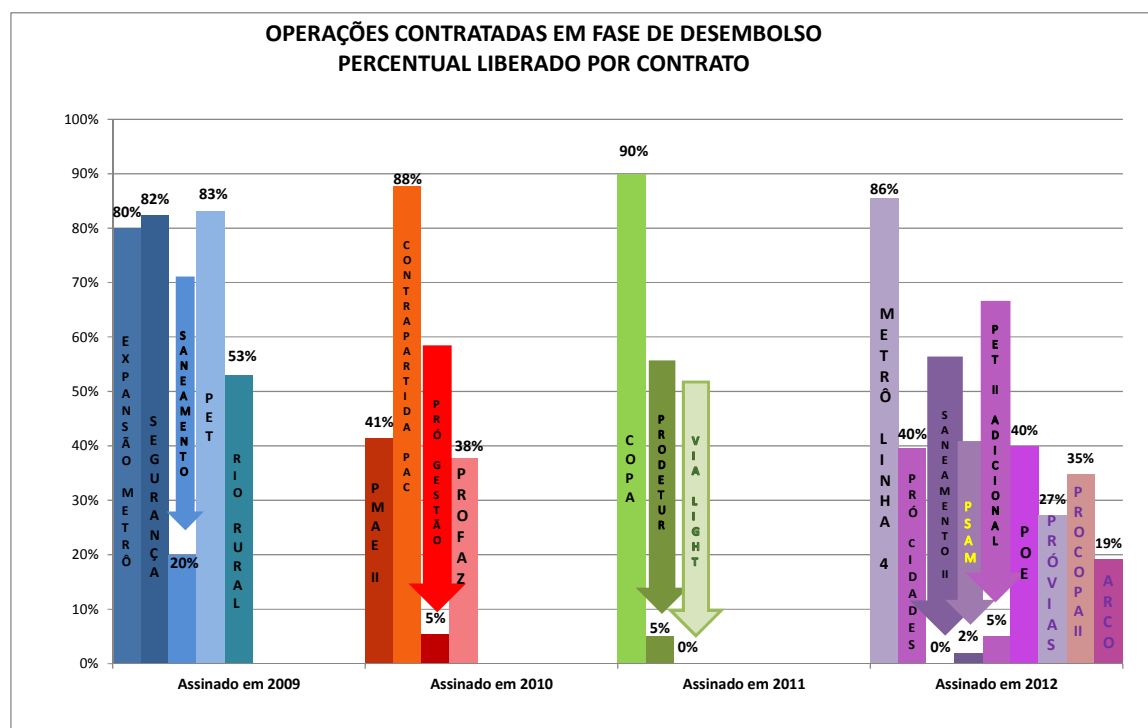
Liberações ocorridas dos Contratos em Fase de Desembolso

Data: 31.12.2012

Valores em moeda contratual

	DATA DA ASSINATURA	EXECUTOR DO PROJETO	MOEDA	VALOR CONTRATADO	TOTAL LIBERADO	%
BNDES						
BNDES - EXP. METRÔ/GENERAL OSÓRIO - 12.1.169 A	25/11/2009	TESOURO ERJ	URTJLP	17.202.587,2014	13.772.924,3494	80%
BNDES - SEGURANÇA - 12.1.173	10/08/2009	SEOBAS	URTJLP	79.530.718,1067	65.578.538,0825	82%
BNDES PMAE II 1.1.176	26/05/2010	SEPLAG	URTJLP	5.056.532,6633	2.089.798,1389	41%
MARACANÃ COPA 2014 - BNDES - 12.1.185	29/07/2011	SEOBAS	URTJLP	202.626.033,3928	182.363.430,0536	90%
METRÔ LINHA 4 - FASE I - BNDES - 12.1.188	12/06/2012	RIO TRILHOS	URTJLP	80.014.240,9500	68.441.894,4774	86%
B. BRASIL						
PROGRAMA PRÓ-CIDADES - BANCO DO BRASIL 12.1.187	05/06/2012	SEOBAS	DÓLAR	1.786.165.115,00	708.527.870,47	40%
PROGRAMA PRÓ-INVEST - BANCO DO BRASIL 12.1.190	12/12/2012	SEPLAG	URTJLP	476.655.846,38	237.647.802,13	50%
CAIXA						
CAIXA - SANEAMENTO - 12.1.171	07/07/2009	CEDAE	REAIS	558.000.000,00	111.249.599,33	20%
CAIXA PAC 12.1.177	24/06/2010	SEOBAS	URTJLP	307.002.053,00	269.376.994,41	88%
VIALIGHT - CAIXA - 12.1.178	28/06/2011	SEOBAS	REAL	259.138.332,31	-	0%
PROGRAMA SANEAMENTO P TODOS II - CAIXA 12.1.189	22/06/2012	CEDAE	UPR-CEF	20.150.948,04	-	0%
PROGRAMA PRCOI - CAIXA 12.1.191	20/12/2012	SEOBAS	REAIS	1.199.871.472,00	-	0%
BIRD						
BIRD - INFRAESTRUTURA II/TRANSPORTES PET II - 21.1.017	24/09/2009	SETRANS	DÓLAR	211.700.000,00	176.172.701,95	83%
BIRD - RIO RURAL - 21.1.1018	14/12/2009	SEAPPA	DÓLAR	39.500.000,00	20.933.609,12	53%
BIRD - PRÓ-GESTÃO 21.1.021	22/11/2010	SEPLAG	DÓLAR	18.673.000,00	1.008.125,15	5%
BIRD - PET II Adicional - 21.1.025	05/09/2012	SETRANS	DÓLAR	600.000.000,00	30.135.606,78	5%
BIRD - PRDESF DPL III - 21.1.029	30/10/2012	SEFAZ	DÓLAR	300.000.000,00	300.000.000,00	100%
BID						
BID - PROFAZ (profisco) 21.1.020	10/05/2010	TESOURO ERJ	DÓLAR	19.759.050,00	7.470.588,43	38%
BID PRODETUR - 21.1.022	08/08/2011	SETUR	DÓLAR	112.000.000,00	5.680.000,00	5%
BID - PSAM - 21.1.024	20/03/2012	SEA	DÓLAR	451.980.000,00	9.000.000,00	2%
CAF						
CAF - POE - 21.1.026	13/09/2012	SEOBAS	DÓLAR	100.000.000,00	40.000.000,00	40%
CAF - PRÓ-VIAS - 21.1.027	13/09/2012	SEOBAS	DÓLAR	319.675.000,00	87.013.826,66	27%
CAF - PROCOPA - 21.1.030	22/11/2012	SEOBAS	DÓLAR	120.666.000,00	42.015.127,70	35%
CAF - ARCO METROPOLITANO - 21.1.031	05/12/2012	SEOBAS	DÓLAR	200.000.000,00	38.275.000,00	19%
AFD						
AFD - PMU - 21.1.028	09/10/2012	SEFAZ	DÓLAR	394.500.000,00	394.500.000,00	100%

Gráfico 26



VI.8 Acompanhamento Financeiro de Convênios³²

O Estado do Rio de Janeiro encerrou o 6º bimestre de 2012, com 765 Convênios de Despesa e 464 Convênios de Receita vigentes³³.

Entre os Convênios de Despesa, os mais importantes para o Estado são os celebrados no âmbito do Programa Somando Forças³⁴; já na esfera dos Convênios de Receita, o Programa de Aceleração do Crescimento Econômico – PAC³⁵ engloba os investimentos de maior relevância.

No que tange ao Programa Somando Forças, encontram-se vigentes 109 convênios, beneficiando 63 Municípios. No âmbito desses convênios, até este bimestre, o valor disponibilizado pelo Tesouro Estadual foi de, aproximadamente, R\$ 435,84 milhões, que foram ou serão utilizados em obras de diversas naturezas, principalmente, nas obras de infraestrutura.

Nos demais Convênios de Despesa, encontram-se vigentes 656 convênios, abrangendo programas em infraestrutura, saúde, educação, esporte e lazer. Nos meses de novembro e dezembro de 2012, o valor disponibilizado pelo Tesouro Estadual foi de, aproximadamente, R\$ 249,70 milhões.

Com relação aos convênios abarcados pelo PAC, o Estado firmou com a União, até o 6º bimestre de 2012, o total de 57 Convênios de Receita para a concretização das diversas obras de infraestrutura, alcançando um investimento de, aproximadamente, R\$ 2,14 bilhões³⁶. Dessa importância, R\$ 1,21 bilhão consiste no valor previsto de repasse da União, e R\$ 925,02 milhões são oriundos do Tesouro Estadual.

Desses recursos disponibilizados pelo Tesouro do Estado, até o 6º bimestre de 2012, foram repassados em torno de R\$ 906,49 milhões,

³² Os dados utilizados nesta seção foram extraídos de relatórios do Sistema Informações Gerenciais (SIG) e do SIAFEM em diversas datas ao longo do mês.

³³ Convênios de Receita – São aqueles em que órgãos ou entidades da administração pública federal aportam receitas ao Estado. Convênios de Despesa – São aqueles em que o Estado do Rio de Janeiro coloca seus recursos à disposição das Prefeituras Municipais e/ou Entidades não Governamentais. Salienta-se que também são conhecidos como uma modalidade de transferência voluntária de recursos.

³⁴ Decreto nº 42.384/01, de 29 de março de 2010.

³⁵ Lei nº 11.578/2007 – Regula a transferência obrigatória de recursos financeiros federais para Estados, DF e Municípios, para execução das ações do PAC, cuja descentralização seja do interesse da União.

³⁶ Valor original desconsiderando os aditivos.

sendo destinados: 86,45% à área de Habitação; e, 13,55% à área de Saneamento.

Ademais, cabe informar que o Ministério do Planejamento, por intermédio da Secretaria de Estado da Casa Civil, capacitou gestores, coordenadores, gerentes de convênios e ordenadores de despesas do Governo do Estado do Rio de Janeiro para uso do novo sistema de pagamento de convênios com recursos federais, denominado Ordem Bancária de Transferência Voluntária (OBTV), que passou a ser de uso obrigatório em todo o país, conforme determinação contida na Instrução Normativa nº 6/2012, de 30 de julho de 2012, que regulamenta o Decreto nº 7.641/2011. A palestra, intitulada Demonstração da função OBTV/Sincov e novas responsabilidades do Ordenador de Despesa, foi apresentada durante encontro técnico promovido, no dia 23/11/2012, no auditório Conselheiro Humberto Braga, no anexo do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ).

O objetivo do referido encontro foi esclarecer os novos critérios de utilização da OBTV, principalmente, no que tange aos convênios celebrados após 30 de julho de 2012, data fixada no decreto.

Além disso, foi esclarecido pelo representante do Ministério do Planejamento, que a OBTV garante um controle eficaz sobre a movimentação dos recursos públicos por parte do concedente, no caso, o governo federal, incluindo todos os órgãos de controle e fiscalização.

Ressalte-se que a OBTV é um conjunto de funcionalidades, incluída no Siconv, para que o gestor possa fazer os pagamentos dos convênios diretamente na conta do beneficiado final da despesa, ou seja, o fornecedor, o que simplifica o processo e garante transparência em todas as etapas que envolvem os recursos financeiros de cada um dos convênios.

Cabe destacar, ainda, que o Governo do Estado do Rio de Janeiro assinou convênio com a PUC-Rio para desenvolver o Sistema de Convênios do Estado do Rio de Janeiro – CONVERJ, que tem como objetivo facilitar e assegurar o acompanhamento de convênios estaduais, por meio de ferramenta virtual. A iniciativa complementa as ações realizadas para a melhoria da gestão estadual, já que, por intermédio do CONVERJ, será possível ter maior controle sobre as

verbas repassadas, tanto a instituições e entidades sem fins lucrativos, quanto a municípios.

Neste contexto, vale informar que será viável tanto para o Estado do Rio de Janeiro quanto para os conveniados visualizarem o valor dos recursos, seu destino, sua utilização, entre outros importantes dados.

De acordo com a Secretaria de Estado da Casa Civil, o software, provavelmente, passará a ser utilizado a partir de maio de 2013, nas Secretarias de Estado de Assistência Social e de Esporte e Lazer. A previsão é de que as demais secretarias façam a implantação do referido sistema, gradualmente, de junho do mesmo ano, até janeiro de 2014.

VI.9 Análise de Viabilidade Econômica de PPPs

Inicialmente, cumpre informar que as Parcerias Público-Privadas – PPPs, tratam da mais recente medida tomada pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro para auxiliar o regime da Lei de Licitações, em busca de alternativas de financiamento em gestão de obras públicas e de redução da participação do Estado na economia, que foram instituídas por intermédio da Lei Federal n.º 11.079, de 30 de dezembro 2004, criando normas gerais para licitação e contratação entre entidades privadas e a administração pública.

Tal instituto visa à realização de obras de grande porte e à prestação de serviços públicos por meio de concessões patrocinadas ou administrativas, em que se verificam o compartilhamento dos riscos do empreendimento entre as partes envolvidas, bem como o financiamento predominantemente privado.

Em consonância com a legislação federal, foi criada a Lei Estadual nº 5.068, de 10 de julho de 2007, que atribui a Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro (SEFAZ-RJ), competência para emitir parecer técnico sobre a viabilidade econômica e financeira dos projetos de PPPs do ERJ.

A partir de então, foi instituída a Resolução nº 585, de 28 de dezembro de 2012, que incluiu a Gerência de Análise de Parcerias Público Privada na estrutura da Subsecretaria de Finanças da Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro.

No ano de 2012, foram aprovadas pelo Conselho Gestor do Programa de Parcerias Público Privadas (PROPAR), cinco propostas preliminares de projetos de PPPs relacionados a diferentes áreas de atuação do Estado, quais sejam: saúde, transporte, serviços de infraestrutura e cultura e lazer.

Tais projetos foram direcionados à Secretaria Executiva do Conselho Gestor do PROPAR (CGP), lotada à Secretaria de Obras do Estado do Rio de Janeiro – SEOBRAS – que, ficou responsável pela análise das propostas apresentadas, abertura de Processo Administrativo e publicação das propostas no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro para possível manifestação da iniciativa privada.

Apesar de não terem sido licitados, ainda, os projetos encontram-se em fase de análise, conforme consta no quadro abaixo.

ÁREA	OBJETO	Investimento Total Inicial (milhões)	Contraprestação anual (milhões)	Prazo de Concessão	Fase Atual
(PPP-Saúde) - Modalidade Administrativa	Construção e manutenção de hospitais públicos de saúde no Estado do Rio de Janeiro: a) Centro de Trauma e Queimados - Hospital Estadual Adão Pereira Nunes; b) Complexo Estadual de Saúde da Baixada - Hospital Estadual de Oncologia e Hospital Estadual de Trauma; c) Hospital Estadual Azevedo Lima.	R\$ 948,6	R\$ 192,6	14 anos (2 anos de obras + 12 anos de manutenção)	Análise do Estudo Técnico
(PPP-Ferrovia) - Modalidade Patrocinada	Implantação, manutenção e operação da Linha 3 do metrô do Rio de Janeiro. Trecho: Praça Arambóia, em Niterói, até a localidade de Guaxindiba, na cidade de São Gonçalo, próximo a BR-101, com extensão estimada de via de 23 km.	R\$ 3.072,2	R\$ 375,7	35 anos	Aguardando apresentação do Estudo Técnico
(PPP-Centro-ADM) - Modalidade Administrativa	Reforma da antiga sede do Banco do Estado do Rio de Janeiro - BANERJ, para implantação de uma infraestrutura adequada para instalação do Centro Administrativo do Estado do Rio de Janeiro, incluindo os serviços para manutenção de suas instalações e implementação de uma nova logística de acesso, disponibilização de vagas de estacionamento e construção de novas áreas de conveniência. (RETROFIT)	R\$ 227,7	R\$ 57,4	22 anos e 4 meses (2 anos e 4 meses de obras + 20 anos de manutenção)	Análise do Estudo Técnico
(PPP-Complexo-Maranã)	Operação de manutenção e gestão do complexo do Maracanã e realização de investimentos necessários a sua revitalização, incluindo a modernização do Maracanzinho e demolição e remoção do Estádio de Atletismo Célio de Barros e do Parque Aquático Júlio Delmare.	R\$ 451,5	O projeto não prevê o pagamento de qualquer contraprestação pecuniária por parte do ERJ.	35 anos (2 anos de obras e 33 anos de manutenção)	Aguardando Licitação
(PPP-Instituto Carlos Éboli) - Modalidade Administrativa	Implantação da nova sede dos seguintes institutos: (i) Instituto de Criminalística Carlos Éboli-ICCE e do (ii) Instituto de Pesquisas e Perícias em Genética Forense da Polícia Civil do Estado do RJ, bem como a instalação de gestão de infraestrutura necessária ao desenvolvimento das atividades operacionais.	R\$ 121,7	R\$ 0,828	Ainda não foi disponibilizado	Aguardando apresentação do Estudo Técnico

Os projetos de PPPs ora sob análise, caso sejam licitados, gerariam desembolsos anuais para o ERJ, correspondente a R\$ 626,52 milhões.

O ERJ aprovou a Lei nº 6.089, que criou o Fundo Fluminense de PPPs (FFP), em 25 de novembro de 2011. No entanto, até a presente data, não houve nenhuma regulamentação para operacionalizar o Fundo.

O FFP foi criado para fins de pagamentos e garantias relativas as obrigações financeiras contraídas pelo ERJ em contratos de concessão administrativa ou patrocinada, vale dizer, a contraprestação do Estado nas PPPs.

VI.10 Captação de Recursos

Em 2012, ocorreu a revisão do Programa de Ajuste Fiscal – PAF³⁷, mantido com a Secretaria do Tesouro Nacional – STN, que assegurou ao Estado novo espaço fiscal para contratação de operação de crédito interno e externo, voltadas para os projetos prioritários do Governo. Essas operações têm a forma de empréstimo de investimento, com o intuito de auxiliar a implantação de ações das mais diversas áreas, tais como: infraestrutura, saúde, educação, gestão fiscal, meio ambiente, habitação, e, em especial, aquelas destinadas aos grandes eventos como a Copa das Confederações de futebol, que ocorrerá em 2013; a Copa do Mundo de futebol, em 2014; a Copa América de Futebol, que, a princípio, está agendada pela Conmebol para ser disputada no Brasil, em 2015; e as Olimpíadas do Rio de Janeiro, em 2016.

O aumento do financiamento direcionado às políticas públicas estaduais tem exigido a sua reestruturação, principalmente, nos seus conceitos clássicos de implantação, execução e monitoramento, passando de uma política de amplo escopo e universalista para uma política mais seletiva e focalizada, operacionalizada por meio de projetos. A exigência das agências de financiamento para solicitação de empréstimos tornou necessária a utilização de metodologias adequadas de monitoramento e avaliação destas políticas públicas. Com isso, fez-se primordial a institucionalização e o fortalecimento do elemento organizacional responsável pela operacionalização e o gerenciamento de projetos.

³⁷ O Programa de Ajuste Fiscal apresenta metas anuais para um triênio, considerando a evolução das finanças estaduais, os indicadores macro-econômicos para o novo período e a política fiscal adotada pelos governos estaduais. A cada ano é avaliado o cumprimento das metas e compromissos do exercício anterior e poderá ser realizada a atualização de metas para um novo triênio.

Nesse contexto, a fim de consolidar a contratação dessas operações para o ERJ, foi criada, dentro da Superintendência de Captação de Recursos, da Subsecretaria de Finanças, a Gerência de Captação de Recursos, GECAR.

Como suas principais atuações, destacam-se o mapeamento das linhas de empréstimo existentes pela identificação de oportunidades de financiamento de projetos, por meio de pesquisa em sítios eletrônicos dos Organismos Internacionais e em entidades credoras nacionais e a identificação dos agentes sobre as possibilidades de captação de recursos, verificando quais órgãos ou entidades estaduais possam ser elegíveis aos financiamentos de projetos. Igualmente, presta-se assessoramento técnico aos órgãos na elaboração de Cartas-Consultas, em consonância com as linhas de financiamento mapeadas,

Ademais, a GECAR se incumba de preparar missões de pré-avaliação de projetos quando a Secretaria de Estado de Fazenda – SEFAZ for a proponente da operação, e, ainda, de auxiliar e acompanhar os órgãos na preparação de missões de pré-avaliação dos Organismos Internacionais e Entidades Credoras Nacionais que tenham o intuito de financiar projetos do Estado do Rio de Janeiro. Sendo o financiamento na modalidade de “apoio orçamentário”, acompanha-se e monitora-se a execução do projeto.

Desde sua criação, a GECAR atuou diretamente em sete operações. Nas operações a seguir, foram elaboradas cartas consulta e matrizes de políticas e indicadores, além da defesa do projeto na Secretaria de Assuntos Internacionais – SEAIN, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e apoio às missões até as negociações do contrato para Operação de Crédito, perfazendo o valor de US\$ 742 milhões:

- DPL 3 – *Development Policy Loan* com o Banco Mundial para as áreas de Saúde, Educação e Finanças – PRODESF II – 2011 – US\$ 300 milhões;
- Apoio Orçamentário – Agência Francesa de Desenvolvimento – AFD para o Programa de Mobilidade Urbana – PMU, no valor de US\$ 394,5 milhões;
- TAL – *Technical Assistance Loan* com o Banco Mundial para as áreas de Habitação, Governança Metropolitana, Transporte, Assistência Social, Meio Ambiente, Saúde e

Educação – PROGESTÃO II RIO METRÓPOLE, no valor de US\$ 48 milhões.

Nas operações seguintes, por sua vez, a GECAR realizou a negociação das minutas contratuais junto ao Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) com organismos internacionais:

- POE – Programa de Obras Emergenciais com a Corporação Andina de Fomento (CAF) – 2012 – US\$ 100 milhões.
- PROVIAS – Programa da Malha Rodoviária Estadual com a Corporação Andina de Fomento (CAF) – 2012 – US\$ 319,6 milhões.

Por fim, em duas operações houve atuação por meio da elaboração de carta consulta com a inclusão das políticas públicas a serem apoiadas para captação com entidades financeiras nacionais e internacionais, quais sejam:

- PROCOI – Programa Coordenado de Investimentos com a Caixa Econômica Federal para as áreas de Desenvolvimento Social, Meio Ambiente, Segurança Pública, Infraestrutura Viária e Esporte – 2012 – R\$ 1,2 bilhão.
- PROGESP – Programa de Suporte aos Grandes Eventos Esportivos para as áreas de Mobilidade Urbana e Segurança Pública – em andamento – US\$ 716,4 milhões.